

# **A CONJUNTURA NACIONAL**

## **Manifestações – Impeachment**

### **Coletânea – P.Timm org. (uso sala aula)**

[http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/1603140951412016\\_Marco-A\\_CONJUNTURA\\_NACIONAL.pdf](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/1603140951412016_Marco-A_CONJUNTURA_NACIONAL.pdf)

**Março**

**Índice**

**Memórias para o futuro - Paulo Timm**

**A esquerda e o impeachment - Gilberto Calil**

**Pedem prisão de Lula, mas torturam Marx, Hegel e Nietzsche -  
Lenio Luiz Streck**

**Não é possível ficar calada = Maria da Graça Pinto Bulhões**

**Manifestações foram contra Dilma e a corrupção, mas não  
perdoaram as oposições - Marco Aurélio Nogueira**

**Cabeça de Intelectual = Rodrigo Cássio**

**Alexandre, Napoleão e os nossos nós - / Luiz Werneck Vianna**

**O risco da desagregação partidária = Fernando Dantas**

**Cartas na mesa –Fernando H Cardoso**

**Impeachment: a pauta oculta - Cristina Fróes de Borja Reis e outros**

**'O que é mesmo que estão querendo? – Linha de Tiro. Tarso Genro**

**Queda da Bastilha! Impeachment do sistema político!  
Assembleia Nacional Constituinte!!!  
Conselho Editorial Sul-Americano**

**A Saída da crise passa por descobrir o grande conspirador, Janot, e o acordo com o PMDB - O xadrez da política no dia D**

**Luis Nassif**

**Estamos vivendo um pré-64. O clima está muito parecido' -  
Werner Becker**

**A sociedade tradicional brasileira estrebucha – L.W.Viana**

**"Lula não é nenhum ladrão", afirma o sociólogo Francisco de Oliveira**

**Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus – Eliane  
Brum**

**A voz da periferia insatisfeita que (ainda) não foi protestar contra Dilma e**

**o PT - FELIPE BETIM –EL PAÍS**

**Deputado Jair Bolsonaro contrata marqueteiro e clima convulso aumenta seus índices de popularidade - MARÍA MARTÍN**

**Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra**

**as cordas - MARINA ROSSI E OUTROS**

**5 VERDADES SOBRE OS PROTESTOS DESTE**

**DOMINGO - Victor Lisboa**

**Em desespero, Dilma tenta autogolpe com Lula - Josias de Souza**

**Nota da direção do SISMMAC sobre os atos pró e contra o governo**

**Lula, arma antineoliberal de Dilma para animar economia, segurar PMDB e afastar impeachment - Cesar Fonseca**

## MANIFESTANTES NO PROTESTO DE DOMINGO TINHAM

RENDA SUPERIOR A R\$ 7,9 MIL - EPOCA

### Memórias para o futuro

*Paulo Timm* = Especial para A FOLHA , março 10

Meu avô – Afonso -, gravou, no Livro de 15 anos de minha irmã, hábito já em desuso, há muitas décadas, o que viria a ser seu epitáfio: “*A insônia dos velhos é um manancial inesgotável de recordações...*”

Hoje, com a idade que ele tinha quando veio a falecer, em 1954, compreendo melhor o que quis dizer: Memórias. Um velho vive de memórias. As ilusões vão se depositando sob o calçamento dos anos vividos. Gosto, aliás, de fazer caminhos de pedra. Fiz vários por onde andei. Na minha casa no interior de Goiás, depois no pátio do meu sobrado em Rosa do Mar, perto de Torres. A verdade é que as lembranças ali ficam, sob as pedras, ocupando o lugar dos arredores do tempo. Quando se envelhece é o que nos resta. Ficamos cada vez mais indiferente ao mundo que nos rodeia. Preferimos “Las Simples Cosas”, título de uma famosa canção da cantante latino-americana Chavela Vargas.

Há dias, inclusive, de perfeito alheamento. Nestes dias, as memórias vêm à tona com mais força e nos surpreendem. Lançam conexões com realidade e nos põem a fazer comparações. Foi o que me aconteceu hoje. Cedo, vi na TV o ex Presidente Lula, um pouco contrafeito, chegando à Brasília, onde cumpriria vasta Agenda, não sem comentários picantes dos jornalistas sobre uma de suas últimas pérolas:

“A partir de agora, se me prenderem, eu viro herói. Se me matarem, viro mártir.  
E se me deixarem solto, viro presidente de novo”

Sinuca de bico. Se ficar o bicho pega, se correr, o bicho come. O homem, dizia Ortega y Gasset, é o homem e suas circunstâncias. Ei-las:

No fim da noite ( dia 09 de março 2016) , anunciaram seu indiciamento criminal , em processo no Ministério Público de São Paulo. Durante o dia, porém, circulou a notícia de que ocuparia o Ministério da Justiça, oferta feita pela Presidente Dilma, dispensada pelo escalado Líder, o primeiro operário, de origem nordestina, a chegar à Presidência, que ocupou, entre 2003 e 2010. Fiquei pensando: Como estará Lula daqui a 10 ou 20 anos? Dificilmente terá escapado do abraço fatal e derradeiro. É já um homem de prolecta idade . Como passará para a História?

Lembrei-me, então, de uma das mais singelas, mas tocantes, imagens da minha vida: o longo cortejo ao longo da linha férrea que levou o corpo do Presidente da Iugoslávia, Joseh Broz Tito, da capital daquele país, onde morrera, em 4 de maio de 1980, até sua terra natal, na Croácia. Um povo inteiro comovido no adeus àquele que soubera uni-los, à despeito das grandes diferenças religiosas internas, na defesa contra o nazismo na II Guerra, vindo a construir , logo após o fim da guerra, um modelo socialista independente do horror stalinista, que jamais cessou de ameaçá-lo. Poucos anos depois daquela despedida, o país mergulharia numa guerra de fragmentação irrecorrível. Que será da memória de Tito?

Quando visitei a Argélia, em 1986, fiquei, também impressionado com o fervor com que seu povo devota aos heróis da Guerra de Independência, sobretudo Houari Boumediene, duramente conquistada à França nos idos de 60. Seu falecimento, em dezembro de 1976, deixou um vácuo até hoje não preenchido naquele país. O Memorial deste processo, em Argel, não é apenas majestoso. É de uma dignidade estarrecedora. No subsolo, sob solene rito musical, sublinhando a cultura daquela nação, chega-se à um tabernáculo onde está depositado um exemplar do Corão. Chorei.

Poderia lembrar vários outros personagens contemporâneos que fizeram época e sacudiram o mundo no seu passamento: Evita Perón, John Kennedy, Martim L.King, Nelson Mandela. Mas volto ao Brasil.

Tinha eu 10 anos quando vivi de perto a morte de Getúlio Vargas. Outra avalanche de emoções incontidas que quase me pegam desprevenido. Morando em Santa Maria, interior do RS, saíra de casa lépido e faceiro, devidamente paramentado como lobinho-escoteiro, com um lenço vermelho da “Tropa Roque Gonzalez” ao pescoço, mal suspeitando que esse seria confundido com o lenço dos temíveis maragatos, inimigos históricos dos chimangos, corrente da qual derivara Getúlio. Quase levo a culpa pela morte do Velho ao acercar-me da Avenida Rio Branco... Ouvei uns improperios e corri de volta pra casa. Mas reverberam em meus ouvidos vozes inconsoláveis clamando : “Getúlio morreu! Getúlio morreu!” . O Brasil nunca vira tamanha comoção, que deixou rastros do confronto ideológico em escombros por todo o Brasil. Impressionante!

Como será, pois, lembrado, no futuro, o ex Presidente Lula, o maior líder político brasileiro depois de Vargas? Ele deveria pensar muito nisso nesses dias tensos que protagoniza com relevante papel. Os jovens de hoje gravarão em sua vivência e carregarão por décadas estes acontecimentos. Manterá Lula o estilo “Lulinha Paz e Amor” da Campanha vitoriosa de 2002, quando ampliou consideravelmente seu arco de apoios, ou enveredará para a mudança de perfil, rumo a um líder revolucionário, como insinuou no discurso na semana passada, ao sair de interrogatório policial a que foi coercitivamente levado? E como se inscreverão essas suas decisões no imaginário popular,

que tanto o prestigiou? Não verei nada disso, mas torço, honestamente, para que ele seja lembrado como um artífice da paz, não de sangue derramado. Afinal, sou pacifista. Socialista, sim, mas utópico. Prefiro a consciência ao ódio de classe

## A esquerda e o impeachment

GILBERTO CALIL - 7 de dezembro de 2015

<http://blogjunho.com.br/a-esquerda-e-o-impeachment/>

Gilberto Calil

A instalação do processo de impeachment por parte do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi uma evidente represália frente à perda de apoio dos parlamentares petistas no processo que pode desembocar na perda de seu mandato. Apesar do histórico de barganhas e do fato de que o próprio governo assenta seu projeto de governabilidade em barganhas e negociações deste estilo, tal contexto acentua a ilegitimidade do processo, já visível na sua inconsistência jurídica e no fato de que o pedido de impeachment produziu-se articulado a um movimento que inúmeras vezes tornou pública sua intenção de afastar o presidente de qualquer forma, seja com impeachment, com a impugnação da eleição ou com a famigerada e esdrúxula “intervenção militar constitucional”.

Não se trata de afirmar, como tem sido recorrente na argumentação dos governistas, que um processo de impeachment é necessariamente ilegítimo ou antidemocrático e que o mandato não pode ser questionado por estar amparado em votação popular. O afastamento de Collor se deu no contexto de ampla mobilização popular e consolidou-se com a comprovação do envolvimento direto do presidente em corrupção. O atual processo é expressão do fortalecimento de uma direita antidemocrática, antipopular, que instrumentaliza grosseiramente o discurso “anticorrupção” e que age de forma inteiramente incoerente (veja-se, por exemplo o fato de que desconsidera que governos estaduais comandados pelo PSDB praticaram manobras fiscais idênticas às que fundamentam o processo do impeachment).

O repúdio ao golpe de Cunha é, portanto, um ponto de partida. Necessário, mas inteiramente insuficiente. É necessário avançar,

compreendendo porque a direita se fortaleceu e quais as responsabilidades e percursos do governo Dilma, para que se possa esboçar os rumos da construção de uma alternativa.

### **O fortalecimento da direita**

É inegável o crescimento de uma direita virulentamente anticomunista, antidemocrática e antipopular, capaz de popularizar lideranças que se destacam pela indigência intelectual e primarismo político – de Bolsonaro a Malafaia, de Olavo de Carvalho a Kim Kataguri. Este crescimento é particularmente expressivo desde junho de 2013. Para os defensores do governo petista, o crescimento desta direita seria uma resposta reacionária aos avanços populares produzidos pelos governos petistas. Nada mais distante da realidade. Fosse assim, este movimento perderia força em 2015, quando é evidente que não há qualquer avanço popular e ao contrário, avançam as privatizações disfarçadas de “concessão”, a retirada de direitos trabalhistas (do seguro desemprego às pensões das viúvas civis), a prioridade aos interesses do agronegócio e do capital financeiro e a condução da política econômica em marcos estritamente neoliberais.

O crescimento da direita é impulsionado pelas inconsistências e contradições do governo Dilma, pela desmoralização da ideia do que é “ser de esquerda” em consequência das barganhas e ataques perpetuados por estes governos e sobretudo em virtude de sua opção pela afirmação da ordem através da imposição de uma escalada repressiva, que teve nas medidas de exceção durante a Copa do Mundo de 2014 e na aprovação da “Lei Antiterrorismo” dois momentos fundamentais. O opção pela governabilidade através de alianças de todos os tipos permitiu que se fortalecessem lideranças conservadoras, fisiológicas, integrantes das bancadas religiosas, da bala e do agronegócio, quando não guindou diretamente para posições chaves do próprio governo destacadas lideranças reacionárias (caso de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura). Tal percurso implica claramente em uma opção pela não confrontação ideológica, deixando caminho aberto e livre aos propagadores do mais primário reacionarismo político e social. Por mais recuos e concessões a estes grupos que tenha feito e que

venha a fazer, Dilma será sempre a “ex-guerrilheira” e o PT um partido que uma vez já foi dos trabalhadores.

### **O governo Dilma frente ao golpe**

O ano de 2015 foi certamente o pior até então de todo o período de governos petistas iniciados em 2003. A reeleição de Dilma Rousseff deu-se por detalhe e só foi possível por um improviso de última hora na campanha eleitoral, quando frente à iminente derrota assumiu um discurso à esquerda, denunciando as privatizações e garantindo que em seu governo não haveria ataque aos direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”. Antes mesmo do início de seu segundo mandato tais ataques se efetivaram, com a restrição ao seguro desemprego e redução dos valores das pensões, e indicação do ultraliberal Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda apenas sublinhou ainda mais o estelionato eleitoral praticado. As mobilizações em defesa do Golpe mal-disfarçado de “intervenção militar constitucional” ou de um processo de impeachment tomaram vulto em março de 2015, quando se realizaram as primeiras manifestações de massa de caráter estritamente reacionário desde 1964. Por outro lado, revelou-se a escassa capacidade das burocracias sindical e estudantil de encabeçarem contramanifestações em defesa de seu mandato, ainda que em nome da defesa da democracia. Desde então, o governo Dilma vem se equilibrando através de acordos e concessões a políticos conservadores e à grande burguesia, enquanto promove mais cortes de verbas nos serviços públicos, garante as remessas ao capital financeiro e ataca os movimentos de greve impulsionados por sindicatos não submissos.

Neste contexto, a recente cartada de Cunha embaralha o jogo e modifica o cenário. Paradoxalmente, é possível que este movimento beneficie Dilma Rousseff, possibilitando que consolide uma polarização com um antagonista ainda mais desgastado e desmoralizado, que tem contra si provas concretas e irrefutáveis de envolvimento em corrupção e carrega um índice de rejeição ainda superior ao da presidente. A instalação do processo por Eduardo Cunha na forma e no momento em que se deu retira deste processo qualquer legitimidade ou aparência de normalidade institucional. A

manutenção indefinida da ameaça de instalação do processo fragilizaria muito mais o governo e aumentaria as chances de efetivação do afastamento da presidente, até porque em vista dos novos cortes de gastos que estão sendo encaminhados, é muito provável que a rejeição da presidenta aumente ainda mais no decorrer de 2016. Para enterrar definitivamente o processo, Dilma necessita do apoio de apenas um terço mais um dos 513 deputados federais – ou seja, de 172 votos. Até mesmo um dos mais acirrados defensores do governismo como Breno Altmann considerou que “o pedido de impeachment é boa notícia”, registrando algo que nos parece evidente: se a presidente não tiver a seu favor um terço dos deputados, “é porque o governo já não tem mais condições de dirigir o país”.[\[1\]](#)

Além disto, o pedido de impeachment é um grande dispersivo, que coloca o centro do debate político em um tema mais favorável ao governismo, retirando do foco principal um conjunto de temas incômodos e que certamente acentuariam seu desgaste, em especial: 1) o gigantesco corte orçamentário imposto para 2016; 2) o inegável agravamento da crise econômica produzido pela política econômica ultraliberal do governo e suas consequências sociais, particularmente o aumento do desemprego; 3) a constrangedora cumplicidade da presidente com a Samarco e seu patético desempenho frente à gigantesca tragédia ambiental; 4) a tramitação da Lei Antiterrorismo, proposta por Dilma e em avançado estágio de tramitação no Congresso.

Da mesma forma que a polarização entre Dilma e Aécio tornou possível que os marqueteiros do governismo (antes e depois da eleição) colocassem em segundo plano o conteúdo social regressivo deste governo, a polarização entre Dilma e Cunha poderá permitir um novo fôlego a este governo e aos ataques que vem perpetuando, sempre justificados em nome da “defesa da democracia” e da oposição ao golpe de Eduardo Cunha.

### **Para onde pende o grande capital**

Frente a uma ameaça golpista, só há duas maneiras de resistir: ou “por baixo”, através mobilizações populares, ou “pelo alto”, através de negociações e acordos com a grande burguesia, a mídia

corporativa e as tradicionais lideranças partidárias. Neste ponto, os treze anos de governo petista não permitem que subsista qualquer dúvida quanto ao percurso que será seguido, independentemente do que diga ou prometam os burocratas sindicais e os apologetas do governismo.

O caminho das mobilizações populares massivas em defesa de seu mandato só teria alguma condição de êxito em um contexto em que se articulasse com medidas efetivas, incluindo a demissão do núcleo neoliberal de seu governo e da Ministra da Agricultura e da reversão dos cortes orçamentários em andamento. **Dilma Rousseff não seguirá este caminho e criar esperanças de isto ocorra é no mínimo atestado de falta de prudência e responsabilidade política.**

Por sua vez, o caminho dos acordos e negociações pelo alto já se concretiza através de inúmeros pronunciamentos de lideranças empresariais, políticas e da grande mídia. Sem qualquer levantamento sistemático, podemos mencionar a edição francamente favorável do *Jornal Nacional* de 4 de dezembro de 2015;<sup>[2]</sup> o editorial da edição dominical do jornal *O Globo* de 7 de agosto de 2015;<sup>[3]</sup> posição da FIRJAN;<sup>[4]</sup> e as declarações de apoio do presidente do Itaú<sup>[5]</sup> e de Luiz Fernando Pezão, Eduardo Paes e a direção do PMDB do Rio de Janeiro.<sup>[6]</sup> Não são, obviamente, apoios gratuitos e desinteressados. Ao contrário, pavimentam o caminho de novos ataques e retrocessos, acentuam a dependência da governabilidade em relação ao apoio empresarial e midiático e à barganha de cargos, magistralmente simbolizada nas declarações do PMDB do Rio de Janeiro, o mesmo que produziu Eduardo Cunha. **Para cada uma destas declarações, antecipa-se a expectativa de mais favorecimento, de maiores ataques aos direitos trabalhistas e da imposição da ordem através do acirramento repressivo sempre que for considerado necessário pelos grupos dominantes.**

### **Uma chantagem que precisa ser repudiada**

É neste contexto que são disseminados apelos, proclamações e manifestos que exigem que a esquerda anticapitalista abdique de seu projeto e sua autonomia e se coloque a reboque na frente capitaneada pelos governistas sob o pressuposto de que “defender o

governo Dilma é defender a democracia”. Denunciar o processo de impeachment pela sua ilegitimidade e por expressar os interesses mais reacionários de setores golpistas e antidemocráticos é uma posição correta e necessária, que vem sendo compartilhada pela quase totalidade da esquerda anticapitalista. Isto não implica e não pode implicar em qualquer apoio, complacência ou cumplicidade com um governo que reprime os trabalhadores e ataca seus direitos, promove o sucateamento dos serviços públicos e garante preservados acima de qualquer coisa os interesses do capital financeiro, das mineradoras e do agronegócio. Este seria certamente o caminho mais seguro da desmoralização, da perda de referências políticas e ideológicas e da derrota. Recusar este caminho e reafirmar que o governo Dilma não merece e não pode ter qualquer apoio da esquerda é condição para que se possa, como indica com precisão Marcelo Badaró Mattos, “*construir um programa de intervenção imediata que se ancore da luta realmente existente (...) para propor alternativas dos trabalhadores para a crise*”. E isto só é possível mantendo total autonomia política e organizativa, e ao mesmo tempo, desenvolvendo uma grande sensibilidade para captar as inúmeras e criativas formas de organização e luta que são produzidas nas diversas ocupações, greves, manifestações e jornadas de luta em diferentes partes do país. É nas lutas e nas ruas que a direita deve ser enfrentada, e só lá que pode se construir e afirmar uma esquerda anticapitalista classista e capaz de superar na prática as misérias políticas ideológicas da era petista.

#### Notas

[1] Breno Altman. Pedido de impeachment é boa notícia. Brasil 257. Disponível em <http://bit.ly/1ND1dCT>

[2] Dilma diz que aguenta pressão e que tem a legitimidade do voto popular. Jornal Nacional, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/1W8wGEz>

[3] Manipulação do Congresso ultrapassa limites. O Globo, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/1IONZVI>

[4] Renata Batista. Para Firjan, impeachment gera tumulto e prejudica a economia. Valor Econômico, 3 dez. 2015. Disponível em <http://bit.ly/1PN5Z7q>

[5] David Friedlander. Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú-Unibanco. Folha de S. Paulo, 23 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1hBgtYY>

[6] PMDB do Rio vira trunfo de Dilma para barrar o golpe. Brasil 247, 6 dez. 2015. Disponível em <http://bit.ly/1jIrWWE>

## **Lenio Luiz Streck: Pedem prisão de Lula, mas torturam Marx, Hegel e Nietzsche**

SEX, 11/03/2016 - 14:17 no Consultor Jurídico

**No pedido de prisão de Lula, torturaram Marx, Hegel e Nietzsche**

**Por Lenio Luiz Streck**

Não quero ser um “abutre epistêmico”, mas não dá para deixar de comentar o recente pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula. Antes de tudo, vou citar o jurista Pedro Serrano, que deixou claro, ao criticar os promotores signatários do pedido de preventiva, que o episódio representa um ponto fora da curva do Ministério Público de São Paulo. Deixemos isso como dado, em uma espécie de juízo sintético a priori kantiano, já que tantos filósofos foram citados nas referidas peças processuais. Minha crítica, portanto, vai blindada por esse juízo: não preciso bater na pedra para verificar que é dura. Ou seja: não preciso dizer que o MP-SP não é assim como os promotores fizeram transparecer.

Nas peças em liça, é possível perceber um conjunto de raciocínios teleológicos. Subjetividade na veia. Assim: tenho um juízo conclusivo; na sequência, procuro um modo de justificar aquilo que já sei (e que quero que aconteça). Às peças, aplica-se a minha aporia da “travessia da ponte”, que está em Verdade e Consenso: como é possível atravessar o abismo gnosiológico do conhecimento, chegar ao outro lado, para depois retornar e edificar a ponte... pela qual já passei?

E já que os promotores citaram Nietzsche, trago à baila outra frase do filósofo: fatos não existem; só existem interpretações. Bingo. Para ele, tudo é interpretação. Nihilismo. Têm razão, pois, os promotores, paradoxalmente, porque fatos (que fundamentem a prisão preventiva) não há; só há, mesmo, a interpretação (deles).

Peço desculpas pelas ironias, mas não posso deixar de me espantar. Talvez a ironia seja o melhor modo de criticar o pedido de preventiva (deixo a discussão da denúncia para outro artigo). Vinte e oito anos de Ministério Público me fizeram ver muita coisa. Inclusive a luta na constituinte para que o MP tivesse as garantias da magistratura. Mas será que as conquistas foram postas na Constituição para que (alguns de) seus membros agissem sem responsabilidade política? Sem accountability? Basta pedir? Assim? E na moringa não vai água?

Supondo que o pedido de preventiva dos promotores vingue, cabe a pergunta: que fizemos com os requisitos do artigo 312 do CPP? Deixando Lula de lado, como explicar o pedido de prisão de dona Marisa? Como agiremos no dia seguinte? Direito não pode ser produto de desejos, paixões e ideologias. Mas não pode mesmo.

Os promotores dizem que todos são iguais perante a lei. De fato. Assim deve ser. Mas se isso é assim, a partir desse “precedente” o MP-SP deverá pedir a prisão preventiva de toda e qualquer pessoa envolvida em delitos como os apontados na denúncia. Teríamos voltado aos tempos anteriores à Lei Fleury? Nem naquela época a prisão preventiva era manejada deste modo. Quer dizer que o ex-presidente e sua família devem ser presos porque ele (e o resto da família?) podem incitar à violência? De novo o fator Minority Report? O que é isto, a ordem pública? O que é isto, o clamor popular? Quando procurador junto à 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os desembargadores e eu colocávamos a mão em concha para ouvirmos o clamor das ruas, toda vez que esse argumento era esgrimido retoricamente, como um conceito ômnibus.

Não há muito o que falar. O pedido dos promotores fala por si. Confundir Engels com Hegel já seria suficiente para desqualificar a peça e oferecer uma denúncia por crime epistêmico. Sem considerar que o pedido vem recheado de argumentos ad hominem, confundindo direito penal do fato com direito penal do autor. Juízos subjetivos como os de que a conduta do ex-presidente deixaria envergonhados Marx e Hegel devem ir para a história... para ensinar como não se deve fazer uma peça processual. Os promotores dizem que sua peça não é política. Pois é. Mas por que a alusão à Marx e Engels (confundido com Hegel)? Não está nisso a maior prova de que estão agindo ideologicamente? Não quero imitar o analista de Bagé, com sua psicanálise galponeira, mas não está muito evidente isso?

Urgentemente o direito de Pindorama necessita dar uma parada para respirar. Fomos longe demais com voluntarismos e decisionismos. Está na hora de levar a sério a frase de que devemos levar o Direito a sério. Ele não é o que o juiz ou o promotor querem que seja. Não, não quero que você denuncie alguém com base na sua consciência ou no seu desejo político. Não, não quero que você decida conforme sua consciência. De novo vou dizer — porque sofro de LEER — o que digo há 20 anos: eu, como cidadão, não quero saber o que você pensa — na sua linguagem privada — sobre a política, impostos, política, etc. Isso eu lhe pergunto em um bar ou em uma confraternização. No fórum, na vida pública, quero apenas que você aja de acordo com a lei e a Constituição. Se você, juiz ou promotor, não consegue suspender seus pré-juízos, não pode ser um agente político do Estado. Não pago seu salário para que você substitua a lei pelos seus juízos políticos ou morais. Simples assim.

A culpa disso tudo é o modo com que conduzimos o Direito. Nos lambuzamos com a democracia. Achamos que estamos ainda nos tempos da Escola do Direito Livre. Faculdades que despejam analfabetos funcionais. Cursinhos que treinam alunos para quiz shows. Literatura básica usada nas aulas e em peças processuais que deveria ter uma tarja com a inscrição “o uso constante desse material fará mal à sua saúde mental”, como nas carteiras de cigarro. Eis os ingredientes para uma tempestade perfeita.

Mas, polianamente (todo hermeneuta é otimista), penso que esse episódio pode ser benéfico. Serve de alerta para que paremos para refletir. Salvemos pelo menos a Constituição. E, a propósito, já que os signatários do pedido de

preventiva invocaram, ainda que erradamente, o filósofo Hegel, há uma célebre frase dele, que pode ser aplicada por aqui: Deutschland ist kein Staat mehr (Alemanha não é mais um Estado). Pode até o Brasil estar carcomido pela má política e pela corrupção. Mas não é a qualquer custo que iremos combater esses males. Sem o respeito às garantias constitucionais, aí sim daremos razão à frase de Hegel, de que o Brasil não é mais um Estado.

Aproprio-me de uma frase que não lembro de quem é: Deus morreu, Marx, Nietzsche e Hegel (sic) morreram, Elvis se foi...e, confesso, eu não estou me sentindo muito bem.

...

## **NÃO É POSSÍVEL FICAR CALADA**

*TADEU CESAR SEX, 11/03/2016 - 14:10*

***O texto que eu reproduzo abaixo não é de minha autoria e é longo, mas vale a pena perder três ou quatro minutos para lê-lo. Uma análise séria e ponderada, de uma antiga militante pelas liberdades democráticas que vinha se mantendo calada até aqui, mas que percebeu que é momento de todos se posicionarem. Omissão, hoje, é quase covardia e poderá trazer consequências graves para esta e para as próximas gerações.***

### NÃO É POSSÍVEL FICAR CALADA

Maria da Graça Pinto Bulhões\*

A realidade é mais complexa do que a luta do bem contra o mal, pregada pelas religiões e os maniqueísmos em geral. Mas é difícil entender o que é complexo, pois a dúvida nos assalta muitas vezes. E nada é mais confortável do que as certezas e nada mais desestabilizador do que as dúvidas.

### POR UM LADO

Durante muitos anos, tenho feito duras críticas ao PT. Todas elas se relacionam, no essencial, à falta de uma postura democrática de respeito às demais forças políticas, as quais sempre foram criticadas pelo PT por não terem vontade política de fazer do Brasil um país socialmente justo. Quando alguém argumentava que havia um contexto internacional e uma correlação de forças interna a serem avaliados para se entender os limites dos

avanços progressistas no país, a resposta era sempre de que as lideranças dos outros partidos não tinham vontade política de mudar a realidade. O PT se apresentou, durante muito tempo, como o único partido que iria fazer tudo diferente, não iria administrar o capitalismo e sim mudar a estrutura da sociedade brasileira. E os partidos políticos que concordassem com seu programa poderiam segui-lo na travessia, muito mais como seguidores do que como pares.

No discurso do PT por muitos anos, Getúlio Vargas, Jango e Brizola haviam sido simples lideranças populistas, que não contribuíram para as mudanças no país, e o Partido Comunista Brasileiro havia traído a classe trabalhadora, se aliando a uma burguesia nacional que, na verdade, era entreguista. O PT faria tudo diferente, porque tinha vontade política. Eleito para governar o país, o PT reconheceu que havia o contexto internacional e uma correlação de forças interna muito desigual para que fosse feita boa parte das mudanças prometidas. Conheço várias pessoas que acreditaram neste discurso de assalto ao paraíso, apoiaram o PT com entusiasmo e hoje o combatem com veemência ainda maior, indo da ilusão à total desilusão.

Não apenas muitas das mudanças prometidas não puderam ser realizadas, como o PT considerou que seria preciso, para implementar seu projeto para o Brasil, jogar o jogo das velhas raposas políticas que sempre governaram o país no atual sistema político. Para ter governabilidade, com os votos necessários no Congresso Nacional, foi feita uma política de balcão, comprando, literalmente, os aliados. E para financiar as campanhas, com propagandas e viagens por todo o país, entre outros gastos, buscaram os fundos em grandes empresas, como é a tradição para todos os partidos políticos no Brasil. Nesta negociata, é claro, os operadores das transações financeiras tiram sua parte e muitos petistas enriqueceram. E cresceu também o patrimônio de quadros do PT que tiveram acesso a cargos e se acostumaram a usar as mordomias do poder em proveito próprio, prática antiga também de quadros de outros partidos que foram governo. O PT deixou de ser o partido mobilizador da militância e passou a ser uma máquina política muito semelhante à dos demais partidos.

Ao mesmo tempo, porém, os governos petistas realizaram um processo de inserção social no país cujo indicador maior, que sintetiza muitos outros, foi a retirada do Brasil do mapa mundial da fome, fato reconhecido mundialmente, permitindo que uma população da mesma dimensão da população da Bélgica passasse a participar do consumo de bens que foram da possibilidade de alimentação diária ao acesso à Universidade. Na Universidade, a participação

percentual da população negra cresceu de forma inédita e a participação da população de mais baixa renda foi garantida com um amplo financiamento público. Inegavelmente, o PT priorizou a questão social, com uma política de valorização do salário mínimo e com políticas públicas para atender a população em piores condições sócio-econômicas.

POR

OUTRO

LADO

Quando era governo, o partido que polarizou com o PT em termos de projetos para o Brasil, o PSDB, levou à frente uma política de estabilização da economia, que foi mantida em suas linhas mais gerais pelo governo petista; organizou políticas públicas necessárias para a melhoria dos serviços básicos à população, como por exemplo, na educação, o sistema nacional de avaliação das redes escolares de ensino fundamental e médio, mantido no fundamental pelos governos petistas; criou em várias destas políticas conselhos com a participação dos segmentos sociais envolvidos, bem como criou critérios para a distribuição dos recursos das políticas sociais entre os estados da federação, independente do partido no governo, diferentemente do que tradicionalmente ocorria no país; criou também um fundo nacional com recursos nacionais, estaduais e municipais para a manutenção do ensino fundamental, distribuindo-os democraticamente de forma proporcional ao número de matrículas públicas de cada município. Enfim, os governos do PSDB buscaram organizar um estado mais moderno e democrático na distribuição dos recursos públicos, no que se refere às políticas sociais. Sempre defendendo a democracia em seu discurso, os governos do PSDB não foram capazes, no entanto, de realizar a inserção social que os governos petistas fizeram. E, em termos de práticas de financiamento de campanhas e de compra dos votos necessários à aprovação de suas políticas, dançaram a dança vigente, sob um manto de silêncio em relação às negociatas com dinheiro público. O mensalão mineiro do PSDB foi pioneiro. As acusações em relação partido foram várias. O jornalista Paulo Francis foi processado por ter afirmado a existência de roubo na Petrobrás durante o governo do PSDB. E o Procurador Geral da República era chamado de engavetador geral da república, pois nada era investigado, como se nada houvesse a investigar. O PT na oposição era criticado pelo PSDB, pois sua postura era de “quanto pior melhor” e de criticar tudo que fosse feito como muito pouco e insuficiente, e até como algo feito só para iludir o povo. Frente ao governo do PT, no entanto, o PSDB passou, na condição de oposição, a apostar no quanto pior melhor, rejeitando, no Parlamento, propostas que o próprio partido havia defendido, mesmo que esta rejeição prejudicasse a situação do país. O PSDB

aliou-se a figuras como o Eduardo Cunha, comprovadamente corrupto e não merecedor de respeito por sua forma de atuação mafiosa na Câmara Federal, para desgastar o governo Dilma. Derrotado nas últimas eleições, O PSDB passou a buscar o poder pelo caminho à disposição, jogando fora, na prática, seu discurso democrático. Vale tudo para chegar ao poder, ou é através de processo relativo a práticas orçamentárias do governo Dilma, ou é por processo relativo a contas de campanha. Como se as mesmas práticas orçamentárias não tivessem sido usadas antes ou se as campanhas do PSDB fossem isentas de contribuições duvidosas.

Não obtendo vitória e com pressa, o PSDB, com o apoio da rede Globo e demais empresas de mídia corporativa, que cresceram na sombra e apoiando a ditadura militar, passou a contar com aliados não apenas de direita, mas golpistas, como setores do Judiciário e lideranças do quilate de Bolsonaro. Onde ficou o PSDB que sempre defendeu a democracia como caminho? Quer depor a presidente Dilma de qualquer forma. Incentiva procuradores federais imbuídos do espírito jacobino a prenderem Lula, para acabarem com suas possibilidades de concorrer à presidência em 2018. Usam contra Lula acusações menores do que as que se pode fazer a lideranças do PSDB como, por exemplo, Aécio Neves, entre outras. Como se favores não tivessem sido feitos a Fernando Henrique Cardoso por grandes empresas, como ocorreu, por exemplo, com o Instituto criado por FHC com contribuições empresariais. Como se sobre os processos de privatização realizados por governos do PSDB não pairassem denúncias de enriquecimentos ilícitos. E para todo este ataque, o PSDB conta com o quarto poder no Brasil: a grande imprensa e principalmente a rede Globo.

## CONCLUSÃO

Frente a tanto desespero, a conclusão que me fica é só uma: o PSDB não tem candidato para 2018 e quer impedir que o PT tenha. Nada democrático. Negação total do discurso que o partido fez durante tantos anos. Coerente com seu discurso seria o PSDB vencer Lula e o PT por suas propostas e práticas de governo, por seus acertos e não pela tentativa de aniquilação da história das lideranças adversárias, como tantas vezes estas mesmas lideranças tentaram fazer com o PSDB, ainda que sem contar com o poder da grande mídia e de setor do Judiciário. Lula não é santo e os petistas não são santos, eles jogaram o jogo dos financiamentos eleitorais e partidários e das benesses do poder que as velhas

raposas políticas sempre jogaram no Brasil e sujaram as mãos no meio do jogo. Mas o PSDB, sem falar nos partidos que já roubavam há muito mais tempo, também não é santo, por mais que a grande imprensa e o poder judiciário teimem em silenciar sobre suas lideranças, pelo menos as vivas. Só alguém muito ingênuo ou mal-intencionado para afirmar que sobre lideranças do PSDB não existem suspeitas e denúncias relativas às mesmas práticas de que acusam o PT. Como ficam as pessoas que vêm criticamente o PT e o PSDB, além dos demais partidos, neste momento? Escondidas em casa? Não. A geração que atravessou anos muito duros durante a ditadura e lutou por um Brasil socialmente mais justo e democrático não consegue ficar calada agora. **De tudo o que avançamos, duas coisas são fundamentais: o respeito às regras do jogo democrático e a justiça social.** Por isto, neste momento, partidos e lideranças que querem romper o jogo democrático, criar o caos e dar golpe político em lideranças eleitas pelo voto, mesmo que estas tenham uma avaliação majoritariamente negativa de seu governo, não me representam. **Forças políticas golpistas precisam ser contidas e não apoiadas.** O que precisamos, neste momento, é a manutenção da democracia, com o respeito aos direitos individuais, sem figuras salvadoras da pátria e sim com lideranças políticas de diferentes partidos que sejam capazes de colocar os seus interesses e os de seus partidos abaixo dos interesses maiores do país e de seu povo. Precisamos renovar as regras do jogo político e fazer as reformas urgentes e fundamentais para que o Brasil retome seu crescimento com distribuição da riqueza e democracia. Sem esta depuração política, só ganham os que estão confortáveis com a situação hoje vivida pelo país que, como historicamente ocorreu, são poucos. À ampla maioria da população, interessa a manutenção da democracia, o desenvolvimento do país e a justiça social.

\* Socióloga e docente aposentada da UFRGS.

-----

## **Manifestações foram contra Dilma e a corrupção, mas não perdoaram as oposições**

<http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/manifestacoes-foram-contradilma-e-a-corrupcao-mas-nao-perdoaram-as-oposicoes/>

**Marco Aurélio Nogueira** – São Paulo 14/03/2016,

Os céticos, posando ou não de “realistas”, dirão que a multidão do dia 13 não trouxe nada de novo, nem de social ou politicamente relevante. Que ela só serviu para dar vazão à histeria da direita e ao açodamento da grande mídia golpista, alimentando a “excitação alienada” das classes médias (alguns até falarão “pequena burguesia”). Dirão que o “povão” não se mobilizou, como se antes, em outras grandes manifestações de massa, isso tivesse sido a regra. Que, portanto, o protesto não foi representativo da população brasileira.

Teve algo nas ruas que autorize raciocínios assim? Teve, claro, do mesmo modo que se pode dizer que nas ruas sempre circulam ônibus e automóveis. Mas quem quiser analisar a sério as manifestações que ontem encheram as principais cidades brasileiras terá de se esforçar um pouco mais.

Foi contra a corrupção e contra o governo Dilma, em nome do impeachment. Teve foco, mas não perdoou as oposições. As manifestações que encheram as ruas das principais cidades brasileiras foram um brado generalizado contra tudo o que está aí: a crise, o modo de fazer política, os políticos, os partidos, a força do dinheiro nas eleições, a falta de perspectivas e de rumo, o estilo de governo.

Foram a favor da democracia, mas não puderam responder à questão mais importante: como ter democracia com os políticos e os esquemas que se tem hoje? Não basta querer, é preciso saber como fazer.

Em torno do grito uníssono de “fora Dilma” e “fora PT” ocultou-se um feixe de outras reclamações, que alcançam o sistema como um todo. Houve “seletividade”, pois o governo apanhou a torto e a direito, mas as oposições não foram consagradas. Também elas — o PSDB, agora o PMDB — têm motivos para pensar, cálculos para fazer, procedimentos a tomar, caso queiram jogar algum papel no futuro próximo.

Se a saída da crise passa, cada vez mais, pela recomposição da política e dos políticos – seja pela via de uma reforma emergencial, seja pela via de um pacto democrático que supere a polarização maniqueísta que nos trouxe até o ponto atual, seja por um acerto entre as forças de centro –, as ruas deixaram claro que os políticos precisam ouvi-las com mais atenção. Os vetos por elas lançados evidenciaram que não há uma liderança à disposição. Mas, mesmo assim, alguém terá de dirigir o processo político se a questão for preservar as regras do jogo e achar mesmo uma saída.

Quem fará isso não sabemos. Mas sabemos quem não o fará e quem não deve tentar fazê-lo.

A direita fundamentalista, tipo Bolsonaro e Feliciano, não tem densidade suficiente nem a compostura necessária: é uma caricatura regressista. Uma nova direita disputa espaço, não tem maturidade. Os militares não estão interessados e se mostram cientes de seu papel constitucional. Os juízes e procuradores são inadequados, ainda que possam estar interessados. A grande mídia não existe para isso. As redes são plurais, erráticas e pulverizadas demais. O mercado (as grandes empresas, os bancos) sempre optará por emprestar apoio a quem saiba preservá-lo para que se continue a

ganhar dinheiro. A esquerda está sem fôlego. Os oligarcas tradicionais já se desfizeram.

Sobram os políticos atuais, especialmente os melhores dentre eles, os que têm autoridade para propor, falar, agregar consensos, atrair formadores de opinião. Para fazerem isso, terão de se impor sobre seus partidos, suas correntes, suas tribos. Sobram os intelectuais, se conseguirem se libertar das camisas-de-força em que se meteram, seja por terem comprado o mingau ideológico que alimenta a polarização, seja por terem se corporativizado e se recolhido a seus escaninhos.

Desta junção de políticos mais qualificados e intelectuais menos ideologizados estarão depositadas as melhores chances para começarmos a abrir as portas que nos levarão à saída da crise.

Primeiro, criando condições para superar a falta de governo. Segundo, retomando a agenda de reforma da política. Terceiro, elaborando uma análise séria sobre a sociabilidade atual, movida a conectividade, individualização, excessos e espetacularização, uma análise que abandone as fórmulas fáceis da “luta de classes”, da “mídia golpista”, dos bons contra os maus, da “elite branca contra o povo pobre” e alcance uma representação consistente dos novos termos da vida social e do jogo político. Terceiro, garantindo a continuidade das operações contra a corrupção e a força ilícita do dinheiro na política e na gestão pública. Quarto, inventando novas formas de fazer política e de organizar a política, criando partidos de novo tipo, sacudindo os andrajos dos partidos atuais e cortando os canais que retroalimentam a classe política.

Um acordo parcial – um “acordão” – certamente está sendo gestado nos corredores de Brasília. É a reação natural dos políticos, pagando tributo a uma marca de nossa história, a “conciliação pelo alto”, sem golpe e dentro da lei. Não há porque torcer o nariz para isso: o caminho se faz ao caminhar, com o aquilo que se encontra pela frente. Ele talvez implique a cabeça de Dilma ou sua submissão plena a uma nova maioria, de perfil moderado. Preço alto, mas amortizável.

Um pacto deste tipo poderá nos levar até 2018, mas pouco significará se não vier condicionado pelo respeito às ruas e, sobretudo, pela disposição de começar do começo e de forma substantiva.

## **Cabeça de Intelectual**

### **Rodrigo Cássio 13 março Goiania GO**

Cabeça de intelectual petista é assim: pega o conceito de espetáculo que Guy Debord criou para questionar a espetacularização da Lava Jato.

Mas Debord era um marxista convicto, e não um pregador de ideias banais. A rigor, o seu conceito de espetáculo cairia muito bem para criticar o projeto de capitalismo de compadrio e todo o esquema corrupto que o PT articulou para

se manter no poder. Mas sobre esse sentido do conceito, o intelectual petista - dito de esquerda - se cala e não tem nada a dizer.

Mesmo com tantas evidências de corrupção, o intelectual petista se indigna com uma questão procedimental de direito. Muito embora a discussão sobre a condução coercitiva deva ser feita, a sua função de "cortina de fumaça" a serviço dos interesses pessoais de Lula é óbvia. Na época do marxismo, a esquerda ainda citava Brecht: "O que é um roubo de banco, comparado à fundação de um banco?". Hoje, o petismo reescreve Brecht com o mesmo cinismo com que relê Debord. "O que é o desvio de bilhões na Petrobras, comparado à condução coercitiva de Lula para um depoimento?".

Essa explosão de legalismo é histriônica. Logo a esquerda, tão crítica do normativismo! Os mais alucinados protestam que Sérgio Moro não é um formalista, que o Estado de Direito deveria ser respeitado à risca, e dois minutos depois fazem posts convocando para uma revolução armada. Os mais sofisticados evitam ser levianos, mas não conseguem esconder suas fraquezas quando se trata de Lula.

A decadência da inteligência petista passa por Renato Janine Ribeiro se escandalizando ao perceber que o Sr. Luiz Inácio é um cidadão comum, e que o seu valor, para a lei, é o mesmo de qualquer outro cidadão da república.

O problema não é só a incoerência e a valentia fácil das redes sociais. Para defender o PT, a esquerda de hoje fica sem chão, vacila, perde as referências. No mesmo tom da campanha abjeta de 2014, ela se segura nos esquemas mentais difundidos pela semicultura da militância: a narrativa da vitimização, a narrativa do bem contra o mal, a narrativa da mídia manipuladora com seus poderes totais e infinitos.

João Santana foi preso, mas os fiéis continuam repetindo sua propaganda. Por tudo isso, o ocaso do PT deve ser completo. Não basta que ele saia do poder. É preciso que ele seja superado como são superados os paradigmas: a própria realidade o desautoriza, expõe os seus limites, atesta a sua falência, e finalmente o substitui pelo novo que fomos capazes de produzir.

## **Alexandre, Napoleão e os nossos nós**

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,alexandre--napoleao-e-os-nossos-nos,10000019757>

06 Março 2016 | [Luiz Werneck Vianna](#)

Passam-se os dias e não se afrouxa o nó que nos ata a essa crise sem fim. O juiz Sergio Moro e a equipe de procuradores à frente da Operação Lava Jato,

por mais que se esforcem, estão limitados à tarefa de explicar como foi possível a criação da trama macabra que nos enleia. Não têm, é claro, os poderes de Alexandre, o grande general e estadista, que, diante de um nó igualmente insolúvel que o desafiava, sacou da sua espada e o cortou num só golpe. Nem ele e menos ainda, como se vê, a alta hierarquia das corporações jurídicas. Pior, pouco se pode esperar dos políticos, boa parte preocupada em salvar o próprio pescoço, e da ocupação das ruas, uma vez que os nossos jovens, como há pouco testemunhamos, optaram por ir a elas em animados blocos de carnaval em número nunca visto anteriormente.

Estamos, então, ao deus-dará, como sempre com os olhos fitos no céu esperando por uma solução providencial, acostumados a confiar mais na fortuna, que, na verdade, nos tem sorrido com nossa história de revoluções passivas que, para o mal ou para o bem, nos têm evitado rupturas traumáticas nos momentos de mudanças, como este que agora vivemos. Não à toa, aqui não vingam os princípios de Napoleão, que diante das incertezas em batalhas cruciais optava por se lançar ao combate, uma vez que a Fortuna é mulher e, como tal, na sentença famosa de Maquiavel, de quem era fiel leitor, daria preferência aos homens audazes.

A nossa cultura política, ao contrário, tem horror ao incerto e ao risco, e se lhe é dada a opção no caso de conflitos severos, busca equilibrar os antagonismos em lugar de extremá-los – os registros históricos são abundantes, incluindo o processo de transição que nos trouxe recentemente de volta à democracia. Já em 1855 Justiniano José da Rocha, em Ação, Reação, Transação, fazia o elogio da política da conciliação que pôs fim às turbulências políticas do período da Regência, estabelecendo as bases para a pacificação política e a prosperidade que tomou curso no 2.º Reinado. A obra de Justiniano consistirá num marco nem sempre reconhecido da política de transformismo que a República, de Vargas a Lula, vai adotar do Império.

A crise atual, para além das dimensões políticas, econômicas e ético-morais envolvidas, é também, talvez sobretudo, uma crise dessa modelagem atávica de equilibrar antagonismos pela ação do Estado, levando-os, sob sua arbitragem moderadora, a uma solução de compromisso entre eles. A abertura da esfera pública à esfera privada, confiando-se a esta a realização de fins políticos de política interna e externa em nome da perseguição dos objetivos estratégicos de levar o País ao status de potência no concerto internacional, teve como resultado o abastardamento do Estado, de muitas de suas agências, como a Petrobrás, referência programática da esquerda há décadas, e de partidos políticos, principalmente os da base aliada governamental.

Mais que isso, ampliou-se o Estado no sentido de trazer para o seu interior os movimentos sociais, concedendo-lhes interlocução direta com suas agências a fim de negociarem suas demandas e seus interesses, radicalizando a política de Vargas, que se limitara à incorporação do mundo sindical. Engessada nesse abraço amigável, a sociedade abandonou-se ao pretense tirocínio dos seus governantes, abdicando da auto-organização e da política. Espanha, Grécia, com sua emergente nova política, se animam os sonhadores, estão bem longe do alcance das nossas mãos. Os partidos estão em frangalhos, e até onde a vista alcança não há feliz novidade nesse front.

O fim de linha dessa política, sitiada num flanco pela derruição contínua dos alicerces que sustentavam sua economia, inclusive pelas novas circunstâncias da economia-mundo, e noutro pela Operação Lava Jato, que põe a nu os mecanismos perversos a partir dos quais se instalou, não parece que encontrará, pela disposição e pelas motivações das peças no tabuleiro político, um destino diverso do nosso repertório tradicional. É verdade que a recente Operação Acarajé apimenta esse quadro, mas a espada de Alexandre cabe nas mãos de juízes a julgarem a frio, sem o clamor das ruas e da maioria parlamentar? A quente, com muita pimenta, até pode ser.

Mas sempre há espaço para a política, mesmo em terrenos inférteis para ela, e já está aí a tendência a animar elementos característicos de uma dualidade de poder, sinal historicamente comprovado de situações de mudanças políticas: de um lado, o Palácio do Planalto, de outro, o Instituto Lula, ambos constrangidos a obedecer a lógicas distintas.

O Palácio do Planalto orienta-se crucialmente pela preservação do mandato presidencial até o seu término, daqui a longos três anos. Para tanto precisa governar e tomar decisões difíceis em matérias sistêmicas e de política social, pressionado como se encontra por gregos e troianos para abrir caminho à retomada do crescimento econômico. Por sua vez, o Instituto Lula, bunker das lideranças do PT, escorado em centrais sindicais poderosas, não apenas petistas, resiste a políticas de ajuste fiscal e de reformas da legislação trabalhista e previdenciária, mantendo seu foco na sucessão presidencial de 2018.

Antenas sensíveis já captaram o silencioso movimento das coisas, como as de Ana Maria Machado, que dias atrás publicou um artigo em elogio à negociação, mesma orientação política, aliás, a que o PMDB, na fala do seu presidente Michel Temer em horário eleitoral, conferiu alta voltagem. Para além do Palácio do Planalto e do Instituto Lula, há um tertius, a oposição e os muitos descontentes, que não estão surdos, muito pelo contrário, a essa

movimentação. Napoleão Bonaparte, ao que parece, não teria o que fazer aqui, mas nós temos, e a crise atual é a nossa oportunidade para um recomeço com o que sobrar das ruínas que ficarem de pé.

LUIZ WERNECK VIANNA SOCIÓLOGO, PUC-RIO

## O risco da desagregação partidária

*FERNANDO DANTAS = 05 Março 2016 | 01:12*

Octavio Amorim Neto, cientista político da Ebape/FGV-Rio, fala do seu desassossego diante da intensificação da polarização política – na esteira dos últimos desdobramentos da Lava-Jato -, que poderia atingir duramente o sistema partidário brasileiro, não só devastando o PT mas também ameaçando o PSDB.

Recém-chegado de duas semanas lecionando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o cientista político Octavio Amorim Neto utiliza uma expressão do poeta Fernando Pessoa para descrever a nova fase da crise política iniciada hoje, com a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor:

“Há razões profundas para sentir desassossego se pensarmos nas possíveis consequências de médio e longo prazo – um dos perigos a partir de agora é a desagregação do sistema partidário que nos deu 20 anos gloriosos de razoável estabilidade econômica e fortalecimento da democracia, de 1994 a 2004”.

Amorim, professor da Escola de Administração Pública e de Empresas (Ebape/FGV-Rio), ressalva que não está fazendo uma tentativa de prognóstico certo, mesmo porque a volatilidade do quadro político brasileiro não permite projetar o futuro com um grau mínimo de segurança. Na verdade, o que ele expressa é o temor de que, no turbilhão da crise política, o País deixe escapar conquistas importantes do período da redemocratização. A principal delas é um sistema partidário que, com todos os seus problemas, gira em torno de dois partidos principais, PT e PSDB, que “agregam preferências e formam maiorias políticas que permitem governar”.

Ele se preocupa, para início de conversa, com a reação de Lula e do PT aos fatos de hoje. O cientista político observa que, apesar da retórica socialista e bolivariana de alguns segmentos petistas, e de atitudes radicais como a de não ter assinado a Constituição de 1988, “o PT nunca investiu contra a democracia e, na verdade, vicejou como partido com a consolidação democrática, as eleições diretas, a imprensa livre e o Judiciário ativo”.

Amorim considera que o PT foi um ator fundamental na reconstrução democrática brasileira, e teme agora que o partido comece a investir contra as instituições da República, como a Polícia Federal e o Judiciário.

“A redução da polarização entre a esquerda e a direita nos últimos 30 anos foi essencial para chegarmos em 2010 como um país com prestígio econômico internacional, que crescia e realizava um vigoroso processo de inclusão social”, diz Amorim. A estabilidade democrática, aliás, viabilizou a chegada do PT ao poder em 2002; e, depois de um primeiro mandato difícil por causa do Mensalão, Lula atingiu seu apogeu e a condição de líder com popularidade recorde ao fim do seu segundo mandato.

Agora, o cientista político receia que a volta da polarização política, que com os últimos desdobramentos da Lava-Jato pode se tornar pior do que em 2015, esse legado democrático das últimas décadas se veja ameaçado. Amorim não se preocupa tanto com as instituições democráticas, que só seriam afetadas com alguma espécie de golpe, mas sim com o sistema partidário, que é crucial para que a democracia tenha um funcionamento minimamente eficaz, especialmente no contexto de uma gravíssima crise econômica.

Ele nota que o Brasil ainda aparece bem em termos da solidez e do bom funcionamento da sua democracia. Em classificação da Economist Intelligence Unit, a qualidade da democracia brasileira só é inferior na América Latina a países bem menores e mais descomplicados – Uruguai, Chile e Costa Rica. O Brasil está acima de outras grandes democracias da região, como México e Colômbia.

“Esse é um ativo que ainda temos, e a que chegamos com a redução da polarização política que levou ao golpe de 1964 – somos uma sociedade em que os militares se retiraram totalmente da política, o processo eleitoral é confiável, há um Judiciário independente e imprensa livre”, ele diz.

Ele nota que o PSDB, o outro grande protagonista político desde a redemocratização, também poderia ser “levado de roldão” pelos últimos desdobramentos da crise política.

“O PSDB parece espantado, assustado, numa atitude de espera – se os presidentes das grandes empreiteiras cumprirem o que vêm prometendo, que é desmascarar todo o jogo de promiscuidade entre estas empresas e os governos nos últimos 20 a 30 anos, os dois principais partidos governantes serão atingidos e podemos ter uma crise no sistema partidário”, continua o cientista político, para quem o PSDB “faz o jogo político tradicional que está sendo desmontado pela Lava-Jato”.

Amorim diz ainda que “quem odeia o PT não deveria esquecer que, se o partido sair de cena, será retirada a principal perna que sustenta o sistema representativo brasileiro, e alguém vai acabar substituindo o PT na centro-esquerda, mas este é um processo que pode levar dez anos”.

Ele acrescenta que “o sistema partidário agrega preferências para formar maiorias políticas que tenham condição de implementar programas e resolver os grandes problemas nacionais – um eventual enfraquecimento tanto do PT quanto do PSDB pode tornar tudo mais difícil”.

Amorim nota que mesmo que se eleja um próximo presidente, não pertencente àqueles dois partidos, mas que seja bastante bom, cumpre-se apenas uma condição necessária, mas não suficiente, para retomar as reformas de que o Brasil precisa. “Sem um sistema partidário sólido que forme maiorias políticas, é difícil de funcionar”.

De acordo com o cientista político, um sistema partidário não se recompõe em apenas uma eleição. Seriam necessárias duas ou três, cerca de uma década ou mais para isto acontecer. E, enquanto não houvesse a recomposição, o País viveria uma fase em alguns aspectos parecida com a dos governos Sarney, Collor e Itamar: uma profunda crise econômica, combinada com a ausência de um sistema partidário funcional.

Para Amorim, “estamos num momento de incerteza máxima, e é importante que a classe política tenha a consciência de que o conflito político tem que acontecer dentro de regras mínimas de respeito mútuo”.  
([fernando.dantas@estadao.com](mailto:fernando.dantas@estadao.com))

*Fernando Dantas é jornalista da Broadcast*

*Esta coluna foi publicada pela AE-News/Broadcast em 4/3/16, sexta-feira.*

## **A mesa e suas cartas, por Tarso Genro**

**<http://oglobo.globo.com/brasil/artigo-mesa-suas-cartas-por-tarso-genro-18842670>**

Certamente, os cidadãos sensatos do país preferem uma saída negociada para sair da crise

Quando a crise política contamina a economia e as mediações institucionais são insuficientes para resolvê-la, o que a sucede a História já registrou: a instauração de um “estado da natureza”, no qual a dialética “amigo x inimigo” impera até a destruição de uma das partes; uma lenta decadência da política, que enoja a sociedade, até ela mesma pedir soluções autoritárias; uma conciliação para salvar aparências, mudando “para que tudo continue o mesmo”; ou a gestação de um novo “consenso”, em torno de valores que recarreguem de energia cívica a democracia política.

No mínimo é necessário testar a sinceridade da proposta de diálogo feita pelo ex-presidente Fernando Henrique, no seu artigo recente “Cartas na mesa”. Nos que exercemos altas funções políticas — nos últimos 30 anos — devemos contribuir com o debate, neste grave momento de indeterminação política. Deformações graves da ordem jurídica estão em curso e delas não se sairá pelos meios legais “ordinários”, o que implica buscar a saída pelos meios legais “extraordinários”. Caso contrário, o que teremos é uma radicalização que só tende a reproduzir violência e ilegalidade. E o extraordinário é a “concertação”, num país em que sempre predominou ou a conciliação sem princípios ou a guerra política de extermínio.

A petição do ex-presidente, de que “não se trata só da Dilma ou do PT (...), mas do que idealizamos na Constituição de 88” (...), que “é construir uma democracia plena e um país decente”, deve ser testada para verificarmos se é possível recuperar o império da política numa democracia sólida. A midiáticação do processo penal, a criação de um estatuto ilegal e ilegítimo de “reféns do estado de direito” (para a delação premiada), os vazamentos seletivos de informações, o uso de métodos de exceção para perseguir lideranças de uma das facções em disputa, envenena e divide o país. Isto deve ser superado.

Ao defender que não sairemos da “encalacrada” sem “uma mudança nas regras do jogo”, o ex-presidente sugere algumas reformas. Algumas típicas das suas posições históricas, outras que poderiam ser negociadas para serem implementadas com certa rapidez. Outras ainda, mais complexas, como a

instituição de um semiparlamentarismo, é bom regime de governo que requereria uma reforma política mais profunda, que fortalecesse os partidos e saneasse o ambiente eleitoral dos financiamentos ilegais.

Que a base petista-lulista e de esquerda, no país, não vai capitular já está claro. São dezenas de milhões de brasileiros. Sua unidade fundamental, é que o governo Dilma tenha assegurado seu direito de governar até o último dia do seu mandato com um mínimo de serenidade, o que até agora não lhe foi conferido pela oposição.

No contexto atual, a diferença entre uma “conciliação” sem princípios e um processo de “concertação” é que, na primeira, as partes ajustam cláusulas que resguardam os contratantes diretos, sem levar em consideração os efeitos do acordo na base social que representam. Na “concertação”, ficam ajustadas vantagens e renúncias, mas a agenda inteira — de cada parte — pode ser retomada pela via democrática, restabelecida na sua plenitude. Desta forma, a integralidade do cumprimento do mandato pela presidenta seria o ponto de partida de qualquer processo de estabilização democrática do país.

Um segundo ponto que deveria informar esta concertação seria o reconhecimento — já apontado por vários juristas — de que a Operação Lava-Jato se tornou um instrumento político inquisitório, que opera à margem da legalidade. Através deste reconhecimento político não se oporia “imunidades” nas investigações, mas a defesa unitária de que os procedimentos de exceção devem acabar, pois já estão promovendo a dissolução dos princípios da presunção da inocência e do direito à ampla defesa.

Aceitas estas duas preliminares de defesa da ordem democrática, poderiam vir à tela quatro dos temas, levantados pelo ex-presidente:

1- Alterar por consenso as regras de financiamento eleitoral, com um prazo experimental acordado; 2- Compatibilizar o gasto público com o crescimento do PIB, com uma transição que não prejudique a retomada do crescimento, combinando-a com a aprovação da CPMF por um prazo emergencial; 3- Uma reforma política — para ter efeito nas eleições de 2018 — que reduza o número de partidos e facilite a formação de frentes eleitorais, com vinculação vertical e permissão de um número mínimo de candidatos não filiados, em cada sigla; 4- Reforma emergencial do ICMS, para ajudar o refinanciamento dos estados, combinando-a com a reestruturação das suas dívidas.

Seria possível que os principais partidos da oposição e do governo se dispusessem a conversar sobre esta agenda inicial? É difícil, mas não impossível. Tal diálogo poderia abrir a possibilidade para a convocação de uma Constituinte, para tratar de assuntos cuja legitimidade só poderia vir do poder constituinte do povo. Não quero dizer que é isso ou o caos. Mas, certamente, todos os cidadãos sensatos do país preferem uma saída negociada, para fortalecer a democracia, a uma guerra que fortaleça o arbítrio.

Tarso Genro é ex-governador do RS e ex-ministro.



**Cartas na mesa**

***A execução de programas sociais encontra dificuldades porque a estrutura estatal é burocratizada e corporativista; e a sociedade não tem como pagar mais tributos***

06/03/2016 - 01h39 – R. NOBLAT

<http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/03/cartas-na-mesa.html>

É preciso abrir o jogo: não se trata só de Dilma ou do PT, mas da exaustão do atual arranjo político brasileiro. E mais: o que idealizamos na Constituição de 1988, cujo valor é indiscutível, era construir uma democracia plena e um país decente, com acesso generalizado à Educação pública, Saúde gratuita e Previdência Social. Mais ainda, acesso à terra para os que nela precisassem trabalhar, bem como assistência social aos que dela necessitassem. A execução desse programa encontra dificuldades crescentes porque a estrutura estatal é burocratizada e corporativista. E também porque a sociedade não quer e não pode pagar cada vez mais tributos quando os gastos não param de se expandir.

Era inevitável que nos encontrássemos nessa situação? Não. Contudo, para evitar a crise do sistema de partidos e da relação Executivo/Legislativo, teriam sido necessários, no mínimo, os contrapesos da “lei de barreira” e da proibição de alianças partidárias nas eleições proporcionais, restrição aos gastos de campanha e regras mais severas para seu financiamento.

Mas não é só. A má condução da política econômica tornou impossível ao governo petista seguir oferecendo os benefícios sociais propostos, senão pagando o preço da falência do Tesouro. Não me refiro às bolsas, que vêm do governo Itamar, foram ampliadas em meu governo e consolidadas nos governos petistas: elas são grãos de areia quando comparadas com as “bolsas empresários” oferecidas pelos bancos públicos com recursos do Tesouro. Sem mencionar o grau inédito de corrupção, azeite que amaciou as relações entre governos, partidos e empresas e que deu no que deu: desmoralização e desesperança. Oxalá continue a dar cadeia também.

Diante disso, como manter a ilusão de que as instituições estão funcionando? Algumas corporações do Estado, sim, se robusteceram: partes do Ministério Público e da Polícia Federal, segmentos do Judiciário, as Forças Armadas e

partes significativas da burocracia pública, como no Itamaraty, na Receita e em algum ministério, ou no Banco Central. Entretanto, no conjunto, o Estado entrou em paralisia, não só o Executivo, como também a burocracia e o Congresso. Este pelas causas acima aludidas, cuja consequência mais visível é a fragmentação dos partidos e a quase impossibilidade de se constituir maiorias para enfrentar as dificuldades que estão levando ao desmonte do sistema político.

Nada disso ocorreu de repente. Repito o que disse em outras oportunidades: na viagem que a presidente Dilma fez em 2013 para prestar homenagens fúnebres a Mandela, acompanhada por todos os ex-presidentes, eu mesmo lhes disse: o sistema político acabou; nossos partidos não podem ou não querem mudar; busquemos os mínimos denominadores comuns para sair do impasse, pois somos todos responsáveis por ele. Apenas o presidente Sarney se mostrou sensível às minhas palavras.

Agora é tarde. Estamos em situação que se aproxima à da Quarta República Francesa, cujo fim coincidiu com os desajustes das guerras coloniais, tentativas de golpe e, finalmente, a solução gaullista. Aqui as Forças Armadas, como é certo, são garantes da ordem e não atores políticos. É hora, portanto, de líderes, de pessoas desassombradas, dizerem a verdade: não sairemos da encalacrada sem um esforço coletivo e uma mudança nas regras do jogo. A questão não é só econômica. Sobre as medidas econômicas, à parte os aloprados de sempre, vai-se formando uma convergência, basta ler nos jornais o que dizem os economistas.

Mesmo temas sensíveis, nos quais ousei tocar quando exercia a Presidência e que caro me custaram em matéria de popularidade, voltam à baila: no âmbito trabalhista, como disse o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Gandra Martins, citando como exemplo o Programa de Proteção ao Emprego, começemos por aceitar que o acordado entre os sindicatos prevaleça sobre o legislado, desde que respeitadas as garantias fundamentais asseguradas aos trabalhadores pela CLT. Enfrentemos o déficit previdenciário, definindo uma idade mínima para a aposentadoria que se efetive progressivamente, digamos, em dez anos. Aspiremos, com audácia, que um novo governo, formado dentro das regras constitucionais, leve o Congresso a aprovar algumas medidas

básicas que limitem o endividamento federal, compatibilizemos gasto público com o crescimento do PIB e das receitas, e melhorem o sistema tributário, em especial em relação ao ICMS.

Dentre as medidas fundamentais a serem aprovadas, a principal é, obviamente, a reformulação da legislação partidário-eleitoral. O nó é político: eleições com a legislação atual resultarão na repetição do mesmo despautério no Legislativo. Há que mudar logo a lei dos partidos, restringindo a expansão de seu número, e alterando as regras de financiamento eleitoral para evitar a corrupção. Por boas que tenham sido as intenções da proibição de contribuição de empresas aos partidos, teria sido melhor limitar a contribuição de cada conglomerado econômico a, digamos, X milhões de reais, obrigando as empresas a doarem apenas ao partido que escolherem, e por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, que controlaria os gastos das campanhas. A proibição pura e simples pode levar, como ocorreu em outros países, a que o dinheiro ilícito, de caixa dois ou do crime organizado, destrua de vez o sistema representativo.

Ideias não faltam. Mas é preciso mudar a cultura, o que é lento, e reformar já as instituições. É tempo para que se verifique a viabilidade, como proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil e por vários parlamentares, de instituir um regime semiparlamentarista, com uma Presidência forte e equilibradora, mas não gerencial. Só nas crises se fazem grandes mudanças. Estamos em uma. Mãos à obra.

### **Impeachment: a pauta oculta**

– ON 11/03/2016

***Pré-Sal para petroleiras globais. Fim da demarcação indígena. “Direito” ao armamento pessoal. Veto à família homoafetiva e muito mais. Que projetos escondem-se atrás da suposta “luta contra corrupção”***

Por **Cristina Fróes de Borja Reis, Tatiana Berringer e Maria Caraméz Carlotto** | Imagem: **Edward Biberman, Conspiração**(1955)

A condução coercitiva do ex-presidente Lula em 4 de março foi, até o momento, o episódio mais grave da atual crise econômica e política no Brasil.

A crise nos coloca diante de uma ameaça, diretamente ligada à correlação de forças existente na sociedade: os interesses do grande capital financeiro, há muito questionados, podem retomar completamente o controle do jogo.

Diante do espetáculo criado pela imprensa na chamada “luta contra a corrupção”, os interesses dominantes amplamente representados no Congresso aproveitam-se da cortina de fumaça para impor sua agenda regressiva ao país. Ao invés de discutir com seriedade e aprovar uma reforma política que pusesse fim ao financiamento empresarial de campanhas eleitorais, que é a base da estrutura do sistema político brasileiro criado no fim da ditadura militar e que está na raiz do escândalo atual, oportunisticamente resgata-se antigas e derrotadas ideias sob a forma de projetos de lei (PL), propostas de emendas constitucionais (PEC) e projetos de resolução do Senado (PRS) à aprovação sob regime de urgência. O rápido exame de alguns deles evidencia como atentam contra a soberania nacional, a democracia e os direitos humanos no Brasil.

Começando pela economia, o PRS 84/2007, apresentado pelo senador José Serra (PSDB/SP), estabelece um teto para a dívida pública líquida e bruta da União, reduzindo a autonomia de política macroeconômica do Estado (na sua capacidade de atuação anticíclica). Isso significa, no curto prazo, aprofundar o ajuste fiscal em curso desde 2015 e comprometer as possibilidades de saída da crise pois, também no médio e longo prazo, o estímulo tributário e de gastos públicos é fundamental para acender a dinâmica de investimentos doméstica. Duas das questões mais sensíveis e que afeta diretamente os gastos públicos são a reforma da previdência e a política de valorização do salário mínimo. Ambas estão sendo transformadas em prejuízo dos trabalhadores (como ficou claro no começo de 2015 com a imediata investida, naquele momento mal sucedida, para alterar a regra da valorização do mínimo e na Medida Provisória 680/2015, no sentido da flexibilização das leis trabalhistas), dos aposentados e da própria autonomia de política econômica e social.

A Lei de Responsabilidade das Estatais (PLS 555/2015), cujo relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), é mais uma proposta em curso que fere o princípio da autonomia, ao criar um marco regulatório que enquadra as empresas estatais na lógica do mercado financeiro. Além de impedir filiados a partidos e sindicalistas de participarem na composição dos conselhos e diretorias, prioriza quem tem experiência no mercado. Tal reforma possibilita, sob a imagem de um falso republicanismo, a captura por parte de grupos

particulares privados, nacionais ou estrangeiros, dos bens públicos que impactam fortemente na atividade econômica nacional e na inserção geopolítica do país.

Aqui residem dois movimentos igualmente perniciosos. O primeiro é a ameaça aos direitos de militantes de partidos e sindicatos — algo que fortalece a ampla propaganda de criminalização da política atualmente em curso, subtraindo dos atores políticos seus instrumentos legítimos de representação. Na esteira de um suposto esforço de combate à corrupção, difunde-se uma ideologia elitista e tecnicista, que associa toda e qualquer atividade política à busca do auto-interesse, ao descaso com a coisa pública quando não à simples prevaricação, como se o mercado e as estruturas burocráticas do Estado não fossem, eles também, permeados de interesses e visões ideológicas.

O segundo movimento é o de recondução da política externa e da margem de manobra do Estado diante das grandes potências, especialmente dos Estados Unidos, já que o posicionamento geopolítico no campo energético é crucial para a soberania brasileira e latino-americana. Ao contrário, o movimento de curso é de privatização dos recursos naturais e um benefício da maior participação dos grupos financeiros internacionais, representando uma subtração da soberania nacional e o fortalecimento deles.

É exatamente a soberania nacional que está em jogo com a aprovação pelo Senado Federal do PLS 131/ 2015, também de autoria do senador José Serra e atualmente tramitando na Câmara como PL 4567/2016. O projeto estabelece que a Petrobrás terá a prerrogativa de escolher se quer ser operadora do campo do Pré-Sal ou se prefere se abster da exploração mínima de 30% obrigada pela lei. Portanto, abre possibilidade para o capital privado, nacional e estrangeiro, se apropriar ainda mais de um recurso estratégico. Além disso, limita o poder fiscalizador que a estatal brasileira exerceria sobre a exploração do campo. Ou seja, não somente não garante que as operações passem a ser feitas maximizando lucratividade e eficiência, como desconsidera as implicações mais abrangentes de sua operação sobre a estrutura produtiva doméstica e suas consequências distributivas – em prejuízo, novamente, dos interesses da maioria dos brasileiros.

Falando na possibilidade de maior participação estrangeira na propriedade de ativos brasileiros, está em trâmite um texto substitutivo ao PL 4059/12 para flexibilizar o processo de compra de terras brasileiras por estrangeiros. O texto

contraria parecer publicado pela Advocacia Geral da União — que veda, por exemplo, empresas estrangeiras adquirirem imóvel rural com mais de 50 módulos de exploração indefinida. Paralelamente, também se fortalecem os interesses ruralistas com a PEC 215/ 2000, que tem como objetivo retirar do Executivo o poder para demarcar terra indígena, transferindo a palavra final sobre demarcação das terras para o Congresso Nacional. Na prática, as terras ditas “tradicionais” passarão a ser interpretadas como qualquer outra propriedade rural. Ainda sobre esse tema, seguiu para a câmara dos Deputados a PEC 71/2011 (relatada pelo senador Blairo Maggi (PR/MT) e aprovada de forma unânime no Senado), que prevê a indenização a proprietários rurais com áreas incidentes em Terras Indígenas.

Há ainda a tentativa de flexibilização do estatuto do desarmamento. O texto substitutivo, do deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG), aprovado em uma comissão especial do Congresso, facilita a obtenção do porte de armas por mudar os requisitos necessários para o cidadão comum receber autorização para circular nas ruas portando armas de calibre permitido. Trocando em miúdos, será facilitado o acesso às armas por particulares, possibilitando, no limite, que novas milícias possam atuar concorrentemente às forças do Estado – aumentando, ao invés de retraindo a violência.

Também no campo dos direitos civis, o PL 5069/ 2013 do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara, altera regras sobre o aborto, criminalizando quem preste qualquer auxílio ou orientação. No caso de estupro, o texto prevê que o aborto seja permitido somente com exame de corpo delito. Já o Estatuto da Família, PL 6583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR/ PE), sedimenta uma definição excludente de entidade familiar (“o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”), o que tem como consequência a exclusão do casamento homossexual e também da adoção por famílias formadas por homossexuais marcando um retrocesso enorme nos poucos direitos conquistados pela comunidade LGBT.

Ainda aguarda apreciação do Senado Federal a PEC 171, proposta originalmente em 1993, sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Além de especialistas concordarem de modo quase unânime que a medida não afasta efetivamente adolescentes do crime, seu efeito político

imediatamente é isentar o Estado do compromisso com políticas de juventude, combatendo-se o efeito e não a causa da criminalidade, como o comprova a experiência de outros países. A medida é absurda dentre outros motivos porque já existem leis que responsabilizam menores infratores. Todos esses diferentes projetos simbolizam enormes retrocessos nos direitos civis, que prejudicam principalmente e diretamente as vidas das mulheres, jovens e LGBTs.

Enquanto emergem aparatos legais tão polêmicos, é assustadora a aprovação da lei anti-terrorismo pelo Plenário do Senado em 24 de fevereiro de 2016, que reformula o conceito de “organização terrorista”. Como alardeiam os críticos, e também a Organização das Nações Unidas (ONU), o projeto agride os direitos humanos porque a tipificação para o crime de terrorismo está ampla e abre margem para a repressão de movimentos sociais e manifestações populares. Em nota, a ONU reforçou que definições imprecisas não são compatíveis com a perspectiva das normas internacionais de Direitos Humanos. Ou seja, no atual contexto em que os diversos atores políticos deveriam se fortalecer para fazer escutar suas vozes e disputar o poder, reprime-se seu direito fundamental de se organizar, movimentar e manifestar.

Mesmo que se seja a favor de um ou mais dos projetos aqui tomados apresentados, há de concordar que a premissa elementar, de que o que não pode ser limitado é a garantia da preservação das instituições democráticas. Ou seja, não é hora para decisões tão importantes serem tomadas sem amplo debate na esfera pública, com espaço para crítica e reflexão. A prioridade é, também, zelar pelos direitos humanos e pelas conquistas sociais que efetivamente melhoraram as condições de vida da maioria da sociedade brasileira. É preciso pensar também se essa ofensiva contra empresas brasileiras e contra o atual governo é genuinamente uma tentativa de combater a corrupção e moralizar a política nacional, ou se é uma investida seletiva a favor dos interesses financeiros e internacionais, contra a alteração da correlação de forças da sociedade brasileira dos últimos anos – em que se fortaleceu a posição do Brasil na geopolítica mundial ao mesmo tempo em que se retirou milhões de pessoas da miséria, aumentou-se a remuneração real média dos trabalhadores e atingiu-se a menor taxa de desemprego observada desde o fim da ditadura militar.

**Cristina Fróes de Borja Reis, Doutora em Economia pela UFRJ, Professora de Economia e Relações Internacionais na UFABC, autora da monografia premiada pelo Tesouro**

Nacional Os efeitos do investimento publico sobre o desenvolvimento econômico:  
análise aplicada para a economia brasileira entre 1950 e 2006 (2008).

Tatiana Berringer, Doutora em Ciência Política pela UNICAMP, Professora de Relações Internacionais na UFABC, autora do livro A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula .(2015).

Maria Caramaz Carlotto, Doutora em Sociologia pela USP, Professora de Relações Internacionais na UFABC, autora do livro Veredas da mudança na ciência brasileira. Discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo (2013).

### **‘O que é mesmo que estão querendo? – Linha de Tiro.’**

***Tarso Genro: “O que devemos nos perguntar, neste momento, é a quem interessa criar no país, um clima de guerra civil, no qual a Polícia já começa – como ocorreu sexta à noite no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – a interromper plenárias sindicais, violando frontalmente a Constituição”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)***

**Tarso Genro 14 março [www.sul21.com.br](http://www.sul21.com.br)**

A denúncia feita pelos promotores de São Paulo, que contém o pedido de prisão preventiva do Presidente Lula – de um dos seus filhos e da dona Marisa – pareceu abrir um clarão de lucidez nos meios jurídicos, em setores políticos menos sectários e em boa parte da inteligência do país. Demonstra, também, o grau de partidarização daquele órgão de Estado, a tragédia de parte do nosso ensino jurídico e a escassa capacidade que vem demonstrando um setor daquela corporação, de compreender a importância das suas funções no Estado de Direito, que é diferente daquelas exercidas pela instituição num Estado policial, no qual, Governo e Estado, se confundem no monopólio da violência sem lei.

Qualquer um destes promotores aguentaria dez minutos de debate com Celso Antonio Bandeira de Mello, com Fábio Comparatto, com Dalmo Dallari, com Lenio Streck, com José Geraldo de Souza Junior, com Paulo Abrão, com Luiz Moreira, sem mandar algum deles “catar coquinhos”, como disse um dos brilhantes Promotores, ao responder pergunta de um jornalista sobre a parceria, até então desconhecida, de Marx diretamente com Hegel? Creio que não. Acho que perderiam a cabeça e provavelmente pediriam a solução do

impasse de ideias, pelas “vias de fato”, numa mistura de “programa” cultural, com uma Santa Inquisição pós-moderna.

Esta trapalhada faz lembrar, também, a insensatez dos movimentos que pedem, ou a renúncia ou o impedimentos da Presidenta – por ódio político ou inconformidade com o resultado eleitoral – sem levar em consideração a instabilidade política e o aumento da crise econômica e social a que o país seria jogado, se isso acontecesse.

Vejamos qual seria a sucessão de Dilma (sobre quem não pende nenhuma acusação criminal), sucessão que lembro sem afiançar qualquer uma das acusações que são feitas a estes políticos, já que não se conhece nada de oficial, até agora, sobre imputações que lhes estariam sendo feitas. Cordão sucessório: Vice-Presidente Michel Temer, na linha de tiro do Supremo; deputado Eduardo Cunha, na linha de tiro do Supremo, próximo ao cadafalso; Senador Renan Calheiros, com três inquéritos, na linha de tiro do Supremo. Depois vem o Presidente do STF e o Procurador Geral da República. (Bem, mas poderia ser Aécio, por alguma forma de golpismo institucional? Resposta: já na linha de tiro do STF, por citação, entre outros, do próprio Senador Delcídio, festejado agora pela mídia como o “novo delator fundamental”).

Costumo consultar, quando tenho dúvidas sobre a estética da linguagem em situações difíceis, um precioso livro de Jorge Luís Borges e José E. Clemente (“El Lenguaje de Buenos Aires”, 1968), onde os autores compõem uma sinfonia de rejeição “do colonialismo idiomático das academias” e mostram o seu “aborrecimento”, perante “o que chamam “linguistas profissionais”. Lá na pg. 37 desta preciosidade está uma das sentenças lapidares de Borges: “Falam em voz mais alta, isto sim, com a postura dos que ignoram a dúvida.”

A arrogância autoritária destes jovens promotores, não vem somente de um cortejo à grande mídia, na expectativa de que o apoio imediato desta, à prisão de Lula, lhes permitisse suprimir “as dúvidas”, por falarem “mais alto” -através dela- majoritariamente comprometida com o golpismo. Sua arrogância vem, principalmente, da sua visão peculiar do Estado de Direito, como Estado-Polícia, a quem competiria solucionar os conflitos da ordem, a partir de juízos políticos por fora dos parâmetros da Constituição.

Os Promotores de São Paulo, todavia, não levaram em consideração que a sua aventura não seria incensada pela imprensa, não pela sua grosseira falta de juridicidade, mas por enfraquecer um outro “bunker” autoritário, que é -ele mesmo- o preferido do golpismo da grande mídia: a jurisdição ilegal do juiz Moro, instalada em Curitiba.

Os que pedem a deposição da Presidenta, o fazem na expectativa que, colocando um daqueles próceres políticos na Presidência, os inquéritos da “Lava-Jato” vão ser suspensos? Janot vai recolher as suas denúncias? Moro, vai se recolher ao seu trabalho comum? A Polícia Federal vai deixar de investigar? Os vazamentos vão cessar? Os que estão nas ruas, com intenções de denunciar a corrupção na Petrobras, vão voltar para casa? Ou, ao contrário, os movimentos populares da base da sociedade, vão radicalizar as suas

mobilizações para que todos sigam o mesmo destino de “exceção”, que retiraria a Presidenta, do Governo? Pergunto: isso não seria criar uma situação de indeterminação política no país, próxima a uma situação revolucionária, sem possibilidades de revolução? Ou seja, o caos a ser resolvido pelos aventureiros da força? Ricardo Noblat – se é verdadeiro o “tuíte” que lhe é atribuído – aposta (e festeja) que a “Lava-Jato” é um instrumento político destinado à derrubada da Presidenta Dilma, o que – efetivamente – hoje ela se tornou. Mas, atenção, hoje ela também se tornou mais do que isso: é um instrumento de desidratação política da democracia que, com a suas imperfeições e misérias, mantém a capacidade orgânica de recuperar-se dentro da Constituição.

A verdade é que, se o impedimento da Presidenta se realizar sem causa legítima, conduzido por Eduardo Cunha como está proposto, este desfecho vai devastar o que tem de “ruim” e de “bom”, na ordem política, e nos legará um sistema de poder ainda mais corrupto e transgressor, que o atual. Isso já ocorreu com Berlusconi, na Itália, quando a moralidade desejada pelo resultado das “mãos limpas”, gerou a amoralidade absoluta das mãos berlusconianas.

Creio que seria melhor um “pacto político de responsabilidade democrática”, para enfrentar uma situação de crise, entre, de um lado, as forças políticas que não tem demonstrado condições suficientes para governar com estabilidade; e, de outro, aquelas forças que não são hegemônicas para substituir a Presidenta dentro da Lei. Este pacto de bom senso, poderia fundar uma solução do impasse dentro da Constituição, entre outras, com as seguintes preliminares: arquivamento dos processos de impedimento; os que querem governar o país, de novo, buscariam isso nas eleições de 2018; ficaria acordada uma unidade contra a destruição da esfera da política, em implantação por processos judiciais nitidamente de “exceção”, que estão em andamento; acordar-se-ia um plano emergencial de retomada do crescimento, para combater o desemprego; ajustar-se-iam cláusulas claras, para uma reforma política e eleitoral imediata, ainda que provisória, principalmente para acabar com a “dinheirização” da política, responsável por grande parte da corrupção no Estado.

O que devemos nos perguntar, neste momento, é a quem interessa criar no país, um clima de guerra civil, no qual a Polícia já começa — como ocorreu sexta à noite no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC- a interromper plenárias sindicais, violando frontalmente a Constituição, que diz todos poderem reunir-se sem armas, sem prévia autorização de qualquer autoridade? A quem interesse iniciar embates “de rua”, entre cidadãos com distintas posições políticas, às vezes vizinhos, às vezes da mesma família? A quem interesse suprimir a política como mediação dos conflitos para colocar, no lugar dela, a força de uma burocracia iluminada, que não responde a ninguém?

Pode interessar a alguém, mas certamente a poucos. Ao país interessa sair desta encalacrada mais forte e mais democrática. Com instituições mais respeitadas e um povo mais feliz, para assumir o seu destino em liberdade. Estamos, na verdade, à beira da hora de uma nova Constituinte, que virá, ou de forma acordada pelas forças políticas majoritárias, em desmoronamento, ou

por implosão da ordem atual, com todos os riscos da imprevisibilidade que sucede a violência.

## **Queda da Bastilha! Impeachment do sistema político! Assembleia Nacional Constituinte!!!**

Conselho Editorial Sul-Americano em 14/03/2016

<http://independenciasulamericana.com.br/2016/03/queda-da-bastilha-impeachment-do-sistema-politico-assembleia-nacional-constituente/>



**COLAPSO DO SISTEMA POLÍTICO NEOLIBERAL DA NOVA REPÚBLICA**  
Não foi nem A nem B.

Não foi esse, PT, ou aqueles, PSDB, PMDB, DEM, PPS, PDT etc, etc.  
Foi o sistema político que caiu de podre.

Todos foram condenados: o governo atual e os anteriores, porque erguidos sobre uma mesma base, que apodreceu.

Apoiado em legislação permissiva, dominada pelo poder do dinheiro, da corrupção e da degradação total dos partidos políticos, o sistema eleitoral desmoronou-se de cima abaixo.

Os políticos foram condenados.

Somente existe para eles uma saída: reformar o sistema de alto abaixo.  
E essa alternativa é a convocação, já, de Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva.

Pode ser articulada pela ampla discussão entre os atores congressistas, amplamente condenados pelas massas, no domingo histórico, 13.

Quem quis se aproveitar para faturar, achando que sairia impune, dançou feio, como foram os casos dos tucanos senador Aécio Neves e o governador de SP, Geraldo Alckmin.

Entraram na passeada e foram expulsos.

O que se viu ontem foi o desabafo geral contra uma estrutura política que perdeu utilidade.

A ideologia utilitarista, suprassumo máximo do capitalismo liberal e neoliberal,

perdeu utilidade sob o modelo político corrompido pelo governo de coalisão, em que a inescrupulosidade virou moeda de troca.

A estrutura política apodrecida reclama novas bases, novas argamassas.

Tirar Dilma, prender Lula, para deixarem soltos os que foram, também, apupados, por tentarem aproveitar desgraça dos outros, não representará solução, mas agravamento do problema.

Os poderes Executivo e Legislativo estão abalados.

Salva-se, por enquanto, o poder Judiciário, mas se sabe que ele, também, está com as raízes fracas, incapazes de, por si mesmo, puxar a seiva da terra para se auto-sobreviver, enquanto são condenados seus integrantes sócios no regime republicano.

Soou o dobrado do sino para a Nova República.

A Operação Lavajato ganha nova conotação capaz de continuar vendendo renovação dos costumes, se produzir remoção das raízes da podridão, em vez de apontar para esse ou aquele culpado, como vem fazendo, produzindo espetaculosidades, para impressionar.

Todos os atores políticos, que estão em cena, equilibram-se, mal e porcamente, sobre uma tênue corda que se esfiapa, comprometedoramente, sem salvação para quem acha que apenas um remendo resolverá a questão. Nesse sentido, o fôlego da Nova República, que se envelheceu e pode morrer, está na convocação de Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva.

As eleições municipais desse ano podem servir, também, para desempenhar essa missão.

Elegéria, exclusivamente, representantes para reformar o sistema político, que morreu de inanição.

Essa é a missão-saída que a presidenta Dilma Rousseff, no comando governamental, ainda, tem pela frente.

Na realidade, ela fez essa proposta, no seu primeiro mandato.

Ninguém a apoiou, nem o PT engajou para valer.

Dominado pelo PMDB, no comando do Congresso, os representantes do povo fizeram corpo mole.

O senador Renan Calheiros(PMDB-AL) e o deputado Eduardo Cunha(PMDB-RJ), envolvidos na Lavajato, bem como o vice presidente Michel Temer(PMDB-SP), engavetaram-na.

Cuidaram de levar adiante interesses menores, no ambiente do governo de coalisão, totalmente, incapaz de sintonizar-se com os interesses da sociedade.

A bastilha brasileira, assim como a francesa de 1789, caiu ontem.

Se os congressistas não entenderem que todos estão no mesmo barco, se tentarem se salvar, na base da esperteza, como tentaram ser espertos e se lascaram, tanto Alckmin como Aécio, cometerão o grande engano de suas vidas.

Não estará resolvida a situação, apenas, removido o PT, removida Dilma, preso Lula, como querem os conservadores, olhando rabo dos outros, sem prestar atenção no seu, que, também, está queimando.

O troco do governo Dilma, portanto, na próxima mobilização popular, convocada pelo PT, próximo dia 18, tem que ter como premissa a palavra de

ordem ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE EXCLUSIVA JÁ.  
Ela representa novo paradigma, proposta sincera de mudança.  
O impeachment não é, na verdade, exclusivamente, contra Dilma, mas, sim,  
contra o sistema político que virou cadáver insepulto.  
As forças políticas atuais somente começaram a resgatar sua credibilidade se  
juntas decidirem enterrá-lo com grandeza.  
Caso contrário, a crise pode virar guerra civil.

**Operação Lavajato apressou  
queda da Bastilha, mas poderá  
se desmoralizar se continuar  
como está, sendo seletiva, pegando  
uns e livrando outros, com  
nítido caráter parcial e dogmático**



### **REFORMA OU REVOLUÇÃO**

A corrupção, na Nova República, herdeira da ditadura militar, foi, como se sabe, criada pelo sistema político eleitoral vigente ancorado em financiamento privado de campanha para escolha dos representantes do povo(deputados) e dos estados(senadores) para formar governo presidencialista de coalisão sob

constituição de perfil parlamentarista.

Saco de gatos.

Democracia do dinheiro muito pouco democrática.

O sistema de representação, desse modo, não reflete, inteiramente, a maioria, mas, sim, a minoria do dinheiro.

Ficam mais bem representados os ricos, para poderem dominar o essencial: os recursos do Orçamento Geral da União(OGU).

Do total do OGU de 2015, R\$ 2,8 trilhões, 45,05%, R\$ 1,35 trilhão, foram destinados aos banqueiros para pagar juros e amortizações da dívida.

Há uma divisão de classe dentro do próprio OGU.

De um lado, tem-se o chamado Orçamento Não Financeiro; de outro, o Orçamento Financeiro.

O primeiro compreende os recursos destinados à sociedade, ao desenvolvimento, aos programas sociais, indispensáveis à construção do progresso, a partir das forças sociais, da produção, do consumo, da arrecadação e dos investimentos.

O segundo, porém, atende, fundamentalmente, os credores do Estado, a jogatina financeira, comandada por sistema bancário oligopolizado, em que meia dúzia de famílias mandam na metade dos recursos orçamentários.

E pior.

Para garantir essa parcela privilegiada, os credores, nacionais e internacionais, conseguiram, na Constituição de 1988, passar, por contrabando, o artigo 166, § 3º, II, b, que proíbe sejam contingenciados os recursos do orçamento financeiro, dos credores, para pagamento dos serviços da dívida pública.

Eles não pagam dívidas, não podem fazer nenhum sacrifício nesse sentido.

Já, os recursos do orçamento não financeiro, que dizem respeito aos interesses de toda a população em matéria de saúde, educação, segurança, infraestrutura, saneamento básico etc são sistematicamente contingenciados para tal fim, ou seja, para garantir o privilégio dos banqueiros, dos agiotas, que, de acordo com a política macroeconômica em vigor, é ditada pelos próprios credores.

O povo, na prática, não está, devidamente, representado, em termos econômicos e financeiros, conforme a Constituição, em seus aspectos essenciais para a vida dele.

Uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva, conforme propôs, em 2013, a presidenta Dilma Rousseff, escolheria representantes do povo e dos estados para redirecionar as prioridades essenciais do orçamento.

Democratização do poder econômico-financeiro.

Da mesma forma, ANC democratizaria o poder político, acabando com a pouca vergonha expressa no modelo eleitoral que assegura representatividade, tão somente, aos que possuem dinheiro.

Trata-se de democracia meramente representativa que não assegura o que existe de garantia social para os trabalhadores no texto constitucional, especialmente, quando se agrava a crise.

Em vez de mexer no art. 166, os credores, agora, querem, comprando representação parlamentar a peso de ouro, eliminar histórica legislação

trabalhista que Getúlio Vargas legou aos trabalhadores.

Pregam o combinado no lugar do legislado.

Ora, como na democracia representativa quem manda é o dinheiro, é o capital, poder sobre coisas e pessoas, evidentemente, o combinado, imposto pela força do capital, predominará, sempre, sobre o legislado, alterado, igualmente, pela força da grana.

Tenta-se sucatear a Previdência Social.

A reforma da Previdência visa abrir o sistema previdenciário brasileiro ao capital privado.

O objetivo é eliminar a Contribuição Financeira para a Seguridade(Cofins), base de sustentação do Sistema Único de Saúde, de características socialistas, essencialmente, público, exemplo internacional de programa de desenvolvimento social.

A palavra de ordem conservadora, dos credores, é abrir espaço para os bancos venderem, a prestação, a juro alto, é claro, planos de saúde privados, sem garantia efetiva de prestação de serviços.

Tal prática já foi tentada em diversos países e não deu certo.

No momento histórico atual, por exemplo, quem prega o SUS brasileiro para os Estados Unidos é o candidato socialista Bernie Sanders, consciente de que a força privada não se transformará, no plano da saúde, em força social, mas, apenas, acumulação, sem limites, de capital.

Quem tem dinheiro, sobrevive; quem não tem, morre.

A eliminação dos direitos e garantias dos trabalhadores é a proposta neoliberal que está por trás da força econômica e política que resiste à Assembleia Nacional Constituinte, para que permaneça vigorando o sistema político que ontem a população deu um basta, por ver nele, apenas, corrupção, corrupção, corrupção.

Não foi uma derrota do PT, da presidenta Dilma, que ousou colocar o Brasil no BRICs, na força não alinhada os interesses dos impérios capitalistas ocidentais que insistem em recolonizar as periferias capitalistas dependentes deles.

Quando o PSDB, com FHC, esteve no poder, o Brasil foi, praticamente, vendido na bacia das almas, enquanto o sistema político foi abastardado, com a força do dinheiro, abrindo espaço para a reeleição, em 1998, quando o governo enfrentava desgaste do Plano Real e poderia perder eleição para o PT.

Alcançou-se, naquele momento, nas palavras dos integrantes do próprio Governo FHC, o limite da irresponsabilidade, manipulação do BNDES para financiar capitalistas estrangeiros, para se apropriarem de patrimônio público, favorecido por modelo político antinacional.

O grande erro do PT foi não fazer a reforma política quando possuía toda a força e credibilidade popular.

Preferiu conviver com a lama e acabou se sujando.

Mas, não está sozinho.

A corrupção, que as massas nas ruas, desejam destruir, foi e continua sendo praticada por todos.

A Operação Lavajato somente cumprirá seu papel se não agir seletivamente

como vem agindo, dando pau em uns e livrando outros, porque, assim, desmoraliza-se.

Os personagens estão todos aí, entreguistas neoliberais, de um lado, e nacionalistas, de outro.

Ambos os lados se beneficiaram do sistema político que agora cai com a queda da Bastilha.

Não erguer novo sistema sobre novas bases, tentar botar pano novo em cima de pano velho vai ser fracasso total.

## **A Saída da crise passa por descobrir o grande conspirador, Janot, e o acordo com o PMDB**

### **O xadrez da política no dia D**

[Luis Nassif](#) – 14 março

Vamos ao novo xadrez da crise.

**Peça 1** – a crise ficou grande demais para Dilma

É a única certeza nesse oceano de imprevisibilidades que caracteriza a crise atual. Dilma não tem fôlego político nem para lançar planos mais audaciosos nem para recompor sua base política. Mantido o quadro atual, se não cair por impeachment, cai pela crise.

**Peça 2** – qualquer solução de conflito mergulha o país em uma crise imprevisível.

Essa premissa é central para todo o raciocínio posterior. Não significa que, automaticamente, conduzirá as discussões para a racionalidade. Mas será um fator relevante a estimular algumas lideranças mais responsáveis na busca do entendimento.

Grosso modo, há dois grupos trabalhando em saídas mais articuladas para a crise.

No Senado, o grupo formado por Renan Calheiros, José Serra e Romero Jucá, articulando alguma forma de semiparlamentarismo que mantenha Dilma Rousseff na presidência, mas sem governar. Vamos trata-lo de **Parlamentaristas** para facilitar a leitura.

Ao largo, o grupo que cerca Lula, insistindo para que assuma um cargo de coordenação no Palácio, mesmo sem ser formal, mas que o transforme em um primeiro-ministro de fato. Chamemos de **Lulistas**.

Correndo por fora, o grupo do impeachment, com Aécio Neves na ponta. Seriam os **Jacobinos**.

Finalmente, o grupo do Ministério Público Federal diretamente liderado pelo Procurador Geral Rodrigo Janot. Vamos batizar de **Alto Comando**, para fugir da confusão corriqueira, de considerar que o comando e a estratégia da Lava Jato estão em Curitiba.

São esses personagens que jogam o jogo atual, cujo ápice serão as manifestações deste domingo.

### **As formas de jogo político**

Para acompanhar o jogo é preciso entender melhor sua natureza.

Não se trata de uma conspiração palaciana, com um comando organizando todas as ações.

Movimentos de opinião pública são operações muito mais fluidas, mais amplas, nas quais se escolhe o momento adequado – o mal-estar econômico – e, se deflagra um conjunto de ações visando estimular as reações populares. A denúncia da corrupção é o mote mais eficaz.

Aberta a porteira, provoca-se o estouro da boiada e abre-se a caixa de Pandora. Há uma sucessão de eventos, alguns aleatórios, outros planejados. A arte da conspiração consiste em controlar os bois guias, os que vão na frente da boiada conduzindo-as. Mas o final sempre é imprevisível, daí a preocupação de Fernando Henrique Cardoso e de quadros do PSDB, recuando na radicalização.

O estouro da boiada foi possível com a parceria montada pelo **Alto Comando** com a mídia, a entrada dos novos grupos que se apossaram das manifestações (Movimento Brasil Livre, Revoltados Online, provavelmente bancados de fora), e um investigação capaz de gerar fatos jornalísticos diários.

Hoje em dia, quem controla os bois guias é o **Alto Comando**, através da usina de geração de fatos da Lava Jato, sincronizando com os movimentos da oposição.

Os protagonistas a serem acompanhados são, portanto, os **Parlamentaristas**, os **Lulistas** e o **Alto Comando**. Os **Jacobinos** de Aécio e **amídi** são agentes acessórios – no caso da mídia, fundamental para o sucesso da operação, mas vindo a reboque, sem papel na formulação estratégica,

A dificuldade de definição de estratégias se deve à extrema habilidade de um jogador essencial, o **Alto Comando**, que conseguiu jogar xadrez escondendo o rei. É uma velha gíria do xadrez: como a vitória consiste no xeque-mate ao rei, se você esconde o seu no tabuleiro, não tem como levar xeque.

Quando os demais personagens entenderem adequadamente o papel do **Alto Comando**, os erros de estratégia serão minimizados.

## Como se organiza o jogo

Se consumado o impeachment de Dilma Rousseff, será um case mundial, provavelmente a mais bem-sucedida estratégia de golpe político das últimas décadas.

Não é o caso de voltar ao tema da geopolítica norte-americana na quadra atual. Maiores dados vocês poderão ler aqui (<http://migre.me/tdbtp>). A estratégia de desmonte dos grandes grupos nacionais que poderiam se habilitar a algum protagonismo externo pode ser lida aqui (<http://migre.me/tdbAZ>).

Há duas vertentes para dobrar a espinha do país.

A primeira, que dá o start, é a política de depreciação continuada de tudo que possa despertar o orgulho nacional. Esse trabalho ficou nítido na Copa do Mundo, um exercício tão funesto de derrubar a autoestima que conseguiu espantar das ruas até o orgulho de vestir camisa da Seleção. E isso antes do 7 x 1 e pouco tempo depois do país ter atingido o momento mais alto do seu orgulho, respeitado mundialmente pelos avanços sociais registrados.

A segunda vertente foi o papel do **Alto Comando** como estrategista central da Lava Jato.

Do lado jurídico, a maneira como a Lava Jato foi montada foi bem explicada pelo advogado Juarez Cirino dos Santos no site Jota (<http://migre.me/td3XB>).

#### *4. Além de constrangimentos e humilhações aos adversários políticos, a Operação Lava Jato apresenta inúmeras vantagens (...):*

- primeiro, os procedimentos investigatórios e os processos criminais são seletivos e sigilosos: seletivos, porque dirigidos contra líderes do PT ou pessoas/empresas relacionadas ao Governo do PT – por motivos ideológicos ou não; sigilosos, porque não permitem conhecer a natureza real ou hipotética dos fatos imputados, fazendo prevalecer a versão oficial desses fatos, verdadeiros ou não;*
- segundo, os nomes dos investigados são revelados ao público externo, como autores ou partícipes (por ação ou omissão) das hipóteses criminais imputadas, mediante programados vazamentos de informações (sigilas) aos meios de comunicação de massa, com efeitos sociais e eleitorais devastadores sobre os adversários políticos dos grupos conservadores;*
- terceiro, o espetáculo de buscas e apreensões violentas e de condução coercitiva ilegal de investigados (o ex-Presidente Lula, por exemplo), ou as ilegais quebras de sigilo (telefônico, bancário e fiscal) seguidas de espalhafatosas prisões preventivas (Zé Dirceu ou João Vaccari Neto, por exemplo), geram convenientes presunções de veracidade e de legitimidade da ação repressiva oficial perante a opinião pública.*

5. Nesse contexto, a contribuição objetiva da Operação Lava Jato – voluntária ou não, mas essencial para os fins político-eleitorais das classes hegemônicas organizadas no PSDB, no PPS, no DEM e outras siglas – ocorre na forma de contínua violação do devido processo legal, com o espetacular cancelamento dos princípios do contraditório, da ampla defesa, da proteção contra a autoincriminação, da presunção de inocência e outras conquistas históricas da civilização – apesar da reconhecida competência técnico-jurídica de seus protagonistas. A justiça criminal no âmbito da Operação Lava Jato produz a sensação perturbadora de que o processo penal brasileiro não é o que diz a lei processual, nem o que afirmam os Tribunais, menos ainda o que ensina a teoria jurídica, mas apenas e somente o que os dignos Procuradores da República e o ilustre Juiz Sérgio Moro imaginam que deve ser o processo penal. A insegurança jurídica e a falta de transparência dominante na justiça criminal da Operação Lava Jato levou o Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, a reproduzir antigo conceito de Rui Barbosa: “a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário”.

6. Então, entra em ação o grande parceiro da Operação Lava Jato: os meios de comunicação de massa (TV, jornais e rádios), com informações baseadas nas evidências processuais ou no material probatório obtido nas condições referidas, produzem um espetáculo midiático para consumo popular – e comícios diários de imagens virtuais audiovisuais, impressas e sonoras tomam conta do País, com efeitos psicossociais coletivos avassaladores. As versões, interpretações e hipóteses da justiça criminal da Operação Lava Jato, difundidas pela ação repressiva da Polícia Federal, pelas manifestações acusatórias dos Procuradores da República e pelas decisões punitivas do Juiz Sérgio Moro, produzem efeitos de lavagem cerebral e de condicionamento progressivo da opinião pública, submetida ao processo de inculcação diuturna de um discurso jurídico populista, com evidente significado político-partidário, mas apresentado sob aparência ilusória de uma impossível neutralidade política.

Quando os procuradores paulistas tentaram atropelar a agenda da Lava Jato, coube ao Procurador Geral da República Rodrigo Janot articular pessoalmente a estratégia da Lava Jato em relação às trapalhadas cometidas (<http://migre.me/tdeQT>). E a toda imprensa vocalizar as críticas contra quem poderia comprometer o script inicial, cuidadosamente planejado para chegar a bom termo respeitando as aparências jurídicas.

Do lado político, o **Alto Comando** opera a partir de Brasília visando criar toda a blindagem jurídica necessária, não apenas junto ao STF, como ao próprio governo e nas redes sociais.

No Twitter, por exemplo, os principais lugares-tenentes de Janot, através de seus perfis pessoais, conduzem uma ampla campanha de esclarecimento e de defesa da Lava Jato. Antes da constatação de que foi um desastre, até as

trapalhadas dos procuradores paulistas mereceram esboços de defesa, por parte dos procuradores de Janot.

No STF e no TSE Janot não convalidou nenhuma tentativa de golpe branco. Consolidou a imagem de legalista junto ao STF e à presidente da República e, com isso, o espaço político para bancar a estratégia central, a Lava Jato. Nenhuma outra iniciativa roubou-lhe o protagonismo.

A Lava Jato foi apenas o aríete, atrás do qual montou-se um trabalho sistemático de destruição de todos os símbolos de de país.

Nas ruas, movimentos conduzidos pelo MBL e outros vocalizando as críticas às políticas sociais.

Na Lava Jato, um trabalho sistemático de destruição das maiores empresas nacionais, não apenas com inquéritos, mas com escracho. Recorreram ao escracho, ao boicote a qualquer acordo de leniência, à perseguição diuturna, com operações seguidas de invasão de sede, exposição de mensagens – até pessoais. A ideia não era punir: era destruir.

O ápice tem sido a tentativa de destruição do símbolo Lula. Qualquer compêndio futuro sobre a infâmia na vida nacional contemplará o que foi feito, até acusações de furto de obras no Palácio.

O Ministério Público Federal é composto por procuradores preparados. Não será necessário muito tempo para que, caindo a ficha do que fizeram, venha à tona os bastidores da operação.

Como foi possível, no entanto, cooptar quase toda a corporação?

A campanha antinacional da Copa e, principalmente, a revelação da enorme rede de corrupção da Petrobras, facilitaram a venda da ideia da destruição da velha ordem, por uma nova ordem, liderada pelo trabalho redentor do Ministério Público.

A velha ordem passou a se resumir a empreiteiras corruptas, cooptando o sistema político e judiciário, e um governo populista que cooptou a população com políticas sociais paternalistas. E não a lenta reconstrução democrática, os avanços civilizatórios (dos quais o próprio MPF foi agente importante), os avanços tecnológicos nas áreas do pré-sal e da defesa, o feito histórico de tirar milhões de pessoas da miséria e reduzir graus históricos de desigualdade. A corrupção foi o álibi para apagar a história recente do país, até a luta pela redemocratização.

Principalmente pesou a visão redentorista de um novo poder se sobrepondo aos demais e salvando o país.

Para avaliar os resultados do jogo, é fundamental esse entendimento sobre a posição do **Alto Comando**.

## As próximas jogadas

Sabendo-se disso, fica mais claro o jogo, embora ainda seja difícil antecipar o resultado final.

Há duas saídas negociadas possíveis, nenhuma tendo Dilma como protagonista.

**Saída 1** – O semiparlamentarismo com o PMDB, que tem várias nuances. No regime parlamentarista, cabe ao presidente indicar o primeiro ministro e o gabinete. E ao Congresso aceitar ou rejeitar. Pode-se tentar um parlamentarismo goela abaixo, mas seria regimentalmente complicado.

**Saída 2** – semiparlamentarismo com Lula assumindo o papel de coordenador de governo, um primeiro-ministro de fato.

**Impasse** – qualquer decisão de força, sem consenso, tenderá ao fracasso. Sem um núcleo de poder, qualquer governo que assuma um país dividido ficará refém das forças que o elegeram. Será um ataque ao butim que inviabilizará qualquer tentativa de normalização econômica. Haverá agitação, repressão aos movimentos sociais, caça às bruxas.

Independentemente de pecadinhos ou grandes pecados, um pacto entre os **Parlamentaristas** e os **Lulistas** é o único sinal visível de um polo racional na política.

Com Lula à frente, poderiam ser viabilizados acordos, através de uma coordenação dele, como primeiro-ministro de fato, ou em uma transição com um primeiro-ministro negociado entre ambos as partes.

Aí entram as jogadas do xadrez.

Antevendo essa possibilidade, o **Alto Comando** deflagrou novas operações simultâneas: a ofensiva total contra Lula, o alarido em torno dos presentes recebidos por Lula no exercício do poder; mais uma denúncia contra Renan Calheiros; mais detalhes da delação do senador Delcídio do Amaral, cujo conteúdo era conhecido apenas do **Alto Comando** e do STF (Supremo Tribunal Federal).

Tem-se, então, duas forças conflitantes. De um lado o **Alto Comando** apostando tudo no confronto; de outro, forças moderadoras percebendo a possibilidade de uma guerra selvagem, se não se chegar a um entendimento.

A tentativa de acordo passa por ambientes confusos, mas depende fundamentalmente de Renan Calheiros e Lula.

**Fator 1** – o STF e o fator Renan.

Os Ministros tendem a privilegiar a responsabilidade institucional. E na vitrine do Supremo, Janot tende a ter bom senso.

Nessa hipótese, Renan poderia ser poupado de atropelos imediatos, em nome da estabilidade política. Aparentemente o foro privilegiado o blindaria contra novas surpresas da Lava Jato. Mas não se descartam vazamentos de delações visando comprometer sua atuação.



Além da nova investida de Janot contra Renan, na próxima 4ª feira a oposição tentará pressionar o Ministro Luís Roberto Barroso a rever seu voto em relação ao ritual do impeachment.

Desde que sua esposa foi alvo de ataques baixos, Barroso inibiu-se. As loucuras dos três procuradores paulistas estão diretamente ligadas ao seu recuo na questão da Terceira Instância. Como explicou o promotor Ricardo Blat, o pedido de prisão de Lula visou criar uma inovação jurisprudencial depois que os garantistas do Supremo abriram a guarda com a eliminação da terceira instância.

Espera-se que Barroso e demais garantistas se sintam mais fortalecidos. Mas ainda são uma incógnita.

**Fator 2** – O fator PSDB-PMDB.

O acordo semiparlamentarista alijaria Aécio e Alckmin de 2018

No momento, os **Parlamentaristas** confiam no indiciamento de Aécio Neves para avançar nas tratativas.

Obviamente não levaram em conta o **Alto Comando**. Se o nome de Aécio não aparecer nas delações de executivos da Andrade Gutierrez, aliás, consolidará a opinião geral sobre a proteção recebida. Mas há a possibilidade de que a abundância de indícios obrigue Janot a mudar de posição.

Alckmin se aproximou de Sérgio Moro através de seu candidato João Doria Jr. Essa aproximação pode ser debitada na conta dos eventos aleatórios, fora do script original. A própria truculência do Secretário de Segurança de São Paulo, Alexandre Moraes, colocando a PM para reprimir uma assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos, é significativa dessa reação a qualquer acordo.

### **Fator 3 - O fator Lula**

Depois de sua fase classe média ascendente – aceitando favores descabidos de empreiteiras – Lula vacila entre encarar a luta ou entrar para a história, como um novo Mandela, preso pela direita. Ótimo! Salva sua biografia à custa do comprometimento de todas as bandeiras que representa.

Se Lula não assumir um protagonismo total no governo Dilma, sua queda será questão de semanas.

O cenário mais provável será o do pacto PMDB-PSDB visando apoiar ao impeachment.

Caso fracassarem as saídas políticas, a primeira fase do golpe de 1964 será café pequeno. Juizes e procuradores serão liberados para acabar com a raça de tudo que cheire a esquerda.

O país será envolvido em uma guerra fratricida, com um novo governo previamente enfraquecido pela falta de consenso e exposto a ataques ao butim de todos os “vencedores”, de grupos jornalísticos a líderes empresariais e a impolutos de ordem geral que ajudaram a consumir o golpe.

Neste domingo, joga-se o último lance da guerra do impeachment. Se o governo resistir por mais algum tempo e Lula entrar na linha de frente, é possível alguma esperança de normalização democrática.

Leia: [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

**Estamos vivendo um pré-64. O clima está muito parecido'**

Werner Becker: “Ouço gente dizendo que desta vez não vai ser assim. Em 64 também se dizia “desta vez não vai ser assim”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

**Marco Weissheimer**

No dia 9 de março, o advogado Werner Becker, a advogada Rejana Maria Davi Becker e quatro presidentes de sindicatos do Rio Grande do Sul protocolaram uma representação junto ao Procurador Chefe do Ministério Público Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, pedindo a instauração de ação penal pública incondicionada contra o juiz Sérgio Moro ou a abertura de inquérito para averiguar a responsabilidade administrativa e penal desse magistrado no episódio envolvendo a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comparecer a uma delegacia da Polícia Federal, no dia 4 de março deste ano. A representação considera que a conduta de Sérgio Moro no episódio configura ilícitos penais previstos na legislação que trata do crime de abuso de autoridade.

Em entrevista ao Sul21, concedida na tarde da última sexta-feira (10), Werner Becker fala das razões que motivaram essa iniciativa e do clima instaurado no país que, na sua avaliação, é muito parecido com o que antecedeu o do golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. “Ouço gente dizendo que desta vez não vai ser assim. Em 64 também se dizia “desta vez não vai ser assim”. O clima está muito parecido. Achei que seria uma forma de, ao menos, denunciar mais um episódio desse clima. Não que eu tenha ilusões que uma medida jurídica vá resolver a situação, mas pode ajudar em alguma coisa”, diz Werner Becker, um nome histórico da resistência contra a ditadura, que defendeu dezenas de presos políticos nos tribunais militares e militou pela redemocratização do Brasil.

Ao analisar o cenário atual, o advogado destaca uma coisa que, segundo ele, ajudou muito o golpe de 64: a ilusão e a negação da força da direita, que a esquerda tinha naquele momento. “Esse parece ser um mal crônico da esquerda. Lembro da Dolores Ibáburri dizendo: no pasarán! Pois passaram. Vamos ser realistas que ajuda muito. O que não ajuda é fazer como o avestruz e enterrar a cabeça na terra.

“Não que eu tenha ilusões que uma medida jurídica vá resolver a situação, mas pode ajudar em alguma coisa”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

**Sul21:** *Como nasceu a ideia de ingressar com uma representação junto ao Ministério Público Federal pedindo a abertura de uma ação penal contra o juiz Sérgio Moro por abuso de autoridade?*

**Werner Becker:** Nasceu de mim. Como dizia o Drummond...”vai, Carlos, vai ser gauche na vida”. Eu vinha acompanhando os acontecimentos e dentro de um sentimento que tenho de que estamos vivendo um pré-64, decidi fazer alguma coisa. Ouço gente dizendo que desta vez não vai ser assim. Em 64 também se dizia “desta vez não vai ser assim”. O clima está muito parecido. Achei que seria uma forma de, ao menos, denunciar mais um episódio desse clima. Não que eu tenha ilusões que uma medida jurídica vá resolver a situação, mas pode ajudar em alguma coisa.

Sempre fui um indignado contra o arbítrio. Não sei se você sabe, mas eu fiz um habeas corpus para o Siegfried Ellwanger, que foi condenado por crime de racismo porque escreveu um livro contendo várias coisas a favor de Hitler. A colônia judaica se posicionou com veemência contra mim. Logo eu que fui

criado no Bomfim. Cabe ressaltar que pessoas lúcidas como Moacyr Scliar não disseram uma única palavra contra mim. Eu achei que era um arbítrio o que estava sendo cometido contra ele. Eu não concordava com nenhuma linha do livro dele, mas entendia que ele tinha o direito de dizer o que pensa. Isso é da minha formação e da minha maneira de ser. Perdi o habeas corpus, mas tive três votos muito confortadores. Um deles foi do Marco Aurélio que, agora, de novo está levantando a voz contra o arbítrio. Ele é um conservador, mas tem uma tradição de sempre erguer a voz contra o arbítrio. O arbítrio não passa impune para ele. São poucos assim. A grande maioria quer o Estado de Direito quando este favorece seus interesses. Foi por aí que decidi fazer essa representação, que é enxuta e técnica.

**Sul21:** *O ponto central dessa representação que questiona a conduta do juiz Sérgio Moro está relacionado ao episódio da condução coercitiva do ex-presidente Lula. Quais foram, na sua avaliação, os principais problemas na conduta de Moro?*

“Só se faz a condução coercitiva quando o acusado se recusa a depor, depois de intimado.” (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

**Werner Becker:** Há tantos absurdos do ponto de vista jurídico formal, que eu vou tentar encadeá-los. Em primeiro lugar, essa medida de condução coercitiva, antes de instaurado o processo penal, é de competência exclusiva da Polícia Federal. Deram ao Sérgio Moro para que ele desse uma roupagem de legalidade e de judicialização para o arbítrio. Em segundo lugar, só se faz a condução coercitiva quando o acusado se recusa a depor, depois de intimado. Medidas judiciais impetradas pelo acusado não significam recusa.

Mas o grande problema que eu acho que deve ser colocado é porque precisava ser urgente a condução. Há um detalhe aí que não tem sido muito valorizado. Foi feita a busca e apreensão com a determinação de imediata condução coercitiva. Mas por que ele tinha que depor antes da chegada do material apreendido à Polícia Federal. Esse material apreendido só foi chegar lá na segunda-feira. Então porque essa urgência na condução coercitiva? Se era para ele depor sobre o material apreendido, esse depoimento só teria sentido depois que esse material chegasse lá.

A explicação para essa conduta é que o arbítrio é um negócio que intoxica. Isso é como o álcool. Uma dose de arbítrio vai bem. Da quinta dose de arbítrio em diante, a pessoa já perde a lucidez e quer fazer as coisas de qualquer forma. Não quero me estender sobre o juiz Sérgio Moro para depois não alegarem que a minha representação é suspeita, mas acho que o excesso de arbítrio está intoxicando inclusive a Polícia Federal. Há um artigo do jornalista Jânio Freitas que aborda muito bem esse tema. Eu mandei uma cópia da representação para o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que é a autoridade competente para processar o juiz da instância primeira dessa Região. E também mandei uma cópia para o Procurador Geral da República para que ele tome conhecimento. Essa é a colaboração que eu posso dar neste momento para resistir ao golpe formal, com aparências formas, que está em curso.

**Sul21:** *O senhor fez uma referência ao período pré-64, comparando com o que está acontecendo agora. Poderia falar um pouco mais sobre essas semelhanças?*

**Werner Becker:** Há coisas muito parecidas com o que aconteceu em 64, inclusive do ponto de vista formal. Levaram o Lula lá para Congonhas. Parece que o pessoal da Aeronáutica interferiu, não sabemos bem ainda o que aconteceu. O Temer disse uma coisa que está certa. O impeachment não é decretado pelo Congresso, ele é produto da rua. E a resistência ao impeachment tem que ser produto da rua. Se não se conseguir uma grande mobilização nas ruas contra o impeachment e se os coxinhos forem melhor sucedidos, o impeachment não terá volta.

“Eles não querem a Dilma, querem o Lula. Assim como, em 64, eles não queriam tanto o Jango, mas sim o Brizola.” (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

É muito parecido com 64. Quando se deu o golpe em 64, principalmente a classe média festejou na rua com euforia. O ambiente agora é muito parecido. Sem pessimismos, acho que devemos nos preparar para o pós-impeachment. Eu acho que os acontecimentos do dia 13 serão decisivos para determinar o que vai acontecer. Não se pode negar que há uma ressonância muito grande pelo massacre que Dilma e Lula vem sofrendo. Mas eles não querem a Dilma, querem o Lula. Assim como, em 64, eles não queriam tanto o Jango, mas sim o Brizola, pelo que ele representava. O general Amaury Kruel, comandante do II Exército, que era muito ligado ao Jango, disse na noite do dia 31 de março: se você se afastar dessa gente, do teu cunhado, eu te apoio. Jango, que não era muito culto, mas, como Lula, era muito arguto, respondeu: e eu vou ficar apoiado em vocês? Não. Se a Dilma se afastar do Lula, ela fica.

Os quatrocentões paulistas e a nossa elite nunca aceitaram um metalúrgico, um retirante do Nordeste, no governo, com uma linguagem política, social que eles não toleram. Se fizermos um levantamento do governo do Lula, ele não fez nada de revolucionário, mas como não é um deles, eles têm medo de perder seus privilégios e poderes.

**Sul21:** *Nesta comparação com 64, o senhor fez referência ao episódio de Congonhas. Nos últimos dias, surgiu a notícia sobre a possibilidade de ter ocorrido uma interferência de forças da Aeronáutica para impedir que Lula fosse levado para Curitiba. Na sua opinião, é possível que as forças armadas tenham, na crise atual, um papel diferente daquele que tiveram em 64?*

**Werner Becker:** Eu lembro que, na véspera de 64, Jango confiava muito no dispositivo militar dele. Ele achava que as forças armadas não permitiriam que fosse derrubado. A direita escolhe seus instrumentos. Antes foi a Aeronáutica, agora é a Polícia Federal. Eu queria, não uma profecia, mas registrar o seguinte: o juiz Sérgio Moro está se tornando uma barra pesada para eles e, aos poucos, irão descartá-lo. O Aécio já disse ontem que ‘assim não dá’. Desculpe se eu comparo muito com 64, mas é uma experiência que vivi e que acho muito parecida com o que está acontecendo agora. Talvez ele esteja fazendo o papel do Lacerda, que foi usado, mastigado e, depois, cassado. Talvez ele, daqui a pouco, seja descartado em nome da legalidade. Se a história acontecer como drama e se repetir como farsa, Sérgio Moro, mais

tarde, descartado pelo movimento pró-impeachment, pode passar para o outro lado e começar a falar da necessidade de defender a liberdade e a democracia. Há um precedente: Carlos Lacerda. Usaram, mastigaram e jogaram fora. Você conhece aquele poema do Brecht? Primeiro, levaram os judeus, mas eu não era judeu. Depois prenderam os comunistas, mas eu não era comunista. Aí prenderam os socialdemocratas, mas eu não era socialdemocrata. Depois prenderam os padres e agora vou eu. A história nos ensina algumas coisas. Não sei se adianta muito.

“O juiz Sérgio Moro está se tornando uma barra pesada para eles e, aos poucos, irão descartá-lo, como fizeram com Lacerda”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

**Sul21:** *O senhor referiu a necessidade de nos prepararmos para o pós-impeachment. Poderia falar um pouco mais sobre isso?*

**Werner Becker:** É não achar que as coisas acabam com o impeachment. O impeachment é o primeiro passo. O que vem depois? Talvez um estado de sítio. As possíveis formas legais são as mais variadas, como disse o Gabeira no manifesto do sequestro do embaixador americano. As elites sabem como dar forma legal às coisas. Não sei se você lembra de porquê ele disse isso. O manifesto pedia a soltura de doze condenados. Como é que o sistema vai soltar pessoas que foram condenadas no Judiciário? Aí o Gabeira disse no manifesto: como vão soltar condenados pelo Judiciário não é problema nosso, os juristas da ditadura vão encontrar uma forma de resolver essa questão. Em 24 horas, resolveram, decretando o banimento dos condenados. Então, eu não sei como vão fazer depois do impeachment, se ele acontecer. Sei que eles têm imaginação e talento para dar uma cobertura legal.

**Sul21:** *O ministro Marco Aurélio vem falando sobre ameaças que pairam sobre o espírito garantista da Constituição de 88. Na sua opinião, tem algo no ar que aponta para essa direção?*

**Werner Becker:** Tem. Todo o movimento de direita é um movimento totalitário que sempre é apoiado pela classe média. A classe média ascendente tem, ideologicamente, o espírito totalitário, achando que as coisas se resolvem pela força. Quero lembrar que o ministro Marco Aurélio, que é um grande amigo meu, foi a favor do golpe de 64. Na época, ele era muito jovem e dizia que se tratava de um mal necessário, como muitos liberais defendiam. Mas como é um homem de bom caráter, acho que ele se deu conta de que o mal era muito maior do que a necessidade. As palavras de ordem da direita são sempre as mesmas: contra a corrupção e a manutenção do estado democrático de direito. Esse foi o pretexto para o golpe de 64. Há quem diga que hoje não há clima para um golpe militar. Mas um golpe, na evolução social, pode ser dar até com uma fachada de legalidade.

Não vamos esquecer que a ascensão de Hitler ao poder foi revestida de todas as formalidades legais. O Estado de Direito é intocável enquanto ele conserva privilégios e vantagens. A maneira mais civilizada de manter os privilégios é o Estado de Direito. Quando ele não é suficiente para isso, a gente arreda ele um pouco para o lado e depois vê o que é que dá. Geralmente dá nisso que deu em 33, na Alemanha, e em 64, no Brasil.

**Sul21:** *Ainda nesta comparação com 64, na sua avaliação as forças progressistas e de esquerda hoje estão mais fortes, mais fracas ou mais ou menos na mesma posição que estavam naquele período?*

**Werner Becker:** Os atos deste 13 de março permitirão dimensionar melhor a força contra o impeachment. Se a direita conseguir colocar na rua o mesmo ou parecido com o que ela colocou na rua no pré-64, as coisas ficarão muito difíceis. A fórmula é sempre a mesma: contra a corrupção e contra o comunismo. Em 33, no Reich, foi assim. Com Mussolini foi a mesma coisa, contra a corrupção e contra o comunismo. O pessoal não tem muita imaginação.

**Sul21:** *Ou repetem a fórmula porque ela funciona.*

**Werner Becker:** É verdade também. Se está dando certo, porque é que vai mudar a terapia?

Ao lado do filho William, Werner Becker, defende realismo para enfrentar a atual crise: “Uma coisa que ajudou muito o golpe de 64 foi a ilusão e a negação da força da direita, pela esquerda”. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

**Sul21:** *Tendo vivido 64, qual é seu espírito diante do que está se repetindo agora? Algum sentimento de cansaço ou desencanto, ou nada disso?*

**Werner Becker:** Estou muito velho para ter desencanto. Se, aos 80 anos, vou ficar desencantado, então vou embora. O que me anima a viver é justamente não estar desencantado, é procurar encantos. Inclusive estou viajando para Buenos Aires para assistir ao jogo do Grêmio. Quero me desencantar só na missa de sétimo dia. Posso parecer pessimista, mas quero ser realista. Uma coisa que ajudou muito o golpe de 64 foi a ilusão e a negação da força da direita, que a esquerda tinha naquele momento. Esse parece ser um mal crônico da esquerda. Lembro da Dolores Ibáburri dizendo: no pasarán. Passaram. Vamos ser realistas que ajuda muito. O que não ajuda é fazer como o avestruz e enterrar a cabeça na terra.

**Sul21:** *Daqui a pouco, o senhor poderá ter que defender outros presos políticos. Está pronto para isso?*

**Werner Becker:** Estou. É evidente. Sempre defendi presos. É do meu ofício e da minha formação. Acho que estou ajudando a defender o Lula que já está quase preso político. Por enquanto, estão dando uma dose pequena para ele.

## A sociedade tradicional brasileira estrebucha

### 2909 – Momento Político

#### Aliança RECOs

#### Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras

*“...A dificuldade neste momento, adverte, é que "apenas com o **Direito** não será possível mudar o **Brasil**. A meu ver, a ilusão das instituições é a de que isso é possível somente se apoiando na Constituição e nos textos legais, mas isso não basta; é preciso que a **política** entre em cena também. Mas está difícil de a política entrar em cena do jeito que os partidos estão". E conclui: "Temos que procurar salvar a política, porque, do contrário, a 'revolução dos santos'*

*poderá ficar inconclusa e poderá ser uma página frustrada na política brasileira se ela não for completada pela ação política"..."*

[http://port.pravda.ru/cplp/brasil/14-03-2016/40572-sociedade\\_brasileira-0/](http://port.pravda.ru/cplp/brasil/14-03-2016/40572-sociedade_brasileira-0/)

14.03.2016

"Eu tenho medo de que se perca o que há de 'revolução verdadeira' nesse processo, e de que a velha política, o que há de pior na tradição republicana brasileira, reencontre o seu lugar. Nesse momento em que você me telefona o que está em curso é isso: a tentativa de desautorização, desmoralização e desqualificação..."

**A sociedade tradicional brasileira estrebucha com a intervenção cirúrgica no mundo da política. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna**

**"O fato é que está sendo dissipado um nevoeiro e está sendo extraído um véu que encobria as relações espúrias entre o público e o privado", afirma o sociólogo.**

*Por Patricia Fachin - Instituto Humanitas Unisinos (IHU On Line)*

"Eu tenho medo de que se perca o que há de 'revolução verdadeira' nesse processo, e de que a velha política, o que há de pior na tradição republicana brasileira, reencontre o seu lugar. Nesse momento em que você me telefona (11-03-2015), o que está em curso é isso: a tentativa de desautorização, desmoralização e desqualificação do papel desses reformadores da vida republicana brasileira".

A declaração é do sociólogo **Luiz Werneck Vianna**, em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por telefone na última sexta-feira, ao comentar os fatos envolvendo as ações do **Ministério Público** e da **Operação Lava Jato**, que investiga as relações de corrupção entre o Estado e as grandes empreiteiras.

Apesar da **crise política** que se estende pelo país, com disputas de todos os lados, "as instituições estão funcionando, sim", e no "**Brasil** há uma 'revolução dos santos'", aos moldes da que foi implementada no mundo anglo-saxão, conduzida por "homens irmanados em torno de princípios, da crença forte no sistema das leis, de valores éticos, como se fossem portadores de uma missão: a de renovar os fundamentos da cultura brasileira, especialmente da **cultura política brasileira**", afirma o sociólogo.

Na entrevista a seguir, **Werneck Vianna** lembra que, ao longo da história do Brasil, a magistratura foi responsável por "articular" as relações entre o Estado e o setor privado. Contudo, pontua, a **Constituição de 88** "releu e interpretou essa história, expurgou-a de seus elementos caracteristicamente autoritários e deu projeção e imprimiu uma leitura democrática a essas instituições. Mais que isso: inovou criando essa figura inédita no **Direito comparado**, que é o **Ministério Público**, para agir junto à sociedade, em defesa dela".

Segundo ele, para entender o que acontece hoje no país, é preciso perceber que à medida que essas instituições "se robusteciam, a política institucional foi se enfraquecendo e se deteriorando até o ponto de que hoje boa parte dos representantes do povo está com a vida comprometida num inquérito policial".

Assim, hoje a "sociedade tradicional brasileira estrebucha com essa **intervenção**, porque essa é uma intervenção cirúrgica no **mundo da política** e especialmente na relação entre política e economia, entre os

poderes políticos e econômicos; basta ver a relação dos partidos com as empreiteiras, por onde passa esse segredo de uma relação de contubérnio [convivência] entre a esfera pública e a esfera privada no Brasil".

A dificuldade neste momento, adverte, é que "apenas com o **Direito** não será possível mudar o **Brasil**. A meu ver, a ilusão das instituições é a de que isso é possível somente se apoiando na Constituição e nos textos legais, mas isso não basta; é preciso que a **política** entre em cena também. Mas está difícil de a política entrar em cena do jeito que os partidos estão". E conclui: "Temos que procurar salvar a política, porque, do contrário, a 'revolução dos santos' poderá ficar inconclusa e poderá ser uma página frustrada na política brasileira se ela não for completada pela ação política".

**Luiz Werneck Vianna** (foto abaixo) é professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outras obras, **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil** (Rio de Janeiro: Revan, 1997); **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil** (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e **Democracia e os três poderes no Brasil** (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra **Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna**, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line - Como o senhor está acompanhando os acontecimentos dos últimos dias?**

**Luiz Werneck Vianna** - Parece muito difícil a recomposição desse governo, dada a **crise econômica**, a **crise política**, a **crise moral**. O tema da imprevisibilidade é o que parece ser o dominante: para onde vamos?

**IHU On-Line - Nas últimas entrevistas que nos concedeu sobre a crise política, o senhor sempre sinalizou a importância de observar o bom funcionamento das instituições no Brasil nos últimos anos, chamando atenção, especialmente, para a atuação do Ministério Público. As investigações do MP acerca da relação entre o Estado e o setor privado e da Lava Jato reforçam sua tese anterior ou não?**

**Luiz Werneck Vianna** - As instituições estão funcionando, sim. No Brasil há uma "**revolução dos santos**", algo assemelhado à revolução que ocorreu no mundo anglo-saxão com o advento do protestantismo, tanto na banda europeia e inglesa quanto na banda americana que foi formada a partir dessa matriz.

**IHU On-Line - Pode explicar o que é a "revolução dos santos"?**

**Luiz Werneck Vianna** - Vou tentar. Trata-se da ação de homens irmanados em torno de princípios, da crença forte no sistema das leis, de valores éticos, como se fossem portadores de uma missão: a de renovar os fundamentos da cultura brasileira, especialmente da **cultura política** brasileira. Não à toa, algumas das principais personalidades desse movimento que quer, pelo **Direito** e suas instituições, salvar o Brasil, são praticantes de religiões protestantes.

Um personagem muito em evidência - não vou citar o nome - tem feito, inclusive, conferências em templos batistas. Ele é hoje um jovem, uma personalidade em evidência nesse processo, mas não está sozinho nisso. Além dessa adesão religiosa, eles são jovens: em geral homens que recém chegaram aos 40 anos e estão animados por esse espírito de salvação e missão. Basta ver a coragem com que se portam e a audácia com que agem,

como que indiferentes ao contexto político, indiferentes a opiniões, se agradam ou não. A **decisão do Ministério Público de São Paulo** é clara em relação a isso: fizeram uma intervenção que ignora o contexto político e social e apenas se aferra a princípios e esses princípios devem ser estabelecidos por uma elite salvífica.

A novidade do quadro é que essas instituições nasceram da luta pela democratização do país. O **Ministério Público** vem direto da **Carta de 88**.

**IHU On-Line - Que princípios sustentam a atuação do Ministério Público e dessas instituições?**

**Luiz Werneck Vianna** - A lei acima de tudo e o exercício do Direito como religião de salvação.

**IHU On-Line - O senhor pode nos dar um panorama histórico de como, desde as origens do Brasil, houve uma relação direta entre setores do Direito, o Estado e setor privado, e como, a partir da Constituição de 88, a relação entre essas instituições começou a se romper? Como o Ministério Público e as instituições vêm atuando no país desde 88, até que se chegasse a esse momento?**

**Luiz Werneck Vianna** - Essa explicação vai longe. A instituição **Ministério Público** só existe no Brasil, enquanto defensor da sociedade e não como peça instrumental do Estado. Basta ver a decisão recente do **Supremo Tribunal Federal - STF**, que lendo a **Constituição Federal** declarou ser inconstitucional que um membro do Ministério Público ocupe funções e exerça papéis no Poder Executivo.

A função constitucional desse **Ministério Público** é defender as instituições, o Direito e, nesse sentido, aos poucos ele foi se tornando um personagem institucional altamente influente na vida social, no meio ambiente, na saúde. Não se pode entender o tema do meio ambiente hoje, neste país, sem o papel de protagonismo que o **Ministério Público** vem exercendo nessa questão. Na saúde e nas questões sociais em geral, o **MP** vem atuando e está aí esse personagem que passou a atrair a atenção dos jovens postulantes a uma vida dedicada ao Direito. Uma multidão concorre a uma vaga no Ministério Público.

**Uma nação concebida por uma teoria política**

Nós, brasileiros, não somos filhos de uma revolução nacional libertadora; nós nascemos a partir de uma "revolução pelo alto". O primeiro chefe de Estado que tivemos foi um herdeiro da Casa Real: **Dom Pedro I**, filho de **Dom João VI** e, com isso, as instituições foram montadas "por cima", de "cima para baixo".

**Euclides da Cunha** disse, caracterizando a revolução nacional brasileira, que se tratava de uma "revolução por cima", em que uma teoria política concebida e admitida pelas elites, ia forjar de "cima para baixo" uma nação. Ele disse quase textualmente: "O Brasil é um caso singular de uma nação formada por uma teoria política". Como essa nação foi formada? Por uma elite vigilante, com um papel dirigido para o exercício de uma pedagogia cívica, que fez de um povo invertebrado e desarticulado, uma nação.

Não à toa, depois das crises da **Regência**, a ordem imperial fez da magistratura um dos seus principais instrumentos para levar a ordem, tal como era concebida pelas suas elites. Foi essa a teoria política fundadora do Brasil, para levar essa ideologia, essas visões e esses valores para a população. Vai ser o juiz neste país, o magistrado, que vai articular o Estado aos rincões. Isso está muito claro na obra do grande estadista que foi **Visconde de Uruguai**,

que foi Ministro da Justiça e escreveu a obra fundamental chamada **O direito administrativo**. O direito administrativo nesse sentido é o instrumento organizador da nossa vida, e não o direito civil. E o direito administrativo é o direito do Estado. Com isso, nós criamos essa forma singular de relação entre poder e Direito.

### **O Ministério da Revolução**

Agora vamos virar a página e ir do **Império** para a **República**. Como realizar a modernização do país? Esse é o tema que se impõe com a **Revolução de 1930**. Dos ministérios criados pela Revolução de 30, qual deles é caracterizado como o "Ministério da Revolução", nas palavras do dirigente da época, **Getúlio Vargas**? É o **Ministério do Trabalho**, "o Ministério da Revolução". Qual foi a tarefa do Ministério do Trabalho? A criação de uma legislação social, de instituições que zelassem pela harmonia entre capital e trabalho, e mais, que zelassem pelo mercado de trabalho no Brasil. Tendo também - e nesse sentido sendo contínua à tradição que vinha do Império - um elemento de pedagogia cívica muito forte: educar os trabalhadores para a vida cívica e para os valores do patriotismo, ou seja, abriu-se a **Constituição de 37**.

Mas o fundamental é que essas instituições estão aí até hoje: a **Justiça do Trabalho** tem uma presença capilar imensa em qualquer lugar, porque em qualquer Comarca existe uma Justiça do Trabalho. O **Direito**, com isso, adquiriu um papel central na estruturação do capitalismo brasileiro, na modernização burguesa do país.

### **Constituição de 88: o expurgamento**

O que fez a **Carta de 88**? Releu e interpretou essa história, expurgou-a de seus elementos caracteristicamente autoritários e deu projeção e imprimiu uma leitura democrática a essas instituições. Mais que isso: inovou criando essa figura inédita no **Direito comparado**, que é o **Ministério Público**, para agir junto à sociedade, em defesa dela.

Vamos virar a próxima página da história brasileira: nesse meio tempo, houve uma mudança de geração, uma mudança de bibliografia. As faculdades de Direito não são mais as que foram nos anos 30, 40, 50; elas estão baseadas em outra bibliografia, a partir da qual o papel do Direito é visto numa dimensão transformadora da vida social. Esses jovens são descendentes disso, e não apenas disso, porque são filhos de outras mudanças e, inclusive, de visões de mundo religiosas. E sem controle político, garantido pela Constituição, firmaram esse papel de salvação.

### **A contraface: a política se enfraqueceu**

Agora, qual foi a contraface disso? Ao mesmo tempo em que essas instituições se robusteciam, a política institucional foi se enfraquecendo e se deteriorando até o ponto de que hoje boa parte dos representantes do povo está com a vida comprometida num inquérito policial.

Os partidos não construíram identidades, se tornaram entidades passivas à manipulação do Poder Executivo via **presidencialismo de coalizão** - esse é um velho tema que discuto e que já foi tema de várias **entrevistas que concedi a vocês**. E diante dessa debilidade dos partidos e da política em geral, a emergência dessas instituições do Direito teve uma ampliação do poder irrestrita e ilimitada. Esse é o quadro de operações que está aí.

**IHU On-Line - Como analisa, em contrapartida, as críticas feitas ao Ministério Público e à Operação Lava Jato? Muitos afirmam que as ações**

**dessas instituições são abusivas e que há um "estado de exceção" no país. Concorda com esse tipo de avaliação?**

**Luiz Werneck Vianna** - A sociedade tradicional brasileira estrebucha com essa intervenção, porque essa é uma **intervenção** cirúrgica no **mundo da política** e especialmente na relação entre política e economia, entre os poderes políticos e econômicos; basta ver a relação dos partidos com as empreiteiras, por onde passa esse segredo de uma relação de contubérnio [convivência] entre a esfera pública e a esfera privada no Brasil.

Uma das formas fortes de ação desses novos protagonistas, desses "santos" na vida republicana brasileira de agora, tem como fulcro exatamente a relação entre a esfera pública e a esfera privada no sentido de separá-las, dissociá-las pela pureza republicana. Então, a "**revolução dos santos**" clássica no mundo anglo-saxão também foi animada por ideais republicanos como esses que animam hoje esses jovens procuradores e juízes no Brasil. Se você for ler os trabalhos que **Sérgio Moro** publicou antes de ser juiz, vai notar muito claramente a influência do Direito anglo-saxão na obra dele. Agora, há mais que isso, porque o Direito e suas instituições têm, na história do nosso país, um papel fundamental e esse é um assunto muito complexo.

**IHU On-Line** - **O senhor chama atenção para a desvinculação das instituições jurídicas do Poder Executivo a partir da Carta de 88. Apesar disso, como analisa as discussões que questionam a natureza da Operação Lava Jato, entre aqueles que, de um lado, defendem a sua natureza republicana e, de outro, aqueles que afirmam que o Ministério Público e a Polícia Federal estão sendo usados pela política para derrubar apenas alguns políticos e partidos?**

**Luiz Werneck Vianna** - A natureza da **Lava Jato** é republicana e sua função é denunciar o contubérnio entre a esfera pública e a esfera privada brasileira.

**IHU On-Line** - **O senhor não vê essa "confusão" e "obscuridade" acerca da natureza da Operação Lava Jato?**

**Luiz Werneck Vianna** - Não, isso é miopia, são pequenos interesses contrariados, é paixão ideológica; não tem análise verdadeira nisso. A relação espúria entre o público e o privado chegou num ponto tal que clamou aos céus uma intervenção.

**IHU On-Line** - **Há uma confusão de sentimentos, pelo menos à medida que, ao mesmo tempo em que existe esse clamor por justiça, há reações de medo de que as ações do Ministério Público possam significar um golpe?**

**Luiz Werneck Vianna** - Os pequenos interesses vão ficar fazendo essas confabulações sobre **golpe** e não há como essa névoa se dissipar, a não ser com o tempo. O fato é que está sendo dissipado um nevoeiro e está sendo extraído um véu que encobria as **relações espúrias** entre o público e o privado. Essas confabulações cegam, inclusive, os interesses políticos constituídos agora.

É evidente que esse é um assunto muito complexo e não dá para falar de uma maneira desgovernada sobre tudo isso. O fato é que apenas com o **Direito** não será possível mudar o Brasil. A meu ver, a ilusão das instituições é a de que isso é possível somente se apoiando na **Constituição** e nos textos legais, mas isso não basta; é preciso que a **política** entre em cena também. Mas está difícil de a política entrar em cena do jeito que os partidos estão. Então, temos que procurar salvar a política, porque, do contrário, a "revolução dos santos" poderá

ficar inconclusa e poderá ser uma página frustrada na política brasileira se ela não for completada pela ação política.

**IHU On-Line - Por que a política não conseguiu acompanhar esse mesmo movimento da Justiça, do Ministério Público e das outras instituições?**

**Luiz Werneck Vianna** - Porque ela estava comprometida com esse Estado que está aí, e a esquerda estava comprometida com esses **movimentos sociais carimbados**. Como uma **ONG** cooptada pelo poder público vai ter independência diante do Estado?

**IHU On-Line - O que sugere em termos políticos? Movimentos devem se distanciar do Estado?**

**Luiz Werneck Vianna** - Total não, mas o que não pode é se sujeitar ao Estado. **Movimentos sociais** não podem ser um braço do Estado nem estar a serviço do Estado. Vai ser muito difícil mudar isso.

Eu tenho medo de que se perca o que há de "**revolução verdadeira**" nesse processo e de que a velha política, o que há de pior na tradição republicana brasileira, reencontre o seu lugar. Nesse momento em que você me telefona (11-03-2015), o que está em curso é isso: a tentativa de desautorização, desmoralização e desqualificação do papel desses **reformadores** da vida republicana brasileira.

Entretanto, esses reformadores cometem um erro grave: o de não reconhecer a dimensão da política como uma dimensão a ser trabalhada. Por exemplo, foi um erro político a **condução coercitiva** do ex-presidente **Lula**; não jurídico. Agora, por que eles o fizeram? Porque eles são ausentes dessa questão política e eles não vão conseguir avançar no sentido de fazer com que tudo que estão trazendo de novo perdure e persista, se eles não se abrirem para a **dimensão da vida política**. Sem essa dimensão política, os nossos "santos" serão derrotados.

**IHU On-Line - O que o senhor quer dizer com isso claramente? Eles pertencem à dimensão da Justiça e não à da política. Por que e em que sentido devem ter essa dimensão política presente?**

**Luiz Werneck Vianna** - É uma relação muito complexa. A caracterização geral para mim é essa: a "**revolução dos santos**" está sendo eficiente, mas enquanto todo esse processo ficar envolvendo apenas os atores vindos do mundo do Direito, isso será insuficiente e poderá se perder.

**IHU On-Line - Vê possibilidades de mudança na política?**

**Luiz Werneck Vianna** - Temos que fazer **reformas políticas**, criar novos partidos, animar novos partidos - também não precisa existir tantos como hoje - , mas para isso tem que expurgar os que estão aí.

**IHU On-Line - O que o senhor tem pensado sobre a democracia e a crise de representação política nos últimos dias?**

**Luiz Werneck Vianna** - Que os políticos que estão aí não têm condições de reprodução; o sistema tem que passar por uma reforma.

**IHU On-Line - O senhor aponta a constituição de novos partidos como uma alternativa a ser buscada. Como constituí-los nesse momento?**

**Luiz Werneck Vianna** - Sem dúvida. Estão aparecendo **novos partidos** relevantes por aí. Agora, é preciso uma legislação eleitoral que defenda a vida política partidária. Quanta coisa já se disse e se escreveu sobre isso. Não há mais nada a dizer, agora temos que fazer. A brecha para a "**revolução dos santos**" foi dada pela falência do **sistema político**.

**IHU On-Line - Quais são os novos partidos que vê por aí?**

**Luiz Werneck Vianna** - Não quero nomear novos partidos, mas há coisas novas, sim.

- See more at: [http://port.pravda.ru/cplp/brasil/14-03-2016/40572-sociedade\\_brasileira-0/#sthash.jzzUhg6U.dpuf](http://port.pravda.ru/cplp/brasil/14-03-2016/40572-sociedade_brasileira-0/#sthash.jzzUhg6U.dpuf)

## **"Lula não é nenhum ladrão", afirma o sociólogo Francisco de Oliveira**

<http://zdbsombis/ndias/notia201603Lulaoenenhumladraoafirmaociologoferniscodoliveira5109790.html>

**Um dos fundadores do PT critica rumos da sigla, mas acredita na inocência de Lula**

Por: [leticia Duarte](#) 12/03/2016 -

Professor aposentado da USP e um dos fundadores do PT e do PSOL, o sociólogo Francisco de Oliveira, 82 anos, autor de obras como *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1972), questiona os rumos da sigla que comanda o governo federal, mas acredita na inocência do ex-presidente Lula. "Não há provas", diz.

Leia também

[Radicalização marca embates entre petralhas e coxinhas nas redes sociais](#)

**No ano passado, o senhor disse que o país sairia da crise e que os panelaços iriam acabar. Como o senhor vê o momento atual, em que cresce a polarização política?**

Não tem consistência, é tudo muito superficial. O ataque é a Lula, mas como a Dilma está na Presidência, ela sofre as consequências. O alvo é o Lula, todo mundo já percebeu isso. O problema maior é que ele está na defensiva, está aceitando as supostas acusações, e isso é ruim porque reforça a crítica da direita.

**Mas ele se defendeu partindo para o ataque, dizendo que vai para a rua, vai subir o tom.**

Isso é bravata. Lula não tem mais a capacidade de chamar ninguém para a rua. As coisas mudaram muito. A rua hoje para a política é bastante inofensiva. A capacidade das ruas já acabou.

**Ao mesmo tempo tem esses movimentos pelo impeachment chamando para as ruas, e movimentos à esquerda prometendo enfrentamento.**

Não vai dar em nada. Essa época desse tipo de movimento político já passou, não tem mais consistência. A gente vai ver no domingo, mas movimentos de massa hoje não se fazem nos mesmos termos de antes. É uma consequência do desenvolvimento do capitalismo, tudo fica muito tênue. O capitalismo dissolve essas tensões de outra forma.

**Mas houve conflitos no dia em que o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente.**

Quantas pessoas tinham? São Bernardo é muito sensível a isso, mas não representa o estado de espírito mais amplo. Em São Paulo, só teve manifestação em Congonhas. São movimentos pontuais. Movimento de massa é bastante diferente.

**Há crescente animosidade entre petistas e tucanos. Que efeitos esse discurso de ódio tem na sociedade?**

O efeito é pequeno. Não acredito que esteja havendo ódio, uma coisa acirrada, radicalidade. Não vejo nem motivo para isso. Quero ver quem vai para rua no domingo. O pessoal vai passear, na verdade. A Paulista é agradável. Mas não vai lá com objetivo de brigar pelas suas ideias, suas posições.

**E esse chamado de Lula, que criticou a Justiça e prometeu ir para as ruas?**

Deu certo? Não deu. Lula sempre é uma figura, é um fulcro de contradições. Mas se ele tentar chamar para a rua vai ser um fiasco. Se fosse ele, não fazia isso, porque ninguém vai atender.

### **Os petistas dizem que a culpa é da direita, da mídia. Por que é tão difícil a autocrítica?**

Isso é assim mesmo, ninguém assume os erros que comete na vida política. Não se espere que o PT faça a autocrítica, qualquer coisa desse tipo, porque isso enfraquece a sua posição.

### **Mesmo diante das evidências de corrupção?**

Você acha que existe isso? A maior parte é invenção da contradição política. Não acredito que o Lula, com a experiência que tem, seja tão tolo para fazer o que dizem que ele faz. Não é verdade. Lula não é nenhum ladrão, para meter a mão no dinheiro público. Ele está aí na política há 50 anos.

### **E por que ele não apresenta elementos para sua defesa, preferindo culpabilizar os outros?**

Porque é a forma mais fácil. É uma coisa muito primitiva fazer o que a Lava-Jato está dizendo que ele fez. Não há provas. Ele é paparicado. Evidentemente, as empresas não fazem isso pelos seus belos olhos. Mas não é tão primário como dizem, é mais complicado.

### **A presidente Dilma resiste?**

Resiste. Precisa de 300 e tantos votos para fazer qualquer ação contra ela, isso não se consegue. O último grande confronto que chegou ao Congresso no nosso tempo foi o de Collor. Ser governo é muito bom, tem cargos. Ninguém vai sair do governo. A única quebra significativa seria o PMDB. Mas você acha que há espaço para a radicalização no PMDB? Quase impossível.

**E como o senhor vê a esquerda hoje no Brasil?**

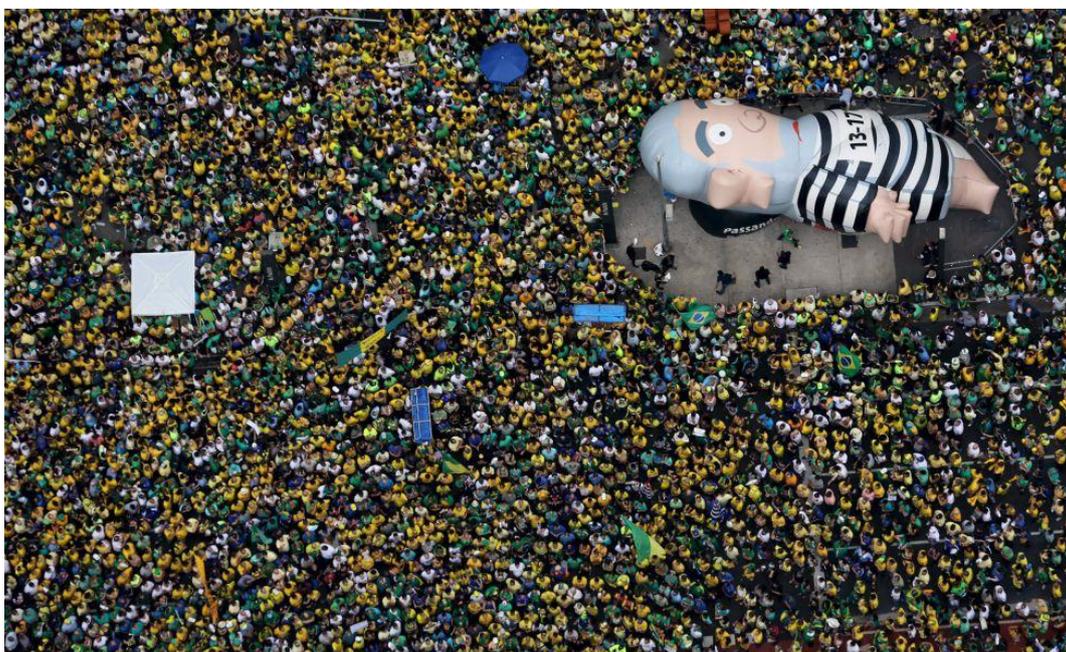
Está sem rumo. Eu mesmo sou da esquerda e estou sem rumo.

## **Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus**

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/14/opinion/1457966204\\_346156.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/14/opinion/1457966204_346156.html)

O momento do Brasil, culminando com as manifestações de 13 de março, mostra os riscos de uma adesão pela fé: é preciso resistir pela razão  
Otros

**ELIANE BRUM** - 14 MAR 2016 T



Manifestantes levantam o boneco que remete ao ex-presidente Lula, na avenida Paulista, no domingo (13). PAULO WHITAKER REUTERS

Não se constrói um projeto político com crentes. Mas a angústia, no [Brasil](#) de hoje, se dá também pela vontade de acreditar que algo é verdadeiro num cotidiano marcado por falsificações. O perigo é que, quando o roteiro dos dias parece ter sido escrito por marqueteiros, não cabe razão nesse acreditar. Exige-se fé. Quando a política demanda adesão pela fé, é preciso ter muito cuidado. Os partidos que estão aí, puxando para um ou outro credo, podem acreditar que lhes é favorável

ter uma população de crentes legitimando seus projetos de poder. Mas a adoração, rapidamente, pode se deslocar para outro lugar, como alguns já devem ter começado a perceber depois das [manifestações do domingo, 13 de março](#). Ou pior, para um ídolo de barro qualquer. Rebaixar a política nunca é uma boa ideia para o futuro. Quem acha que controla crentes, com suas espirais de amor e de ódio, não aprendeu com a história nem entende o demasiado humano das massas que gritam.

#### **OUTROS ARTIGOS DE ELIANE BRUM**

- [A mais maldita das heranças do PT](#)
- [Sobre aborto, deficiência e limites](#)
  - [Tarifa não é dinheiro, é tempo](#)
    - [Todo inocente é um fdp?](#)
- [Parabéns, atingimos a burrice máxima](#)
- [Vítimas de uma guerra amazônica](#)

---

Há uma enorme descrença nos políticos e nos partidos tradicionais, este já é um lugar comum. Mas é importante perceber que a esta descrença se contrapõe não mais razão, mas uma vontade feroz de crença. Quando os dias, as vozes e as imagens soam falsas, e a isso ainda se soma um cotidiano corroído, há que se agarrar em algo. Quando se elege um culpado, um que simboliza todo o mal, [também se elege um salvador](#), um que simboliza todo o bem. A adesão pela fé, manifeste-se ela pelo ódio ou pelo amor, elimina complexidade e nuances, reduz tudo a uma luta do bem contra o mal. E isso, que me parece ser o que o Brasil vive hoje, pode ser perigoso. Não só para uma ditadura, como é o medo de alguns, mas para que se instale uma democracia de fachada, como já vivemos em alguns aspectos.

Uma democracia demanda cidadãos autônomos, adultos emancipados, capazes de se responsabilizar pelas suas escolhas e se mover pela razão. O que se vê hoje é uma vontade de destruição que atravessa a sociedade e assinala mesmo pequenos atos do cotidiano. O linchamento, que marca a história do país e a perpassa, é um ato de fé. Não passa pela lei nem pela razão. Ao contrário, elimina-as, ao substituí-las pelo ódio. É o ódio que justifica a destruição daquele que naquele momento

encarna o mal. Isso está sendo exercido no Brasil atual não apenas na guerra das redes sociais, mas de formas bem mais sofisticadas. Isso tem sido estimulado. Quem acha que controla linchadores, não sabe nada.

Talvez o mais importante, neste momento tão delicado, seja resistir. Resistir a aderir pela fé ao que pertence ao mundo da política. Fincar-se na razão, no pensamento, no conhecimento que se revela pelo exercício persistente da dúvida. É mais difícil, é mais lento, é menos certo e sem garantias. Mas é o que pode permitir a construção de um projeto para o Brasil que não seja o da destruição. Quem sofre primeiro e sofre mais com a dissolução em curso são os mais pobres e os mais frágeis. É preciso resistir também como um imperativo ético.

Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus.

Mas nunca, desde a redemocratização, pelo menos, foi tão difícil vencer esse paradoxo: à enorme descrença se contrapõe uma enorme vontade de crença. Uma vontade desesperada de fé. E isso vale para todos os lados.

Seria bom se a gente pudesse acreditar que as centenas de milhares que foram às ruas neste domingo querem o fim da corrupção no Brasil. A beleza de um país unido contra aquilo que o arrasta para o esgoto é uma imagem forte, poderosa. Mas a massa verde-amarela, vista de perto, delata a si mesma. Quem quer o fim da corrupção no Brasil não [levanta bonecos de Lula \(PT\) e de Dilma \(PT\)](#) e esquece todos os outros que não pertencem ao partido que quer arrancar do Governo. Quem quer o fim da corrupção no Brasil jamais teria negociado com [Eduardo Cunha \(PMDB\)](#), como lideranças que organizaram as manifestações negociaram há pouco tempo atrás. Nem usa camiseta da [CBF, mais corrupta impossível](#). Nem tira *selfies* com uma polícia que sistematicamente viola a lei.

A corrupção é uma bandeira conveniente para quem nada quer mudar mas precisa fazer de conta que quer. Ela sempre cabe, porque, ao mesmo tempo que é consenso – ou alguém vai se declarar a favor da corrupção? –, é difusa. Elege-se os corruptos a destruir, que viram bonecos, rostos a ser eliminados. E nada se muda da estrutura que provoca as desigualdades e permite a corrupção de fundo. É interessante perceber, quando não se adere pela fé, que os alvos nas ruas são os políticos – majoritariamente Lula e Dilma, contra quem até agora nada foi ainda provado. Há indícios, há delações, há investigações em curso. Mas nada ainda foi provado. Mas o que importam os fatos quando o que vale é a propaganda? O que importa a verdade quando a demanda é por crença?

**A cara do Mercado, a outra face da Lava Jato, não estava nas ruas como ré, apesar dos expoentes do empresariado nacional na prisão**

O rosto dos corruptos nas ruas, aqueles que simbolizam a corrupção que se diz combater, é o rosto de governantes, um ex-presidente e sua sucessora. É um único partido, quando há vários outros envolvidos. Os alvos nas ruas são aqueles identificados com o Estado. Não há bonecos de expoentes do empresariado nacional, alguns deles já presos, julgados e condenados. As entidades de classe empresarial que conclamaram seus associados à adesão aos protestos deste domingo não bradaram contra seus pares na prisão. A cara do Mercado, a outra face dessa história, não está as ruas como ré, apesar de também ser protagonista do esquema que está sendo desvendado pela [Operação Lava Jato](#). E por que não está? Para entender um quadro por completo, tão importante quanto ver quem está é perceber quem não está.

Não há como afirmar o que cada um que foi às ruas deseja, qual foi a insatisfação que o levou até ali. São muitas as paixões – e o espaço público pertence a todas elas. Mas é importante observar que o senador [Aécio Neves](#) e o governador [Geraldo Alckmin](#), dois dos presidenciáveis do PSDB, [entraram na Avenida Paulista alegremente e saíram dela hostilizados](#), o que talvez lhes ensine alguma coisa. Quem foi ovacionado aos gritos de “Mito! Mito! Mito!”, ao participar da manifestação em Brasília, [foi o deputado federal Jair Bolsonaro \(PSC\)](#), expoente nacional da direita caricata, que odeia gays e adora armas. E, acima de todos, como ícone positivo e salvador da Pátria, a figura onipresente do [juiz Sérgio Moro](#), em cartazes e camisetas. A mais notória delas em inglês: “*In Moro we trust*” (Em Moro, nós confiamos). Ela parodia o lema dos Estados Unidos estampado nas notas do dólar: “*In God we trust*” (Em Deus, nós confiamos).

É importante escutar o discurso dos líderes dos movimentos que organizaram os protestos, assim como perceber com que partidos se aliam em [suas aspirações políticas](#). A parte final do artigo escrito pelo coordenador do MBL (Movimento Brasil Livre) e [colunista da Folha de S. Paulo, Kim Katagiri](#), é particularmente reveladora, ao fazer uma analogia entre o momento atual e a série de TV *Power Rangers*, para conclamar os brasileiros a comparecer à manifestação: “Com seis anos, eu lutava contra monstros que eram derrotados e voltavam gigantes. Lula, depois de ter sido derrotado no mensalão, voltou ainda maior no petrolão. Os Rangers uniam-se e fundiam seus veículos para compor o robô gigante. Precisamos de algumas centenas de milhares de brasileiros para montar o nosso”. Deve acreditar ter conseguido “montar” seu “robô gigante” nos protestos de domingo.

Escutando as lideranças dos protestos pelo impeachment da presidente com atenção é fácil perceber que este novo é velho. Tão velho quanto a rasteira luta do bem contra o mal.

Seria bom acreditar que a massa verde-amarela nas ruas quisesse de fato o fim da corrupção no Brasil. Pela razão, não é possível acreditar. Pela crença, sim.

Seria bom se a gente pudesse acreditar que a oposição ao Governo e ao PT tivesse um projeto para o país que não fosse apenas um projeto de ocupação e loteamento do poder. Ou de manutenção do poder, caso do PMDB, partido que hoje comanda seis ministérios e a vice-presidência da República. É preciso muita fé para acreditar nisso depois do [jantar de 9 de março entre líderes](#) do PSDB e do PMDB, em Brasília. Entre eles Aécio Neves e José Serra, dois dos presidenciáveis do PSDB, reunidos com, entre outros, o peemedebista Renan Calheiros, presidente do Senado e alvo de seis inquéritos na Lava Jato. Na semana passada, a abertura de um sétimo inquérito foi pedida ao Supremo Tribunal Federal.

**PSDB e PMDB se assemelham a urubus que, ao acreditar que comem carniça, não percebem que devoram junto suas próprias garras**

Presidenciáveis do PSDB negociando com Renan Calheiros, aquele que apenas horas antes havia entregue a Lula um exemplar da Constituição, testando até que ponto se pode manipular as imagens, aprofundar o escárnio e debochar da lei. PMDB e PSDB, juntos, debatendo sobre a partilha do poder depois da queda de [Dilma Rousseff](#) e do PT. Ou sobre como dividir os despojos daqueles cuja morte já decretaram. Jantando o Governo e o PT e apertando as mãos na sobremesa, certos de que o futuro é deles, como já foi o passado. É só com muita fé para acreditar que essa imagem de butim seria o melhor para o país. Ou que representaria o fim da corrupção. No sábado, três dias depois deste jantar e na véspera das manifestações, [o PMDB decidiu dar um “aviso prévio” à presidente Dilma Rousseff](#) e ao PT, anunciando que deve desembarcar do Governo para não sair do poder.

Seria fundamental uma oposição forte e responsável ao Governo. Sempre é para uma democracia funcionar. Mas, entre os grandes partidos, não se ouviu uma única voz capaz de superar suas paixões pessoais e liderar com razão e responsabilidade. O que se viu foram mercadores desonestos, carniceiros. Urubus que, ao acreditar que comem carniça, não percebem que devoram junto suas próprias garras.

**Na “condução coercitiva” de Lula, o juiz Sérgio Moro promoveu o linchamento simbólico, estimulou a vontade de vingança que atravessa a sociedade brasileira – e não a lei**

Seria bom se a gente pudesse acreditar que o juiz Sérgio Moro tivesse de fato convicção que a “condução coercitiva” de [Lula](#) não só cumpria os requisitos da lei como evitaria confrontos, como afirmou em nota pública. E, mais ainda, que “cuidados foram tomados para preservar, durante a diligência, a imagem do ex-presidente”. Que tipo de candura seria necessária a Moro e também aos procuradores do Ministério Público Federal para não imaginarem que, para o Brasil, o que viraria verdade é que Lula foi preso diante das câmeras? E que isso, por si só, já julgaria e condenaria o ex-presidente sem julgamento nem condenação? Que tipo de inocência seria necessária a Moro e a seus pares para não perceber que “condução coercitiva”, termo que não faz parte do vocabulário da população nem é de fácil apreensão, seria sinônimo de prisão? E que o espetáculo, com forte aparato policial, como se Lula fosse o próprio Al Capone, seria decodificado como a prisão de Lula? Espetáculo, é importante sublinhar, para o qual uma parte da imprensa foi convidada para garantir a produção e a difusão da imagem de forte poder simbólico. É preciso que estes homens da lei (?) sejam ingênuos, o que também não é uma boa característica para a profissão. Ou, o que é mais fácil de mobilizar, como se viu: é preciso de fé. Da nossa fé.

O que aconteceu naquela sexta-feira feia, 4 de março, em que Lula foi tirado de casa por policiais federais e levado para o Aeroporto de Congonhas, foi grave. Muito grave. O juiz e os procuradores deveriam ser os primeiros a querer evitar de todos os modos essa simbologia. A imagem de Lula preso, para o Brasil inteiro, não mostra que a lei vale inclusive para ícones populares e ex-presidentes. Mas que a lei também não vale para ícones populares e ex-presidentes. Que o abuso e a violação de direitos, cuja maior representação são os milhares de presos sem julgamento atirados em penitenciárias medievais, assim como os negros humilhados pelas polícias nas periferias, são a regra para todos – ou quase todos.

O que o juiz e os procuradores estimularam nesta cena foi a vontade de linchamento. Porque levar alguém para depor dessa maneira, produzir esse tipo de imagem, também é um tipo de linchamento. E foram aplaudidos por parte da população por isso, porque atenderam à sanha, legitimaram a vontade de vingança ao dar-lhe roupagens de lei. Quando o rito da lei é substituído pela vingança, e essa substituição é permitida por quem é um agente da lei, é muito grave. É exatamente em períodos tão delicados da história que a lei precisa ser interpretada de forma mais conservadora. E seus agentes precisam ter a grandeza de abrir mão das vaidades pessoais e reprimir as paixões que também os habitam.

Sérgio Moro e os procuradores, assim como os policiais federais, não são heróis nem vingadores. São funcionários públicos. E é como funcionários públicos que precisam se comportar se quiserem estar à altura do cargo. Deles só se espera que façam bem – e discretamente – o seu trabalho.

## **Os promotores de São Paulo foram usados como “bois de piranha”. E como sangraram**

E o que dizer dos promotores do Ministério Público de São Paulo, pedindo a prisão de Lula a três dias da manifestação de domingo? E sem nenhuma justificativa razoável, para além das confusões “filosóficas” que viraram piada nas redes sociais, quando, [entre outras bobagens, confundiram Hegel com Engels?](#) Importa perceber que a manchete, com foto, foi garantida: “MP de São Paulo pede a prisão de Lula”. E a manchete é mais forte do que os editoriais e as matérias internas. Qual é a verdade que se fabrica ali, e que tem sido repetida em cada esquina do país? Lula é culpado.

Mas até ser julgado e condenado, Lula não é culpado. Ou a lei não vale. E, atenção: se a lei não vale para Lula, também não vale para você ou eu.

É interessante perceber ainda que os promotores de São Paulo, chamados publicamente por alguns de “os três patetas”, obtiveram unanimidade num momento em que a unanimidade parecia impossível. O pedido de prisão de Lula foi condenado por todos os lados. Mas, pela razão, vale a pena duvidar um pouco dessa unanimidade. O estrago de um pedido de prisão nas manchetes já estava feito, o serviço já tinha sido cumprido. Talvez seja apenas esperteza condenar os agentes menos importantes. Não apenas para dar aparência de isenção, mas principalmente para salvar a imagem dos que realmente importam, que são os agentes da Lava Jato. Este pode ser um daqueles casos em que aqueles que se julgavam espertos, ao aproveitar o momento nacional em busca de glória, encontraram espertos ainda mais espertos. De imediato, “os três patetas” viraram bois de piranha nas redes sociais. E como sangraram.

Quando a justiça invade o espaço da política – e a política demanda adesão pela crença, em vez de pela razão, o risco é grande. O que aqueles que demandam fé não percebem é que o risco é grande para todos.

Seria bom acreditar que Lula, que personificou o principal projeto da esquerda na redemocratização do país, que de fato encarnou uma mudança histórica no Brasil ao ser o primeiro operário a se tornar presidente, é apenas um perseguido. Seria tudo mais fácil se assim fosse. Mas só com fé. Pela razão não dá.

Acossado, Lula fez o que melhor sabe fazer, aquilo que o tornou um dos presidentes mais populares da história. Lula foi Lula, o Lula que fala a linguagem do povo porque compreende o povo como poucos. E, por um momento, a maioria dos que um dia acreditaram, porque havia o que acreditar, foram tentados, fortemente tentados, a voltar a acreditar. Porque é tão mais fácil acreditar. Mas a estranheza, a estranheza que vem pelo pensamento, foi se imiscuindo. Mesmo quando empurrada para baixo, ela teima em subir à superfície. E, aos poucos, torna-se claro: Lula estava encenando Lula.

**Hoje, Lula é simbolicamente linchado também por parte daqueles cuja vida seu governo mudou radicalmente para melhor**

Ou melhor: o Lula atual estava encenando o Lula de antes. Porque o Lula de antes já não existe, nem poderia, já que qualquer pessoa é mudada pelas suas experiências. E Lula, mais do que a maioria, circulou por muitos mundos novos desde que se tornou presidente, e mesmo antes. Assim, o discurso virou farsa. Não fraude, mas farsa. E mesmo o

que havia de verdade, porque obviamente ainda existe o Lula no Lula, revelou-se como falseamento quando visto pelas lentes da razão, do pensamento que alcança o conhecimento pela via da dúvida.

É um fato que o governo de Lula incluiu dezenas de milhões de brasileiros e melhorou a vida de todos. É um fato que a miséria e a fome diminuíram significativamente no seu governo. É um fato que o Brasil mudou – e mudou para melhor com Lula. E isso não é pouco, mas não é mesmo. Isso é enorme.

O “nunca antes neste país”, usado por ele e satirizado pelos adversários, é um fato em vários setores. Mas não é por isso que ele está sendo investigado. Mas sim pelo que também pode ter de fato feito. Pelo que há indícios de que tenha feito. Assim como outros membros do PT já foram julgados, condenados e presos pelo que de fato fizeram. Isso não é perseguição, isso é justiça. Buscar confundir, deliberadamente, uma coisa com outra, demanda fé. E má fé.

Para acreditar no discurso de Lula é preciso crer como um crente. E não é de hoje que Lula exorta seus eleitores a esse tipo de crença. Lula como presidente cultivou uma mística, a mística do pai. E, assim, reduziu eleitores a filhos – em vez de cidadãos. Em vez de estimular emancipação e autonomia, demandou obediência. Em vez de mostrar que políticas públicas são direitos, apresentou-as como bondades. Filhos que adoram não perdoam fraturas na imagem do pai. A paixão, que é um tipo de fé, em determinadas condições vira ódio. Lula arriscou-se quando se permitiu ser adorado – e gozar com isso. Assim como não se controla linchadores, também não se controla adoradores.

Hoje Lula é linchado simbolicamente por muitos que o veneravam, inclusive por parte daqueles que melhoraram sua vida radicalmente

durante o seu Governo. Para estes, ele era um objeto antes, segue sendo um objeto agora. Apenas que antes movia paixão, e agora ódio.

Lula, que compreendeu o Brasil e os brasileiros como poucos, em qualquer tempo, perdeu um capítulo. E não qualquer capítulo, mas um fundamental: Lula ainda não compreendeu as [manifestações de junho de 2013](#).

Ao lançar Dilma Rousseff como sua sucessora, Lula já tinha sido tomado por um delírio de onipotência, já era ele mesmo um crente de si mesmo. E poucas coisas são mais perigosas para uma pessoa pública do que isso. Ao partido, só cabia obedecer. Lula elegeu Dilma e a reelegeu, mas a que preço. Também tentou lançá-la como a “mãe dos pobres” e a “mãe do PAC”. Mas Dilma jamais teve essa vocação. Entre todas as mentiras apresentadas como verdades nessa realidade em que um [Eduardo Cunha](#) é o presidente da Câmara e um Renan Calheiros é presidente do Senado e um Michel Temer é vice-presidente do país, talvez seja Dilma justamente quem traga um pouco de honestidade pessoal ao enredo. É ela, a tão claramente atrapalhada, a tão claramente incompetente, a tão claramente irascível, que acaba, involuntariamente, revelando-se em atos falhos sem fim. Como no mais recente, em que negou que estivesse cogitando uma renúncia dizendo: “Eu me renuncio...”.

Quando o cenário desmorona e a vida é corroída no cotidiano, a vontade de acreditar aumenta. Quanto maior o falseamento e mais frágeis as verdades, maior a vontade de crença. Entre as crenças que talvez uma parte da esquerda esteja tentada a embarcar está a de que este é um momento de estar em um lado ou em outro lado. Havia pelo menos uma condição que na ditadura era mais fácil, a de que ou se estava contra ela ou a favor. Era muito fácil saber quem eram os inimigos – e os que não eram inimigos eram amigos. A democracia complica as coisas ao aumentar as nuances. Apesar de muito mais difícil, é bem melhor que as coisas sejam vistas como de fato são: complexas. Nostalgias do preto e branco podem ser perigosas, mais ainda num cérebro com vontade de crença.

## **Recusar a polarização, não aderir a um lado nem ao outro, não é ficar em cima do muro: ao contrário, é posição**

Posso estar equivocada, errar é um risco de quem se arrisca a pensar. Mas recuso – e recuso pelo pensamento – a polarização. Há muitos, nos quais me incluo, que não estão nem cá nem lá. E, ao contrário do que dizem uns e outros, também não estão em cima do muro. Há posição e há posicionamento forte para além da polarização. Já afirmei, [mais de uma vez neste espaço](#), que, no meu modo de ver, a alegada polarização é mais uma falsificação entre tantas neste momento conturbado do país. O problema de Lula e do PT é muito mais quem não está nas ruas contra eles, mas também já não estaria a favor. Este recusar um lado e outro é ativo, é posição.

Repudio o que Sérgio Moro e seus pares fizeram com Lula não por ele ser ex-presidente, mas porque sempre denunciei o abuso de policiais e de outros agentes da lei como prática de sua atuação junto às populações mais pobres e desamparadas das periferias, do campo e da floresta. Incluindo nesta denúncia todas as prisões ilegais feitas nos protestos de 2013 pela tarifa zero, nos de 2014 contra as remoções promovidas em nome da Copa do Mundo e nos de 2015 contra a “reorganização escolar” feita por Geraldo Alckmin. Reconheço o que os governos Lula-Dilma fizeram no combate à miséria e na ascensão social de milhões. Assim como reconheço seu protagonismo no tema das cotas raciais e na ampliação do acesso à universidade, entre outros temas de fundamental relevância.

Mas repudio a [violação escandalosa de direitos em grandes obras na Amazônia](#), como Belo Monte. Se o esquema de corrupção revelado nas delações da Lava Jato for comprovado, é apenas uma das pontas. [A violência promovida pela Norte Energia e pelo Governo federal](#), duas

esferas que seguidamente se misturavam, é bem documentada há anos. Assim como repudio o desrespeito aos direitos indígenas e o sumiço da reforma agrária da pauta.

Lamento a falta de investimento em saneamento básico, uma das principais razões da expansão do *Aedes aegypti* e sua coleção de doenças. Assim como o investimento insuficiente em educação, principal instrumento da emancipação de um povo, para muito além do acesso a bens de consumo. Também lamento uma visão medíocre de cidade e de cidadania. E abomino a cegueira socioambiental deste Governo, mais criminosa ainda por vivermos em tempos de mudança climática.

Quando Lula e o PT reclamam dos abusos de Sérgio Moro, dos procuradores e da Polícia Federal, têm razão em alguns casos, como o da [“condução coercitiva”](#). Mas a razão que têm não faz desaparecer o fato de que este Governo colocou a Força Nacional a serviço da Norte Energia – e das empreiteiras – na ocupação do canteiro de Belo Monte por indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais de Altamira, no Xingu, assim como na repressão aos Munduruku, que protestavam contra a construção de hidrelétricas no rio Tapajós. Nem faz desaparecer o quanto este Governo compactuou com a repressão e a prisão de manifestantes na Copa do Mundo de 2014. Muito menos faz desaparecer a abominação da [lei antiterrorismo](#), de iniciativa deste Governo, que está na mesa de Dilma Rousseff para ser sancionada.

Aponto as contradições dos governos Lula-Dilma desde muito antes de a *The Economist* publicar uma capa do Cristo Redentor decolando como um foguete (e depois outra com o mesmo Cristo afundando após um voo curto). Ou de a [Newsweek chamar a presidente de “Dilma Dinamite”](#), avisando: “Não mexa com Dilma”. Já criticava Dilma Rousseff quando setores que hoje a lincham a exaltavam. Concordo com o [antropólogo Eduardo Viveiros de Castro quando ele diz que “Dilma é um fóssil”](#). Minha avaliação é de que ela tem uma cabeça cimentada no século 20 e não consegue compreender nenhum dos grandes debates que vieram depois. Considero Dilma Rousseff um desastre pela sua miopia sobre os grandes temas do Brasil e do mundo.

Ainda assim, enquanto não houver provas de que a presidente cometeu ilegalidades, não me parece possível apoiar seu impeachment. Respeito o voto da maioria, mesmo quando não concordo com ele. Ser cidadão é ser adulto – e ser adulto é responsabilizar-se pelo seu voto e lutar pelo respeito ao voto do outro. Se as provas aparecerem, e só assim, esse processo pode ganhar legitimidade e então apoio.

**Neste momento histórico, a esperança é um luxo: é preciso construir um novo projeto por imperativo ético**

Jamais estaria ao lado dos que promoveram as manifestações de 13 de março. Conheço esses protagonistas de outras décadas. O figurino de novidade não cobre o mofo de quem sempre esteve no mesmo lugar. O que representam nunca saiu do poder no Brasil. E, quando escutados com atenção, é possível ouvir o som de fundo: tudo o que querem é manter seus privilégios intactos. Não será com a minha fé.

Setores do PT traíram um projeto que não pertencia apenas a eles, mas a pelo menos duas gerações de esquerda. É preciso construir outro, por outros caminhos, que passa por tudo o que se aprendeu com 2013. Neste momento histórico, o que sabemos fazer já não é suficiente. É preciso encontrar uma outra forma de fazer. Tudo o que importa está paralisado por essa falsa polarização. É preciso se mover e fazer o que importa. No cotidiano, dia após dia. Esta não pode se tornar uma democracia de fachada. [Como já escrevi, não porque temos esperança.](#) Neste momento histórico, a esperança é um luxo, um supérfluo. É preciso fazer por imperativo ético.

Diante da necessidade de se construir um novo projeto para o país, me parece necessário resistir à vontade de crença. Prefiro ser ateu também na política.

**Eliane Brum** é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*.  
Site: [desacontecimentos.com](http://desacontecimentos.com) Email: [elianebrum.coluna@gmail.com](mailto:elianebrum.coluna@gmail.com) Twitter: [@brumeli](https://twitter.com/brumeli)  
anebrum

## **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776\\_440577.html?rel=mas](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html?rel=mas)

Segundo estimativas, cerca de três milhões de pessoas foram às ruas nas manifestações deste domingo

**MARINA ROSSI**

**GIL ALESSI**

**AFONSO BENITES**

**MARÍA MARTÍN**

São Paulo / Brasília / Rio de Janeiro 14 MAR 2016 - 22:23 CET



Ato pelo impeachment na avenida Paulista. Sebastiao Moreira EFE

Embalados pelo pedido de [prisão preventiva do ex-presidente Lula](#) e pela definição do [rito de impeachment](#) pelo Supremo Tribunal Federal na última semana, centenas de milhares de pessoas tomaram ruas de diversas cidades neste domingo em [manifestações no Brasil](#) pela quinta vez para reivindicar a saída da presidenta Dilma Rousseff. De acordo com o site G1, ao todo mais de três milhões foram às ruas em 229 cidades, levando em conta dados fornecidos pela Polícia Militar. Em São Paulo, termômetro político e social do país e principal bastião anti-PT, o ato reuniu 500.000 pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha, mais que o dobro do número alcançado em março do ano passado, de acordo com o mesmo instituto. Após cambalear – [o último ato pelo afastamento da petista](#), em dezembro do ano passado, teve público menor que o esperado –, agora os grupos que querem a saída do PT do Governo colocaram de vez a presidenta [nas cordas](#).

### MAIS INFORMAÇÕES

- [FOTOGALERIA](#) Os protestos em imagens
- [O condomínio de Copacabana que grita “Fora Cunha”: uma crônica](#)
- [AO VIVO | Siga as manifestações contra Dilma neste domingo](#)
- [Manifestações contra Dilma voltam às ruas com menos fôlego que antes](#)

---

Esta é a maior [manifestação](#) de rua da história da democracia do país depois do fim da ditadura, e mostra o fôlego que os movimentos pró-impeachment, que nasceram em 2014, atingiram. A marcha pelas eleições diretas (Diretas Já), uma referência de multidões, levou às ruas 400.000 pessoas em 1984. Se na [primeira grande manifestação pró-impeachment](#) em março do ano passado os grupos que pediam a saída de Dilma dividiram espaço na avenida Paulista com reivindicações difusas, como os pedidos da intervenção militar, **desta vez o discurso foi mais afinado**. O sentimento que se sobressaiu, de maneira geral, é de total rejeição ao PT e ao Governo e que “qualquer coisa” será melhor que Dilma Rousseff na presidência. "Qualquer um é menos pior que Dilma", disse a dentista Fátima Gerbasi. "Não tem importância se é o Temer que assume [o Governo, em um eventual impeachment]. Vão fazer um Governo de coalizão e isso vai ser bom".

Os protestos multitudinários são uma má notícia para a presidenta que está prestes a encarar um processo de impeachment na Câmara e está sob a ameaça de perder o apoio do PMDB, seu principal aliado. O grito nas ruas pode empurrar parlamentares indecisos a votar a favor de sua destituição via impeachment, e pode acelerar até a análise de suas contas de campanha no Tribunal Superior Eleitoral. A mandatária ainda tem o mercado financeiro jogando contra, pois acreditam que a sua permanência impede que a crise política se resolva e desate o nó da economia.

### **Um grito contra todos?**

Definitivamente não foi um dia feliz para a presidenta. Mas políticos da oposição também não foram poupados e receberam vaias no meio da massa. Em São Paulo, o governador [Geraldo Alckmin](#), pela primeira vez participando dos protestos, e o senador [Aécio Neves](#), ambos do PSDB, foram chamados de “oportunistas”, o que os obrigou a abreviar sua passagem pela Paulista para não mais que 30 minutos. Em alguns momentos, o protesto parecia um grito contra todos os políticos. [Marta Suplicy](#) (PMDB), caloura na oposição, também foi vaiada e chamada de “vira casaca”. Pré-candidata do PMDB à prefeitura de São Paulo, a senadora deixou o PT em abril de 2015.

Em Brasília, onde a manifestação ocorreu na parte da manhã e reuniu 100.000 pessoas, segundo a Polícia Militar, o início da passeata foi confuso, com locutores de cinco carros de som falando ao mesmo tempo. No percurso, os manifestantes pararam em frente à Catedral da cidade e rezaram um Pai Nosso. O [deputado federal de extrema direita Jair Bolsonaro](#) (PSC-RJ) fez um discurso tumultuado. Enquanto falava, do alto de um carro de som, alguns de seus apoiadores seguravam cartazes com os dizeres #Bolsonaro2018, uma alusão a sua eventual candidatura à presidência daqui a dois anos, e ocupantes de outros trios elétricos, contrários à presença de políticos no evento, gritavam palavras de ordem contra o PT, contra o ex-presidente Lula e contra Dilma, abafando a fala de Bolsonaro.

Entre os que demonstravam sua indignação, havia uma aposentada que se considera profissional em protestos pelas ruas da capital federal. Rosa Maria

de Paula, 57, afirma que participou dos atos das Diretas Já, do pedido de [impeachment de Fernando Collor de Mello](#) e que agora, mesmo tendo votado em Lula até 2002, não vê outra saída para o país que não a destituição da presidenta Dilma Rousseff e dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB). “O PT só trouxe corrupção e roubalheira. Por isso sou a favor do impeachment da Dilma e da cassação do Renan e do Cunha”.

No Rio o ato também foi o maior dos últimos anos e também teve o início marcado pela oração de um Pai Nosso, seguido pelo hino do Brasil. De um trio elétrico, um locutor acusou Dilma pelo "assassinato do povo brasileiro". “Chegamos ao limite. É a primeira vez que venho a uma manifestação, deixei meus netos em casa e vim para demonstrar meu apoio ao Ministério Público”, afirmou o empresário aposentado Ricardo Castro, 71, que participava do ato na orla de Copacabana, zona sul da cidade. O grito mais ouvido na manifestação era “eu não quero viver em outro país, quero viver em outro Brasil!”

### **Sem confrontos e Moro**

De modo geral, não houve os confrontos que se esperavam nos dias anteriores e o perfil do público continuou repetindo o mesmo padrão: a classe média alta, branca, muitos que nunca votaram no PT e outra parcela que já votou, mas agora rejeita a condução do partido. Neste domingo, a exaltação ao juiz Sérgio Moro se repetiu, assim como à Polícia Federal. Em São Paulo, eles ganharam cartazes, bonecos, camisetas e faixas em homenagem ao trabalho realizado na Operação Lava Jato. Além dessas figuras já costumeiras nas ruas, o promotor do Ministério Público de São Paulo Cássio Conserino estreou entre os heróis. Conserino foi [um dos autores do pedido de prisão preventiva de Lula](#) enviado à Justiça na última quinta-feira. "Lula molusco, pode esperar, o Conserino vai te pegar", cantaram na avenida Paulista.

Enquanto as ruas fervilhavam, [Moro](#) divulgou uma nota, algo inédito desde que as manifestações anti-Dilma começaram. "Neste dia 13, o povo brasileiro foi às ruas. Entre os diversos motivos, para protestar contra a corrupção que se entranhou em parte de nossas instituições e do mercado. Fiquei tocado pelo

apoio às investigações da assim denominada Operação Lava Jato", disse o juiz. Na carta, em que ele diz também que é "importante que as autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas", Moro surfa em uma onda iniciada no ano passado, quando passou a ser chamado de herói nas ruas.

A fragilidade crescente do Governo e as mais recentes notícias da Lava Jato animaram os líderes dos movimentos organizadores do protestos em São Paulo a se sentirem seguros para cravar, inclusive, uma data para o nocaute final de Dilma Rousseff. "Até maio ela cai", afirmava [Renan Santos, do Movimento Brasil Livre](#) (MBL), em um discurso inflamado para uma multidão que o aplaudia na avenida Paulista. O senador Ronaldo Caiado (DEM) também mostrou segurança ao falar da derrubada do Governo, estimando um tempo – um pouco mais generoso que o MBL – "Se Deus quiser, até junho já teremos encerrado este momento da história brasileira e caçado a presidente", disse no carro de som do Movimento Endireita Brasil.

Já no carro de som do Vem pra Rua, o maior movimento pró-impeachment na Paulista, predominava um clima ufanista. O hino nacional foi executado duas vezes, e os manifestantes exortados a cantar com o braço direito em riste. "Parabéns a todos aqueles que ainda se emocionam com o hino!", gritou [Rogério Chequer](#), um dos coordenadores do grupo. Na sequência, os alto falantes tocaram o tema da vitória do piloto Ayrton Senna da Silva, morto em 1994. Provocações contra militantes do PT – que supostamente seriam pagos para comparecer a atos pró-Governo – também deram o tom. "Quem recebeu um real para estar aqui? Eu vim de graça!", gritava um dos porta-vozes do Vem pra Rua.

Enquanto os protestos ocorriam, os ministros de Dilma acompanharam com atenção todos os passos. Ao fim do dia, a presidenta se reuniu com seu núcleo duro, formado pelos ministros Ricardo Berzoini (Secretaria do Governo), Jaques Wagner (Casa Civil), José Eduardo Cardozo (Advocacia Geral da União) e Edinho Silva (Secretaria de Comunicação) para discutir como iria se pronunciar diante de tanta mobilização. À diferença de março passado, não houve fala à imprensa. Decidiram apenas emitir uma nota de cinco linhas destacando respeito pelos protestos. "A liberdade de manifestação é própria das democracias e por todos deve ser respeitada. O caráter pacífico das

manifestações pelo Brasil ocorridas neste domingo demonstra a maturidade de um país que sabe conviver com opiniões divergentes e sabe garantir o respeito às suas leis e às instituições”.

:

## A voz da periferia insatisfeita que (ainda) não foi protestar contra Dilma e o PT

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457907975\\_948644.html?rel=mas](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457907975_948644.html?rel=mas)

O EL PAÍS esteve nas zonas leste, norte e sul de São Paulo para falar com quem não se manifestou

Ainda assim, os entrevistados estão insatisfeitos com o Governo e a maioria quer o impeachment

**FELIPE BETIM** - São Paulo 14 MAR 2016 -



Os amigos Kaio e Karoline, no terminal Itaquera, neste domingo. F. Betim

### MAIS INFORMAÇÕES

- Maior manifestação da democracia joga Dilma contra as cordas
  - [FOTOGALERIA](#) Os protestos em imagens
- O condomínio de Copacabana que grita “Fora Cunha”: uma crônica

- [AO VIVO | Siga as manifestações contra Dilma neste domingo](#)
- [Manifestações contra Dilma voltam às ruas com menos fôlego que antes](#)

Enquanto milhões de pessoas participaram dos protestos no Brasil, Eliane de Jesus visitava o seu filho na Fundação Casa (antiga FEBEM). Lá, aos 17 anos, está preso por tráfico de drogas. Ele e sua mãe são parte de um *outro* Brasil, cuja voz não ecoou nas ruas desde que os [protestos](#) contra o Governo de [Dilma Rousseff](#) e o [PT](#) começaram a vestir verde e amarelo: o que vive na periferia das grandes cidades e longe do local onde normalmente ocorrem as [manifestações](#). Eliane também é contra o Governo e quer que "essa mulher saia de uma vez". Afinal, "o preço do arroz, do feijão, da luz e do aluguel subiram muito", conta esta moradora de Vila Calu, no extremo sul da cidade de São Paulo. Nunca pensou em ocupar as ruas para exigir seus direitos. Mas caso o fizesse, seria por dois motivos: "Primeiro contra os maus-tratos lá na FEBEM. Eles tratam mal a família e até batem no meu filho. Tá certo que ele é um safado, mas isso não pode não, né? E também pela merenda escolar. Meus outros filhos passam o dia todo na escola e só servem café e bolacha, ao invés de comida".

O EL PAÍS esteve na tarde deste domingo nas zonas norte, sul e leste da capital paulista para falar com pessoas que, como Eliane — auxiliar de limpeza que cuida de seis filhos com o seu salário mínimo e os 1.100 reais de seu marido —, estiveram alheias ao que acontecia na avenida Paulista. Enquanto isso, [500.000 pessoas protestavam na principal via da capital](#), segundo o Datafolha. O mesmo instituto e os pesquisadores da USP-Unifesp-OpenSociety chegaram à conclusão, a partir de várias pesquisas, que cerca de 70% dos que costumam participar dos protestos anti-Dilma ganham mais de cinco salários mínimos por mês. Em suma, trata-se de uma minoria social num país onde a maioria vive com pouco, mas com uma capacidade de mobilização decisiva. Algo que a liberal revista britânica *The Economist* chamou de "[a revolução do cashmere](#)".

Apesar de não se somarem aos protestos deste domingo, todos os entrevistados por este jornal não estão satisfeitos com o Governo Dilma — algo que não chega a surpreender, já que a popularidade da presidenta não supera

os 10%, segundo todas as pesquisas. A maioria deles é favorável ao impeachment, mas são céticos com relação a qualquer mudança para melhor. Afinal, por pertencerem às classes C, D, e E, são os mais afetados pela [crise econômica](#). Principalmente pelo aumento da inflação e do desemprego, que já superam 10%. Só na Grande São Paulo, a taxa de desocupação superou os 13%. Já a renda média dos brasileiros caiu 7,4% em um ano, para 2.242,90 reais em janeiro, após anos de crescimento.

Por que então não participam dos protestos? O que opinam sobre o Governo e [a crise política](#)?

Anderson, por exemplo, acha que ajuda mais mobilizando as pessoas pela Internet. Até tem vontade de deixar as redes sociais para se manifestar nas ruas a favor da destituição. "Mas é complicado", diz, após um longo suspiro. "Moro longe, em Cidade Tiradentes. Sai muito caro, e você sai para a rua e não acontece nada!", argumenta este subgerente de produção, na fila para pegar o ônibus no terminal Itaquera, na zona leste de São Paulo, ponto final da linha 3 vermelha de metrô e ponto de encontro dos que vivem nesta região. Já Rodrigo, um professor de história de 25 anos e morador do mesmo bairro, lembra que o impeachment é constitucional e argumenta que, "se o Governo está incomodando", a população tem o direito de protestar. "Acho os protestos super válidos. Afinal, é como em uma empresa: o Executivo é empregado da população e temos o direito de pedir sua demissão... Só não sei se resolve".



Eliane

de Jesus, moradora de Vila Calu, no extremo sul de São Paulo. F. Betim

A poucos metros de distância, também em uma fila de ônibus, estão os amigos Kaio Vinícius Lima e Karoline Luz do Carmo, ambos de 20 anos. Moradores de Recanto Verde do Sol, se dizem insatisfeitos com o Governo. "Mas acho que as pessoas não estão com as ideias muito claras. Não foi feita uma reflexão. Precisamos pressionar por medidas que tenham relevância na vida da população", defende ele, que é auxiliar de vendas em um atacadista de material de construção, estudante de Rádio e TV e evangélico. "Olha, não entendo muito de política não. O pouco que eu sei, pergunto para ele. Eu votei na Dilma por ela ser mulher, achei que dessa vez ia dar certo. Mas tem muita coisa suja, então fico com o pé atrás. Mas acho melhor deixar ela que colocar alguém pior", argumenta Karoline, recém-desempregada após anos trabalhando em uma fábrica de brinquedo. "Para ser sincera, acho que protestar é uma perda de tempo. Mas se fosse a uma [manifestação](#), seria por melhor transporte e saúde pública. Você acorda cedo para trabalhar e sustentar sua família, pega o metrô lotado e demora para chegar no trabalho. Aí você fica doente e tem que enfrentar fila no SUS".

O trem do metrô deixa o terminal Itaquera cheio, mas ninguém parece estar vestido para a manifestação. Rodrigo Costa, que voltava do trabalho, comenta rapidamente o por que, antes de sair na estação Artur Alvim. "Não adianta,

né?". Passa a sua estação. E outra. E mais outra. Conforme o metrô se afasta da zona leste e se aproxima das zonas oeste e centro, as regiões mais nobres da cidade, o vagão começa a encher de pessoas vestidas de verde e amarelo que vão em direção à Paulista. Toda a cidade parece mobilizada, todos parecem ter uma resposta na ponta da língua sobre política.

Rose, no entanto, nem sabia direito do que se tratava. "[O protesto é contra a Dilma](#), né? Não gosto dela não, mas sei lá, nunca pensei em protestar. Minha família nunca protestou. A gente não é disso não", conta essa mulher de 38 anos e moradora de Parada Inglesa, na zona norte de São Paulo. Alaíde, de 33 anos, tampouco é de protestar. "Nunca nem votei!", explica. Neste domingo, entretanto, confessa que estava com uma "enorme" vontade de se manifestar, de participar do processo democrático. No final, suas amigas furaram e ela decidiu não ir sozinha. Ela não entende direito esta vontade súbita de ir ao ato, mas se diz preocupada com os seus amigos, muitos deles sem emprego após se formar na universidade. "Não tenho estudos e trabalho em casa de família, cuidando de criança. Agora, se eu fosse engenheira, iria querer trabalhar com isso, e não cuidando de criança! E vejo meus amigos que estudaram para caramba tendo que aceitar qualquer coisa... Protestaria por eles, por causa do desemprego".

Alaíde mora em Santo Amaro, na zona sul da cidade. Duas estações de trem antes, no Morumbi, manifestantes vestidos de verde e amarelo saem em massa do trem. Uma estação de trem depois, em Socorro, a paisagem é cinza. Sentada com a bolsa no colo, encolhida, Eliane de Jesus acabava de ver o seu filho na [Fundação Casa](#). Para ela, a escola de seus filhos deveria se reunir com as famílias para debater mais, explicar mais, e arranjar mais ocupações para manter as crianças afastadas do tráfico de drogas.

— Mas nem merenda dão direito!

— Senhora, sabia que este é um problema causado pelo Governo Estadual?

— Pois é, né, me falaram. Sabe o que é? Não costumo falar dessas coisas de política com ninguém não. Você é o primeiro a vir conversar comigo.

### ***A MÃE PETISTA E A FILHA TUCANA EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO***



Lília e sua filha

Larissa. F. Betim

Lília, de 37 anos, foi, durante muitos anos, militante do PT, partido que sua mãe ajudou a fundar na zona norte de São Paulo. Ainda vota no mesmo partido em todas as eleições porque acredita que ainda há pessoas honestas dentro do partido, apesar de várias decepções. “A Marta Suplicy [hoje no PMDB] ampliou as creches, deu auxílio gás, auxílio leite, criou o bilhete único... Quem é mãe sabe da importância dessas coisas”, explica esta gerente de administração, moradora do bairro Jardim São Paulo. “Erundina foi excelente e o Haddad é muito bom. E o Governo Lula levou luz para muitos lugares no interior de São Paulo”.

Já a sua filha a Larissa, de 18 anos, não quer saber do PT. Nas últimas eleições votou no PSDB. Estudante e vendedora na loja Fast Shop, de produtos eletrônicos, se diz completamente favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. “Mas não vou ao protesto por respeito a minha mãe”, explica. Esta acrescenta: “Eu até iria se as manifestações fossem contra a corrupção em geral, e não apenas contra o PT. Mas concordo que o partido tem que varrer o que não presta”.

### [CRISE POLÍTICA](#)

**Na mesma trilha de Donald Trump, Bolsonaro capitaliza mal-estar social**

## Deputado Jair Bolsonaro contrata marqueteiro e clima convulso aumenta seus índices de popularidade

[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/politica/1457735575\\_037737.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/politica/1457735575_037737.html)

### MARÍA MARTÍN

Rio de Janeiro 14 MAR 2016 - 22:26 CET



O deputado Jair Bolsonaro. Wilson Dias/  
Agência Brasil

Em dias de polarização política, com [milhares de pessoas prestes a sair às ruas](#) no domingo contra o Governo de [Dilma Rousseff](#) e o ex-presidente Lula, há um político esfregando as mãos no seu gabinete. O deputado de extrema direita [Jair Bolsonaro](#), defensor da tese de que os gays são fruto do consumo de drogas e partidário de proibir o voto a analfabetos e pessoas sem renda, costuma ser estrela nos protestos, ovacionado pela multidão, órfã de candidatos sem reparos em se declarar de direita. Bolsonaro quer ser presidente em 2018 e [os ventos conservadores](#) que sopram no Brasil estão disparando sua popularidade. Caso parecido já se viu na Itália com Silvio Berlusconi e hoje nos [Estados Unidos](#), com um imparável [Donald Trump](#).

O deputado está tomando a sério a promessa, já lançada em 2014, de “ser o candidato da direita”. Contratou até um marqueteiro. Hoje, um veterano publicitário paulista, com experiência nos Estados Unidos, e partidário da

intervenção das Forças Armadas no Brasil, articula a pré-campanha do pré-candidato. O deputado, no Congresso desde 1991, transformou-se também nos últimos tempos em uma máquina nas redes sociais. Mais de 2,4 milhões de pessoas o acompanham no Facebook, superando o público virtual de Lula em mais de 300.000 seguidores. Na rede social, Bolsonaro mobiliza 58 grupos e tem 99 páginas associadas ao nome dele, segundo um levantamento do [Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura \(Labic\)](#). Lula tem apenas 9.

Bolsonaro, sem apoio do Partido Progressista (PP), aliado da base governista e envolvido no escândalo da Petrobras, mudou de sigla para se candidatar. Ele resolveu abraçar o Partido Social Cristão (PSC), a sigla do Pastor Feliciano, famoso por seus constantes insultos homofóbicos, e o Pastor Everaldo, filho e neto de pastores evangélicos e que conseguiu apenas 0,75% dos votos na última eleição presidencial. Hoje, Bolsonaro, a mais de dois anos do pleito, tem entre 6% e 7% da intenção de voto, dependendo dos competidores, [na pesquisa Datafolha de fevereiro](#).

O deputado ainda precisa atingir 10% das preferências do eleitorado para a sigla o eleger oficialmente como candidato, mas, para seu gabinete, esta meta é uma moleza. A estratégia é manter o discurso extremista contra o desarmamento, o aborto, os direitos das minorias, a favor da redução da maioria penal e do livre mercado. “Ele vai chegar lá tranquilamente. Hoje estamos vendo que uma parcela do povo conseguiu entender que as coisas que ele falava cinco anos atrás, como que o PT não ia sair do Governo sem haver uma luta armada, já estão acontecendo”, explica um dos seus assessores. “Agora precisamos ter foco nas ideias que a gente sempre defendeu: a família, a proteção das fronteiras e o aquecimento da economia aumentando os intercâmbios comerciais com os [Estados Unidos](#)”.

#### **MAIS INFORMAÇÕES**

- [\*Protestos contra Dilma chegam embalados por clima pró-impeachment\*](#)
  - [\*Com tática de guerra relâmpago, bancada conservadora ganha posições\*](#)
    - [\*O que acontece com os Bolsonaros fora do Brasil?\*](#)
    - [\*As degradantes declarações de Bolsonaro chegam ao Supremo\*](#)
      - [\*O inquietante ‘fenômeno Bolsonaro’\*](#)
  - [\*“Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drogas”\*](#)
-

Os analistas políticos não se surpreendem com o surgimento de uma figura como Bolsonaro em um contexto político polarizado como o que vive Brasil, ainda mais radicalizado após a Justiça estreitar o cerco sobre Lula. “É natural que, quando a esquerda vem sendo atacada como vem sendo aqui no Brasil, surjam esses candidatos com propostas mais conservadoras”, explica Glauco Peres da Silva, professor de ciência política da USP.

Outro assunto é Bolsonaro chegar tão longe. “Enquanto Trump é um empresário de sucesso, a experiência de gestor do deputado não ultrapassa do seu gabinete”, ilustra um amigo e admirador das ideias do deputado, mas ciente das suas limitações. “Bolsonaro é um sujeito que tem limites eleitorais muito claros. Ele capitaneia um eleitorado de extrema direita, que são pessoas muito religiosas, contra todo tipo de pauta progressista, mas parte da popularidade dele se alimenta dessa desvalorização da política que está sendo feita no Brasil há anos”, argumenta João Pires, professor de ciências políticas da UERJ. Bolsonaro é, segundo Pires, “um produto da mídia brasileira”. “As pessoas só sabem de política pelos meios de comunicação, e quando a mídia repete constantemente que as instituições são corruptas, que estão deslegitimadas, leva às pessoas mais ignorantes a desacreditar no Estado e concluir que a solução é uma mão forte, um pai salvador”, explica o professor.

A mídia tem sido, efetivamente, um dos principais palanques de Bolsonaro, um candidato que, ao igual que Trump, cresce na polémica. Na sua primeira eleição a vereador em 1988 ele era conhecido nos jornais como o capitão que orquestrou um ano antes a operação Beco Sem Saída. O plano consistia em plantar bombas de fabricação caseira em quartéis para protestar se o aumento dos salários dos militares fosse menor de 60%. Bolsonaro, que confessou o complô a uma jornalista a quem pediu infrutuosamente sigilo, foi finalmente absolvido, mas a etiqueta de conspirador –e ao mesmo tempo defensor dos interesses dos militares– o perseguiu por anos.

## Fama internacional

Tanto tempo depois quase ninguém lembra do passado militar do paraquedista, mas Bolsonaro, pai de cinco filhos, sempre soube se manter na onda da controvérsia. Alguns dos seus comentários mais escandalosos são na linha de “não há perigo de meus filhos serem gays porque estão muito bem educados” ou “[não te estupro porque você não merece](#)”, deferido [contra a deputada petista, Maria do Rosário](#). Eles chegam rapidamente aos jornais locais e lhe deram [fama internacional](#).

A atriz canadense Ellen Page, que declarou ao mundo sua homossexualidade em 2014, viajou ao Rio de Janeiro para entrevistar ao deputado para [o documentário que acaba de lançar](#) sobre a situação da comunidade LGBT no mundo. A jovem confronta a tese de Bolsonaro de que a homossexualidade nas crianças poder ser evitada “na base da porrada”, mas sai do gabinete lamentando: “É devastador saber que alguém com tanta influência tenha tanto desdém pela comunidade gay”. Em 2013, o humorista britânico Stephen Fry também quis conhecer Bolsonaro e [questionar suas falas homofóbicas](#) para um outro documentário. Bolsonaro foi, como sempre, irredutível: “Eles [os gays] querem que os heterossexuais continuem gerando crianças, para que essas crianças se transformem em gays e lésbicas para satisfazê-los sexualmente no futuro”.

A esquerda e os defensores dos Direitos Humanos carregam contra ele, mas muitos brasileiros, sobre tudo das classes populares, o apoiam. Vem nele um político honesto, que diz o que pensa. Com 13%, Bolsonaro é o presidenciável que menor índice de reprovação tem dos eleitores, atrás de Lula (49%), Aécio Neves (23%) e Marina Silva (15%), segundo pesquisa de Datafolha.

Nas últimas eleições, Bolsonaro bateu um recorde e foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro com mais de 460.000 votos. Havia quadruplicado seus eleitores em quatro anos sem mais artifícios que ser ele mesmo: o deputado mais polêmico do [Brasil](#).

# 5 VERDADES SOBRE OS PROTESTOS DESTE DOMINGO

[HTTP://ANO-ZERO.COM/5-VERDADES-PROTESTOS/](http://ano-zero.com/5-verdades-protestos/)

Por Victor Lisboa - - 14 de março de 2016

## 1 – NÃO HÁ MAIS DOIS LADOS NAS RUAS, SÓ UM.

Dilma começou seu segundo mandato com o país dividido. Durante as eleições, marqueteiros como João Santana, atualmente atrás das grades, reforçaram a imagem de que seria “nós, da esquerda, contra *eles*”. Foi uma estratégia de campanha do PT aprofundar a divisão no país, e no início do mandato a Presidente pagou o preço de conviver com um profundo racha na sociedade, que os governistas tentaram negar utilizando sua retórica da união nacional.

Mas essa divisão da sociedade já não existe. Intimidada, acuada, a reação da esquerda tradicional, neste momento, ou é a do silêncio constrangido ou é a do refúgio na retórica.



Para a esquerda, essa multidão não é a voz do povo brasileiro, pois entende que só ela pode outorgar tal título a alguém.

A esquerda ataca os protestos dizendo que se tratam de manifestações da tal “classe média privilegiada”. Tenta desmerecer suas pretensões descrevendo tudo como ameaça de golpe à democracia. Procura tirar a legitimidade da sua voz associando as manifestações ao Bolsonaro. Compartilha fotos nas redes sociais dos sinais exteriores de riqueza de alguns participantes (lanchas, babás, marcas de grife), *cirurgicamente* selecionados em uma multidão de **milhões** de pessoas, para assim desqualificar todo o movimento.

Mas nada disso cola. Ridicularizar, desprezar e etiquetar o seu adversário é burrice, é admitir a derrota. Explicar um movimento maior em números que as [Diretas Já](#) afirmando que é “coisa de coxinha que quer implementar uma ditadura militar” é o atestado de que se está num canto do ringue, sendo nocauteado pelos fatos. Ainda que seja sim um movimento predominantemente da classe média, o fato de que muita gente considera tal circunstância, por si só, um argumento que depõe contra os protestos mostra a que nível chegou a esquizofrenia nacional.



A elite branca.

Só que nada mais resta à esquerda senão fazer isso. A outra alternativa, que seria enfrentar o mérito de tudo aquilo que está sendo descoberto pela Lava Jato, é impossível. Nem mesmo a tese (na qual só o [Papai Noel da esquerda](#) acredita) de que é tudo uma armação da oposição em conluio com a mídia e agentes públicos federais (que usariam a prisão e a delação para extorquir acusações falsas) está colando. Após a [condenação de Marcelo Odebrecht](#) a quase vinte anos de prisão, a situação ficou indefensável, os fatos são claros demais, eloquentes demais. Os fatos gritam.

E o principal fato é que o primeiro governo legitimamente de esquerda deste país, embora tenha sim implementado importantes reformas sociais, mancomunou-se por outro lado com representantes da **classe alta** em um esquema bilionário. Alguns dos principais líderes de um partido que se autodenomina “dos Trabalhadores” envolveram-se com um esquema que presta serviço, olha que ironia, ao alto empresariado, a empreiteiros e banqueiros poderosos. É difícil enfrentar essa questão diretamente, e por isso o único recurso atual da esquerda é a retórica que tenta desviar a atenção dos fatos.

## 2 – NÃO, O MORO NÃO É NOSSO HERÓI.

O pessoal parece ter se esquecido que essa história toda começou com **Lula**, o “**Filho do Brasil**”, com a narrativa de um personagem que seria o herói nacional, o herói do tal “povo trabalhador”.

Na verdade, começou antes. Já tivemos o [Caçador de Marajás](#). E antes o [Pai dos Pobres](#). Isso remonta até [Dom Sebastião](#), é uma necessidade que corre fundo em nossas veias: parece que o povo sempre precisa encontrar uma autoridade que prometa varrer o mal que corrompe a sociedade brasileira. Um pai generoso e redentor de nossas mazelas. Hoje é **Moro**, o herói da **Lava Jato**.

Mas Moro não é um super-herói. Ele é um servidor público comprometido e honesto. Ponto. E isso deveria ser a regra, o normal.



Simplesmente não.

Mas comprometimento e honestidade são tão excepcionais por aqui que ficamos espantados. Deveríamos, ao invés de idolatrar o personagem da ocasião, nos perguntar em que buraco é esse que estamos, e como cavamos com nossas mãos e de olhos fechados até esse fundo do poço no qual ser honesto e comprometido é algo sobre-humano e digno de culto.

Nós não “somos Moro”. Não somos mesmo. No fundo, em nosso dia a dia, no ato de ultrapassar o sinal vermelho, estacionar em fila dupla, furar fila de banco, dirigir embriagado, baixar conteúdo pirata, somos muito mais Maluf, Lula e Collor.

Se há algo de único neste momento, porém, é que diferente dos outros heróis, todos chefes do Executivo, dessa vez idolatra-se um juiz, um servidor público que prestou compromisso com a Justiça e está tentando agir de acordo. Isso nos dá uma pista que o que deve ser objeto de admiração, neste momento, não é o Japa da Federal ou o Juiz Moro. Sequer é uma pessoa. Devemos ficar admirados com o funcionamento, ainda que capenga, de algumas instituições essenciais à preservação da democracia e da República. E, admirados, precisamos assegurar que também não sejam solapadas por privilégios e corrupção.

### 3 – SIM, A CLASSE MÉDIA FOI ÀS RUAS, E TEM TODO O DIREITO.

Vivemos em um país mergulhado na tradição católica da “culpa” pelo enriquecimento individual. É que a esquerda latino-americana, ainda que conte com um bom número de ateus, abraçou a ética católica que vê na [usura](#) (e, por decorrência, no lucro) um pecado.

Isso se explica. A maior parte da esquerda brasileira é organizada pelos filhos da classe média, tradicionalmente católica. Apesar de seu verniz contestador do *status quo*, a esquerda traz na bagagem a culpa católica, a hostilidade diante do lucro. Há uma clara associação entre a narrativa que a esquerda faz sobre opressores e oprimidos e a ênfase que a Igreja dá à pobreza de Cristo (que era financiado por seguidoras, [como a esposa de um procurador de Herodes](#), entre “muitas outras”).

Onde chegamos com isso? É que uma das críticas que se fez aos protestos deste domingo e aos anteriores é que são “protestos da classe média”. Como se isso desqualificasse a manifestação política por si só. Como se fosse “coisa dessa gente pecadora”, que empreende para buscar lucro. Trata-se da mesma retórica que com má-fé associa esses protestos à [Marcha da Família com Deus](#)

[Pela Liberdade](#), como se a presente geração fosse culpada pelos erros de seus avós.



Aécio corrido das manifestações: uma oposição fraca diante de um governo corrupto.

Ocorre que a classe média é responsável por parte fundamental do empreendedorismo que impulsiona o nosso desenvolvimento social. O Brasil não sobrevive sem a classe média. Poucos atores do meio social têm mais autoridade do que a classe média para dizer o quão mal ou bem vai esse país.

A classe média é um termômetro indicativo do estado de saúde do Brasil, e se ela começa a protestar, precisa ser ouvida, precisa *fazer-se ouvir* na justa expectativa de determinar o futuro da nação. Desqualificar suas manifestações etiquetando-as como “coisa da elite branca” ou de pessoas “sem conhecimento acadêmico e histórico” é um perigoso ato de cegueira, típico aliás da esquerda tradicional, sempre atropelada pelos fatos por se recusar a reconhecer poder e legitimidade às vozes que considera dissonantes.

O problema dessa classe média que sai às ruas não é sua falta de legitimidade (que ela possui inquestionavelmente), é o seu vazio de liderança. E por liderança entenda-se não um novo “salvador da pátria”, mas representantes capazes de falar legitimamente em seu nome. Depois de [Aécio ser hostilizado](#)

na Avenida Paulista, ficou evidente que a oposição não consegue mais controlar o movimento senão pelos bastidores. Não consegue oferecer um representante na linha de frente.

Bolsonaro só chama a atenção porque é o único representante de uma parte muito caricata e atrasada da direita brasileira, mas que de forma alguma é endossada por toda a classe média. Por ser um dos poucos, acaba recebendo mais atenção do que merece. Mas há uma silenciosa maioria que vai às ruas e ainda não encontrou uma voz.

#### 4 – AINDA NÃO É A CORRUPÇÃO, MAS A ECONOMIA.

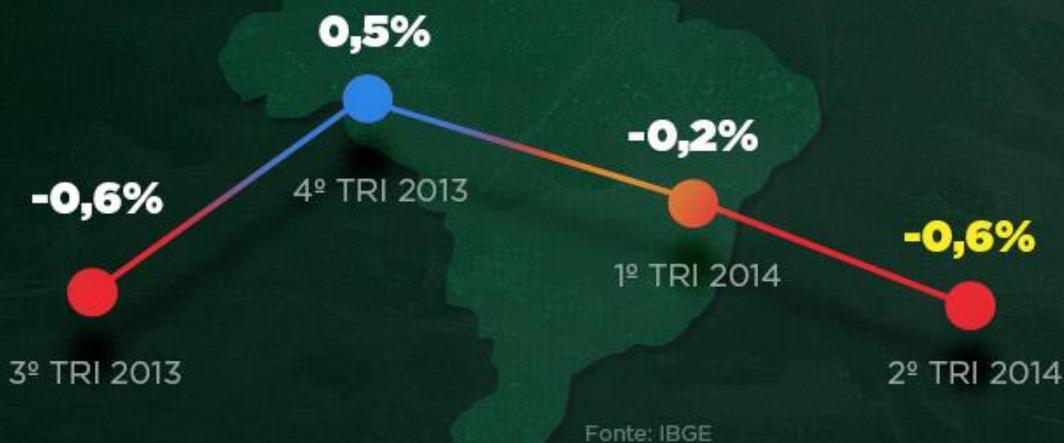
O ódio ao PT sempre existiu por parte da população desde a década de oitenta do século passado. Seus detratores estavam lá durante os dois mandatos do Lula e estavam lá no primeiro mandato da Dilma, em que ocorreu o julgamento do mensalão. Mas, curiosamente, mesmo com aquele terrível escândalo de corrupção, jamais conseguiram juntar milhões de pessoas na Avenida Paulista.

Mais ainda, se considerarmos não apenas o aspecto das cifras e da complexidade do esquema, e sim do impacto e comprometimento do sistema democrático, o escândalo do mensalão foi **muito** mais grave do que a Lava Jato. Nesse último, tratava-se de um esquema de distribuir propinas a congressistas para que votassem de acordo com a agenda do governo. Era o Poder Executivo comprando membros do Poder Legislativo, rompendo a separação dos poderes de forma espúria. Algo muito sério, que em qualquer país de sólida tradição democrática teria resultado no expurgo de todas as autoridades remotamente envolvidas no esquema, ainda que por uma questão de princípios. Mas no país não deu em nada, pois a economia estava bem.

A diferença agora é em outro nível. A corrupção prossegue. O que faz milhões de pessoas irem para a Avenida Paulista não são os escândalos da Lava Jato. O que as faz sair de casa no domingo é a crise econômica.

**PIB**

# DILMA LEVA BRASIL À RECESSÃO



Só tem uma coisa simples nessa história toda: a crise tem responsável.

Somos uma sociedade caracterizada pela *anomia*: aqui, não gostamos muito de levar a sério as regras. A corrupção faz parte do nosso cotidiano, a classe média compactua diariamente com diversos tipos de desrespeito às normas, sendo ela a principal perpetuadora da lógica da “vantagem”. No fundo no fundo, na sua [Carta](#) o gringo chamou os brasileiros de malandros inconsequentes e banalmente corruptos. A roubalheira nunca realmente nos escandaliza, e jamais nos faria sair da poltrona para protestar nas ruas.

Mas o grande pecado de Dilma no primeiro mandato foi ter colocado a perder, por uma desastrosa e irrealista condução da economia, grande parte das conquistas sociais dos últimos anos. Por pura incompetência, a crise aprofundou-se e começou a atingir nossos bolsos de forma pungente. E quando começam a mexer com nosso bolso, aí sim queremos todos os criminosos na cadeia com força o suficiente para nos manifestarmos.

Isso não é uma tentativa de desqualificar os protestos. Mas precisamos compreender que se o que queremos é realmente acabar com a corrupção, não bastam manifestações nas ruas, pois a corrupção, todos sabemos, é endêmica e banal em nosso cotidiano – de forma alguma ela é privilégio do PT

e muito menos uma característica exclusiva da atual etapa democrática: durante a ditadura militar, roubava-se sem qualquer pudor.

## 5 – O CENÁRIO É PÉSSIMO.

Uma classe média tradicional que, com legitimidade, reivindica reformas – mas que não tem líderes que representem, desprovida de uma voz. Uma esquerda intimidada e envergonhada pelo poder dos fatos – que se refugia numa retórica tão rasa que se limita a etiquetar os adversários como “coxinhas”, “alienados”, “isentões” e “opressores”. Uma classe política que continua a se preocupar apenas com seus interesses típicos, congressistas e pré-candidatos dedicados a ganhar alguma vantagem eleitoral, algum cargo, algum privilégio, com essa instabilidade política. Uma oposição que parece ter perdido o controle das manifestações. Uma classe empresarial assustada com certas prisões, mas ainda assim pronta, como um todo, para corromper o próximo governo, seja ele de que partido for, e continuar a mamar nas gordas tetas do Estado.

Se temos de um lado Lula e Dilma nas mãos do Delcídio e de sua delação premiada, do outro temos líderes da oposição fracos e débeis, como Aécio e Alckmin. Isso é preocupante, pois está se formando um vazio de representatividade perigoso demais. Esse vazio, quando surge, é um dos primeiros sinais de ruptura democrática – seja essa ruptura iniciada pelos governistas ou pela oposição.

Neste momento, a observância ao princípio republicano e à soberania das leis deveria ser nossa principal preocupação. É possível derrubar governos, é possível salvar governos – desde que segundo as regras do jogo constitucional e democrático. Se uma solução for encontrada segundo as regras já estabelecidas, todos nós sairemos, de certa forma, vitoriosos e fortalecidos. Se só conseguirmos sair dessa burlando as regras do jogo, voltaremos à estaca zero, retornaremos ao mesmo estado em que nos encontrávamos há décadas atrás, como um país que fracassa sempre que tenta brincar de democracia.

Há poucos momentos tão decisivos para o futuro de uma sociedade como os próximos meses de 2016. Se a classe média mostra-se como a única força

coordenada e entusiasmada o suficiente para ir às ruas aos milhões e reivindicar mudanças, que ela assuma a responsabilidade de fazer isso com propostas consistentes e com legitimidade democrática, sem esperar dessa vez por salvadores da pátria e soluções mágicas. Não há solução mágica, não há redenção do dia pra noite. Há apenas muito trabalho a ser feito, e trabalho duro.

## **Em desespero, Dilma tenta autogolpe com Lula**

**Josias de Souza** - 15/03/2016 -  
<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/03/15/em-desespero-dilma-tenta-autogolpe-com-lula/>



O brasileiro já ouviu muitas histórias de gente tirando gênio de garrafas. Mas nunca antes na história desse país se ouvira falar de alguém obrigando o gênio a retornar à garrafa. Na versão de um ministro petista é o que Lula está fazendo com Dilma. Vendida em 2010 como gestora genial, ela foi convencida a entregar ao antecessor o futuro dos escombros que restaram do seu governo.

Numa tentativa desesperada de se livrar do impeachment, Dilma fará de Lula um superministro, com sala no Planalto. Ele chefiará a articulação política do governo e projetará sua sombra sobre toda a Esplanada, especialmente sobre a pasta da Fazenda. Depois de acusar os rivais de tramarem um golpe, Dilma recorre a um autogolpe. Lula entrará pela porta dos fundos numa espécie de terceiro mandato.

A manobra envolve alto risco. Ao patrociná-la, Dilma como que exerce um dos poucos privilégios que ainda lhe restam —o privilégio de escolher seu próprio caminho para o inferno. Com o governo esfarelado-se, madame atrelou seu destino ao de Lula, divorciando-se definitivamente das ruas.

No último domingo, o asfalto roncara sobretudo para exigir o impeachment de Dilma e prestigiar Sérgio Moro, cacifando-o para punir inclusive Lula 'Jararaca' da Silva. Em resposta a essas demandas, Dilma resolveu unir o inútil ao desagradável: para se manter no cargo, concede à serpente o foro privilegiado dos ministros, livrando a cobra criada do PT dos rigores do juiz da Lava Jato.

O movimento é inútil porque, ainda que consiga deter o impeachment, o máximo que Lula fará por Dilma é acomodá-la no verbete da enciclopédia como a primeira pessoa na história a se tornar ex-presidente ainda no exercício da Presidência. É desagradável porque a presença de Lula na Esplanada, além de não ser um bom exemplo, é um péssimo aviso: o governo entrou na fase do vale-tudo.

Tomado pelo que se diz dele no Planalto, Lula retornará a Brasília para operar milagres. Na política, promete reagrupar o bloco partidário que dava suporte aos governos petistas no Congresso. Na economia, acena com uma reviravolta capaz de abreviar a retomada do crescimento. Falta combinar com a lógica.

Quando ainda era um presidente da República popular, Lula só conseguiu apoio no Congresso comprando aliados com o dinheiro sujo do mensalão e do petrolão. Os parlamentares governistas continuam com o mesmo código de barras na testa. Mas o governo, com a força-tarefa da Lava Jato no seu encaixo, já não pode remunerá-los como antes. O novo superministro manuseará um orçamento em ruínas.

Não é só: retratado nas ruas como um boneco-presidiário batizado de Pixuleco, investigado por corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, Luís Inácio já não é o mesmo Lula da Silva. É nessa condição de ex-Lula que terá de convencer o PMDB, por exemplo, de que é mais negócio permanecer com Dilma do que colocar na cadeira dela o correligionário Michel Temer, seu substituto constitucional.

A contabilidade do impeachment favorece Dilma. Para aprovar o pedido na Câmara, os antagonistas do governo precisam reunir 342 votos. Para barrar o





11 | 03 | 2016 -

### 16:51 Além dos muros da escola

#### Nota da direção do SISMMAC sobre os atos pró e contra o governo

*A nossa participação é na luta para garantir direitos e avançar rumo a novas conquistas*

Vimos por meio desta nota reafirmar nosso posicionamento de que os atos marcados tanto pelos setores de direita, que defendem o *impeachment*, quanto pelos militantes pró-governo, que defendem a gestão do Partido dos Trabalhadores, não nos representam.

**Por que não dia 13:**

Os grupos políticos que estão puxando atos nesse dia não estão preocupados com a corrupção ou com os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nos últimos anos. Estão apenas preocupados em retomar o controle do Estado. Querem de volta a cadeira mais alta do governo que perderam, e usam como desculpa a corrupção no país.

Vale lembrar que esses mesmos grupos políticos estão envolvidos em várias denúncias de corrupção e que já atacaram nossos direitos quando estiveram no governo federal e continuam atacando nos governos locais (um bom exemplo é o Beto Richa/PSDB aqui no PR e Geraldo Alckmin/PSDB em SP). São eles também que compõem bancadas conservadoras nos parlamentos, propondo medidas contra os direitos dos trabalhadores, das mulheres, negros, gays e imigrantes.

**Porque não dia 20:**

Os grupos que convocam os atos para esse dia também não estão preocupados com a classe trabalhadora. Eles têm como principal objetivo a sustentação do atual governo federal. Entendemos que o projeto de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores se esgotou. Assim como nos governos anteriores, o PT também garantiu condições para que o Capital pudesse se expandir no Brasil, enquanto atacou muitos dos direitos da classe trabalhadora (Reforma da previdência, Plano de Proteção ao Empresariado, entre outros).

### **Nossa luta é para garantir direitos e avançar rumo a novas conquistas**

Por tudo isso, entendemos que não devemos ser usados como massa de manobra de uma mídia que é parcial e, desde a ditadura militar, tem um lado nessa disputa. Também não devemos cair na defesa cega de um partido que há muito tempo abandonou seus princípios para se manter no poder.

Nem pacto com a burguesia, nem defesa do governo. Nossa luta é nos locais de trabalho para garantir direitos e avançar em mais conquistas. E com isso fazer avançar a consciência para que, juntos com a nossa classe, a trabalhadora, possamos caminhar rumo a uma nova sociedade, onde possamos usufruir da riqueza que nós mesmos produzimos.

### **Lula, arma antineoliberal de Dilma para animar economia, segurar PMDB e afastar impeachment**

<http://independenciasulamericana.com.br/2016/03/lula-arma-antineoliberal-de-dilma-para-animar-economia-segurar-pmdb-e-afastar-impeachment/>

Cesar Fonseca em 15/03/2016



**NACIONALISMO DILMISTA-LULISTA CONTRA NEOLIBERALISMO  
GOLPISTA**

**O programa desenvolvimentista do PT que Lula defende como pressuposto**

básico para ser ministro no Governo Dilma fortalece a base político eleitoral governista.

Essencialmente, essa manobra política dilmista, tocada sob pressão do PT, racha o PMDB e sua proposta neoliberal formulada pelo vice-presidente Michel Temer cuja possibilidade eleitoral é nula visto que elimina direitos sociais e coloca a situação política nacional ainda mais tensa, favorecendo os golpistas do impeachment.

A primeira providência antineoliberal a presidenta Dilma já adotou ontem: mandou reduzir de 14,5% para 11% a taxa de juro sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para fortalecer pequenas e médias empresas que estão sufocadas pela falta de crédito para tocar seus negócios.

Ao mesmo tempo, a titular do Planalto deve, com Lula no poder, junto dela, dar um desconto estimado em 40% nas dívidas dos estados e municípios, renegociando-as a juros mais baixos, porque os que vigoram atualmente são impossíveis de serem suportados num mundo capitalista em que a taxa de juro passou a ser zero ou negativa, como arma para vencer a crise global.

Também, já está em curso aumento da oferta de crédito, por meio da Caixa Econômica Federal, para programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, que reanima o mercado imobiliário, parado, justamente, porque a receita neoliberal, que ainda predomina, como base de ajuste fiscal recessivo, herança de Joaquim Levy, inviabiliza, completamente, os investimentos.

Deverá ainda reduzir a taxa de juro a utilização de parte das reservas cambiais internacionais de 380 bilhões de dólares (R\$ 1,5 trilhão ao câmbio atual) para tocar obras de infraestrutura, sem as quais o desenvolvimento não se realiza: portos, aeroportos, estradas, rodovias, armazéns agrícolas, saneamento básico, recursos para pequenas e médias obras em prefeituras municipais etc são as iniciativas que ganharão corpo com a utilização desse dinheiro que está parado, apenas, dando despesa ao tesouro nacional.

Os neoliberais criticam a utilização das reservas com o argumento de que elas não representam poupança governamental, ou seja, o governo, como um poupador qualquer, não acumulou mês a mês esse dinheiro, para que, hoje, nas horas difíceis, possa utilizá-lo.

Tentam os neoliberais fazer crer que governo deve ser igual dona de casa ou pequeno poupador que tem de fazer pé de meia para arrumar dinheiro, a fim de tocar investimento, para que, com este, disponha de recursos tributários.

Não é nada disso: governo, que emite moeda, que é capital, que é, segundo Keynes, a única variável econômica verdadeiramente independente sob o capitalismo, ganha dinheiro com o aumento da oferta de dinheiro que toca negócios que vira arrecadação, depois de aquecer produção, emprego, renda, consumo e, finalmente, impostos. Quando o governo aumenta quantidade de oferta de moeda na circulação produz, diz o autor de *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, quatro movimentos simultâneos interdependentes, interativos: 1 – perdoa dívida do empresário, do governo e dos contribuintes contraídas a prazo; 2 – diminui a taxa de juros; 3 – reduz relativamente os salários e 4 – aumenta relativamente os preços.

Ou seja, ativa a produção, a arrecadação e os investimentos, sinalizando para o empresário, aumento a *eficiência marginal de capital(lucro)*, que desperta nele seu espírito animal para os negócios.

O que fazem, nesse momento, os governos capitalistas desenvolvidos – Estados Unidos, Europa e Japão – para tentarem vencer a crise atual?

Justamente, isso: ampliam a oferta monetária, que reduz a zero ou negativa a taxa de juro, diminuindo custos de sua dívida pública e da dívida tanto das empresas como dos contribuintes endividados, para animar o consumo, sem o qual o capitalismo não sobrevive.

A poupança do governo é o gasto do governo, que vira receita tributária com a qual os novos investimentos se realizam.

Não é mecanicismo aristotélico, é dialética hegeliana.

Como pretende o Governo Dilma trabalhar com as reservas cambiais? Utilizá-las, como adiantou o governador Wellington Dias, do Piauí, como fundo garantidor, por meio do qual levanta-se empréstimos externos, que estão baratos – diga-se de passagem – no momento em que a economia mundial está em deflação.

Não se trata de torrar reservas, como os economistas neoliberais, servidores dos banqueiros, estão dizendo; pelo contrário, as reservas vão fazer dinheiro; quem não quer emprestar para quem tem garantias de 380 bilhões de dólares em caixa?

Ganha dinheiro quem tem dinheiro.

Por que deixar as reservas paradas, se podem ser utilizadas para o interesse do povo?

**O que é melhor: utilizar as reservas para fazer dinheiro e desenvolvimento ou deixar a economia parada, mantendo esse dinheiro ocioso, para que ela entre em parafuso e estimule investidores a fugirem do país, obrigando o governo a conter a fuga, gastando essas mesmas reservas, na base do salve-se quem puder?**

**Lula faria diferente: reservas para aumentar reservas, com desenvolvimento.**

**FHC, obediente ao Consenso de Washington, fez o oposto: torrou reservas para conter fuga de capital decorrente da política cambial louca que adotou – sobrevalorização do câmbio para conter inflação e garantir segundo mandato na base da corrupção, compra de votos no Congresso etc.**

**(Engraçado: porque não se levanta esse pretérito histórico fernandista para enquadrar tucanos na Lavajato? O dinheiro da corrupção tem várias origens).**

**Por ter torrado perto de 80 bilhões de dólares, por conta do câmbio sobrevalorizado, que destruiu indústria nacional, FHC teve que, nu, ir duas vezes ao FMI, de modo a evitar a sangria cambial.**

**O Governo Dilma, graças às reservas acumuladas, mandou o FMI passear; se tivesse na dependência dele, não poderia fazer o que fez, associar-se aos BRICs, algo que Washington não lhe perdoa.**

**Os economistas neoliberais não entendem, com suas cabeças mecanicistas, que as reservas cambiais são poupança, sim, do governo, porque ele ampliou mercado interno, com valorização do poder de compra dos trabalhadores, com programas sociais distributivistas de renda, cujas consequências foram aumento de arrecadação tributária, com as quais pode continuar servindo os bancos a juros altos que atraíram dólares, trocados por reais, acumulando reservas, claro.**

**Agora, como ressalta o governador Wellington Dias, Dilma pode usar reservas como garantias para pegar dinheiro a custo barato, para financiar o desenvolvimento, especialmente, em obras de infraestrutura.**

**Ou seja, não é gasto, é investimento estatal, que vai virar poupança, porque dinamizará produção, emprego, renda, consumo, arrecadação e investimentos.**

**Quem não quer que o governo utilize as reservas cambiais?**

**Basta ler artigo do neoliberal Edmar Bacha, ex-ministro tucano, integrante de conselho de administração de grandes bancos, que acha essa iniciativa mal negócio.... para os bancos, claro, porque será dividida com o povo por meio de maior oferta de crédito, para tocar a economia, o mercado interno etc.**

**Os neoliberais e seus porta-vozes, como Merval Pereira, na Globonews, ontem, à noite, se desesperam com a chegada de Lula para fazer esse serviço, no Governo Dilma, com apoio popular:**

**“Maluquice, maluquice, maluquice”, dizia, apoplético.**

Politicamente, Lula, usando reservas, tocando economia e mercado interno voltando a crescer, racha o PMDB e destrói, evidentemente, a proposta neoliberal peemedebista de acabar com os direitos trabalhistas, a política de valorização do salário mínimo, ampliar desvinculação de recursos para os programas sociais a partir de orçamento com base zero etc, a fim de servir aos banqueiros superávits primários mais gordos. Ou seja, neoliberalismo puro, que destruiria, isso sim, poder de compra dos salários em nome da formação de poupança para o setor privado investir, quer dizer, quimera, conversa fiada do mercado, apoiado pela grande mídia, sua serviçal antinacional.

Por fim, com maior oferta de moeda na circulação capitalista brasileira, reduzindo juro, inflação e valorizando salário, para reanimar mercado interno, Dilma-Lula, Lula-Dilma, dá xeque-mate nos golpistas da oposição e nos traidores do PMDB, como o senador Romero Jucá, que já faz discurso sintonizado com os banqueiros nacionais e internacionais, de olho no que ele sonha: tocar o ministério da Fazenda, para fazer o programa neoliberal de Michel Temer.

E, evidente, Lula, se fizer bem feito o trabalho, vira pule de 10 para 2018, para disputar com quem?

Talvez, quem sabe, o Moro, o herói da direita!

## A MANIFESTAÇÃO DE MARÇO

14

[Cesar Benjamin](#) compartilhou a [publicação](#) de [Vinicius Torres Freire](#).

:"Manifestantes de ontem têm renda mais alta que paulistanos em geral, bidu. Manif "Junho 2013 Coxa" foi, nisso, muito parecida com a de ontem. A tabela mostra a distribuição por faixa de renda dos:

- Paulistanos (moradores da cidade em geral);
  - "Junho Coxa": é SÓ UM RÓTULO CURTO para a manif de 20 de junho de 2013 na Paulista, aquela do "sem partido!", em que esquerda e MPL foram maltratados (110 mil presentes);
  - Pró-Dilma: manif da esquerda de 13 de março do ano passado, convocada por movimentos sociais (41 mil presentes);
  - Anti-Dilma 1: manif de 15 de março do ano passado na Paulista (210 mil presentes);
    - Anti-Dilma; manif de ontem, domingo, na Paulista (500 mil presentes).
- O Datafolha não fez entrevistas nas manifs anteriores de junho de 2013."

<b>A RENDA DOS PAULISTANOS E DOS MANIFESTANTES, EM SALÁRIOS MÍNIMOS</b>					
Renda	Paulistanos 2015	"Junho Coxa" 20/jun/13	Pró-Dilma 13/mar/15	Anti-Dilma 1 15/mar/15	Anti-Dilma 2 13/mar/16
< 2 SM	27	7	18	7	6
2 a 3	21	11	20	7	8
3 a 5	21	16	24	15	17
5 a 10	18	30	21	27	26
10 a 20	7	21	10	22	24
20 a 50	2	9	1	16	11
> 50 SM	0	3	1	3	2

Fonte: Datafolha. Elaboração e rótulos: VTF

### Vinicius Torres Freire

Manifestantes de ontem têm renda mais alta que paulistanos em geral, bidu. Manif “Junho 2013 Coxa” foi, nisso, muito parecida com a de ontem. A tabela mostra a distribuição por faixa de renda, em %, dos:

- Paulistanos (moradores da cidade em geral);
- “Junho Coxa”: é SÓ UM RÓTULO CURTO para a manif de 20 de junho de 2013 na Paulista, aquela do “sem partido!”, em que esquerda e MPL foram maltratados (110 mil presentes);
- Pró-Dilma: manif da esquerda de 13 de março do ano passado, convocada por movimentos sociais (41 mil presentes);
  - Anti-Dilma 1: manif de 15 de março do ano passado na Paulista (210 mil presentes);
  - Anti-Dilma; manif de ontem, domingo, na Paulista (500 mil presentes).

O Datafolha não fez entrevistas nas manifns anteriores de junho de 2013.

Observação: as respostas, somadas, não dão 100. Há gente que não responde, há decimais omitidos, essas coisas.

**Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda**

**FELIPE BÄCHTOLD**

DE SÃO PAULO - 14/03/2016

<http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>



Apesar do crescimento do tamanho do [protesto contra](#) a presidente Dilma Rousseff, o perfil dos manifestantes que foram à avenida Paulista neste domingo (13) se manteve elitizado. Os dados são de pesquisa do Datafolha feita por meio de 2.262 entrevistas durante o ato.

A exemplo das outras grandes manifestações contra Dilma ao longo do ano passado, os manifestantes deste domingo tinham renda e escolaridade muito superiores à média da população.

Segundo o instituto, a maioria dos participantes eram homens e com idade superior a 36 anos. Disseram que possuem curso superior 77% dos entrevistados, enquanto no município o índice é de 28%. O patamar é praticamente o mesmo do aferido pelo Datafolha em outras quatro manifestações pelo impeachment em São Paulo.

Neste domingo, 500 mil pessoas foram às ruas na capital paulista pelo impeachment, número que representa mais do que o dobro do primeiro protesto contra Dilma, há um ano.

Ao serem questionados sobre a ocupação neste domingo, 12% afirmaram que são empresários –em São Paulo a atividade é citada por apenas 2%. A

quantidade de desempregados na avenida foi menor do que na população geral.

Em relação à renda familiar, metade dos entrevistados disse que está entre cinco e 20 salários mínimos. No município de São Paulo, o percentual nessa faixa é de 23%.

A pesquisa também mostrou que 77% dos manifestantes declararam que são da cor branca e que 94% não participam de nenhum grupo que promoveu o ato. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

## **TUCANOS EM BAIXA**

O Datafolha também perguntou quem foi o melhor presidente do Brasil. Responderam Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) 60% dos entrevistados. Na população brasileira, em fevereiro, o índice foi de apenas 15%.

Apesar da admiração pelo ex-presidente tucano, a preferência dos manifestantes pelo PSDB mostrou um expressivo declínio.

Na primeira grande manifestação contra Dilma, há um ano, o partido era o preferido de 37% dos entrevistados. Agora, o índice passou para 21%.

Neste domingo, líderes do PSDB, como Geraldo Alckmin e Aécio Neves, foram ao protesto e [acabaram xingados por manifestantes](#). A maioria disse não ter um partido preferido.

O Datafolha também questionou os participantes do ato sobre a probabilidade de Dilma acabar de fato afastada. Os resultados mostram grande divergência em relação à população brasileira. Na avenida Paulista, 79% acreditam que a presidente deixará o cargo, enquanto no geral só 33% creem nesse desfecho para a crise.

Quase todos os entrevistados disseram concordar com a ordem do juiz Sergio Moro que obrigou o ex-presidente Lula a ir depor na Polícia Federal, há duas semanas. Consideram que o juiz agiu bem no caso 96% dos manifestantes.

Outras posições quase unânimes entre os manifestantes são a cassação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defendida por 96% dos entrevistados, e a avaliação ruim ou péssima do governo Dilma, feita por 98%.

Adriano Vizoni/Folhapress

## MANIFESTANTES NO PROTESTO DE DOMINGO TINHAM RENDA SUPERIOR A R\$ 7,9 MIL

PESQUISA MOSTRA PERFIL DE BRASILEIROS QUE FORAM ÀS RUAS. MAIOR PARTE ERA BRANCA E TINHA ENSINO SUPERIOR COMPLETO

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/04/48-dos-manifestantes-no-protesto-de-domingo-tinham-renda-superior-r-79-mil.html>



MANIFESTANTES FAZEM ATO CONTRA A CORRUPÇÃO NA AV. PAULISTA (FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL)

Quase metade dos manifestantes que foram às ruas no último domingo (12/04), pertenciam a classes de maior renda. Uma pesquisa conduzida por toda a extensão da Avenida Paulista durante o protesto mostrou que 48% das pessoas tinham renda superior a R\$ 7.880. O levantamento, coordenado pela socióloga Esther Solano, da Unifesp, e pelo filósofo Pablo Ortellado, da USP, traçou o perfil dos brasileiros que se

manifestavam contra o governo e a corrupção. A maioria era branca (77,4%) — 13,3% eram pardos e 4,9% negros.

Entre os entrevistados, 28,5% tinham renda entre R\$ 7.880 e R\$ 15.760; 24,8% recebiam entre R\$ 3.940 e R\$ 7.880; 19,5% acima de R\$ 15.760; 14,4% entre R\$ 2.364 e R\$ 3.940 e só 9,4% até R\$ 2.364. Mais da metade (68%) tinha ensino superior completo, só 0,9% não completou o fundamental.

Os pesquisadores pediram para os manifestantes dizerem seu nível de concordância com algumas frases prontas. Para a maioria dos manifestantes, o PT quer implantar um regime comunista no Brasil. Os resultados revelam que 64,1% das pessoas concordam que o partido da presidente Dilma Rousseff têm planos de adotar o sistema econômico no país.

Os desvios da Petrobras são o maior caso de corrupção da história do Brasil para 85,3% dos manifestantes. Outros 70,9% dizem que cotas nas universidades só geram mais racismo e 60,4% defendem que o bolsa-família apenas "financia preguiçoso". O PCC é um braço armado do PT para 53,2% dos entrevistados e 42,6% concordam que o partido trouxe 50 mil haitianos para votar em Dilma nas últimas eleições. Para 71,3%, Fabio Luis Lula da Silva, o Lulinha, é sócio da Friboi.

A fonte de informação número um sobre política, para a maioria, é a imprensa (56,2%). Ao mesmo tempo, a maior parte confia pouco nela (57%), pouco em movimentos sociais (46,2%), não confia nada em partidos (73,2%) e nem em políticos (69,9%). A sigla que é mais alvo de desconfiança é o PT (96%), logo à frente do PMBD (81,8%). O PSDB é o partido em que as pessoas mais disseram "confiar muito" (11%).

Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, é o político em que os manifestantes mais confiam (29,1%), seguido pelos senadores Aécio Neves (22,6%) e José Serra (23,8%) e pelo deputado Jair Bolsonaro (19,4%). Por outro lado, 96,7% não confiam na presidente Dilma e nem no líder da Câmara, Eduardo Cunha (73,4%).

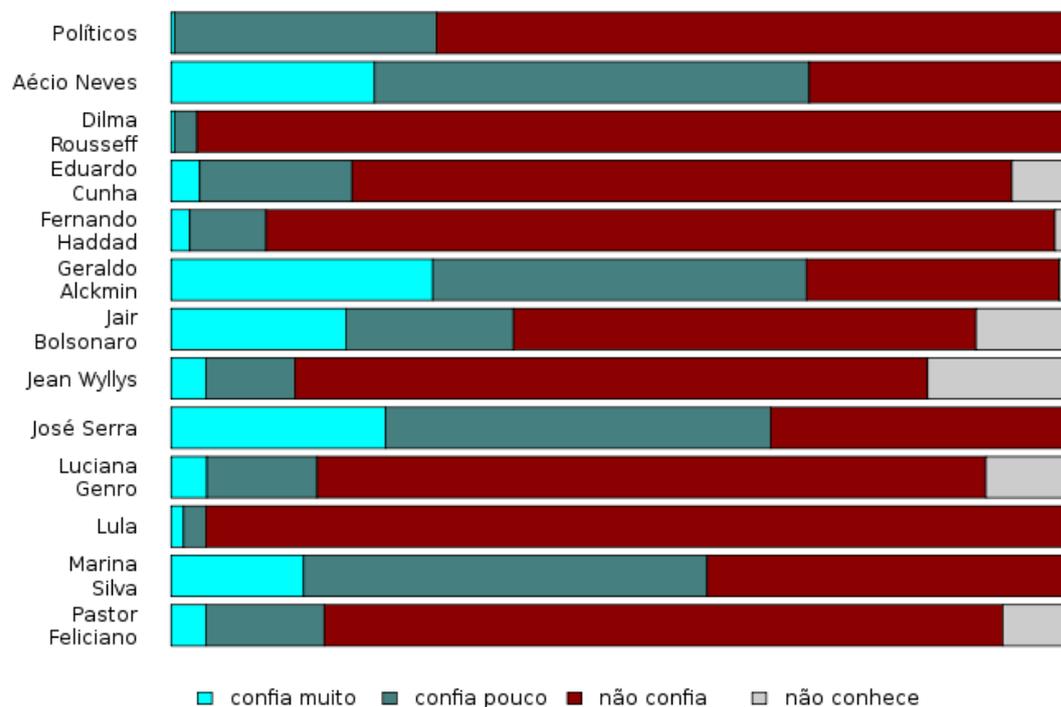
**SAIBA MAIS**

**Milhares voltam às ruas contra Dilma, mas adesão é menor que no dia**

15

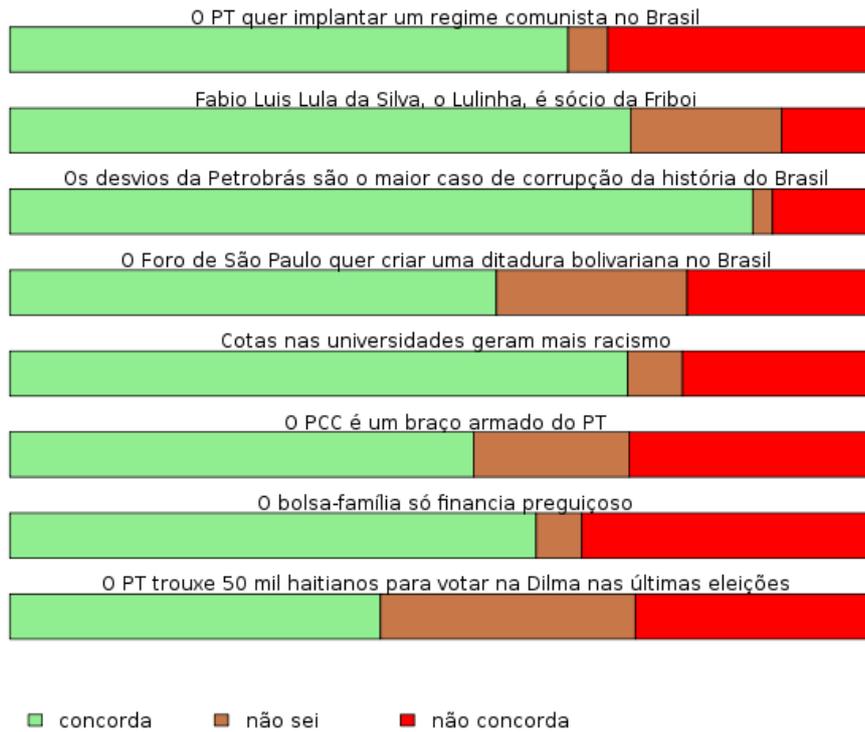
O levantamento ouviu 571 entrevistados com mais de 16 anos. As entrevistas foram conduzidas entre 13h30 e 17h30 no domingo, dia 12 abril. A margem de erro é de até 2,1 %.

Confiança nos políticos



GERALDO ALCKMIN É POLÍTICO EM QUE MAIS CONFIAM (FOTO: REPRODUÇÃO)

### Concordância com frases



PESQUISA MOSTRA OPINIÃO DE MANIFESTANTES (FOTO: REPRODUÇÃO)

Na periferia de Fortaleza o protesto foi a favor da presidente Dilma

By: Francisco Castro on 11:52 / comment : 0



Da Agência Brasil

<http://www.blogdefranciscocastro.com.br/2016/03/na-periferia-de-fortaleza-o-protesto.html>

Em resposta à manifestação contra o governo federal e contra o ex-presidente Lula, militantes e parlamentares do PT realizaram hoje (13) pela manhã uma carreata pelas ruas da periferia de Fortaleza. O grupo se concentrou no bairro Parangaba e percorreu cerca de 12 quilômetros pelo lado oeste da cidade em direção à orla do bairro Pirambu.

A caravana foi organizada pelo líder do Governo na Câmara, deputado federal José Guimarães (PT-CE), que disse que o evento foi uma preparação para o ato que será realizado no dia 18 de março em todo o Brasil. “É muito importante sermos solidários a Lula neste momento, pelo que ele representa para o povo brasileiro. Isso aqui é só o 'esquenta' para o dia 18. Se os manifestantes contra o governo vão botar hoje muita gente nas ruas, nós vamos botar o dobro no dia 18.” Em Fortaleza, o ato vai se concentrar na Praça da Bandeira, no centro da cidade.

Pelas avenidas, várias pessoas nas calçadas demonstravam apoio. Algumas portavam bandeiras vermelhas. Houve também quem se colocou contra a manifestação. A Polícia Rodoviária Estadual prestou apoio à carreata durante o

percurso. Por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social afirmou que não vai se manifestar sobre a estimativa de público do evento.

O jornalista Paulinho Oliveira, de 40 anos, foi um dos militantes que acompanharam a caravana. Com bandeira na mão e camisa verde e amarela, ele conta que se filiou ao PT em 2014 como forma de agir para enfrentar as ofensivas contra o governo. “Eu fiz questão de vir de camisa verde e amarela porque, infelizmente, as cores da nossa bandeira estão sendo usurpadas. A bandeira nacional pertence a todos, principalmente à maioria dos eleitores que decidiu que Dilma Rousseff seria a presidenta da república. Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe.”

Os militantes chegaram na avenida Vila do Mar, no bairro Pirambu, por volta das 13h. Parlamentares e lideranças discursaram em um palco montado no calçadão da via, próximo às barracas de praia. “Estar aqui hoje significa fazermos um contraponto com tranquilidade, sem violência e sem confronto, mas querendo dizer que esse é o Brasil real, muito longe desse Brasil que vai às ruas hoje e que quer a volta do colonialismo e do patriarcalismo”, afirmou a deputada federal e ex-prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT-CE).

Nesta tarde, manifestantes que defendem o impeachment da presidente Dilma Rousseff já estão concentrados no aterro da Praia de Iracema, área nobre da cidade, e devem realizar uma passeata pela orla da avenida Beira Mar.